



IAC
Instituto de Apoio à Criança

Relatório de Atividades e Contas 2016



Pela Defesa dos Direitos da Criança



ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO

2. FICHAS DE PROJETO / ATIVIDADES

- Ações de Informação e Sensibilização (AIS)	5
- Atividade Lúdica (AL).....	7
- Centro de Estudos, Documentação e Informação sobre a Criança (CEDI).....	15
- Forum Construir Juntos – Coimbra (FCJ)	24
- Humanização dos Serviços de Atendimento à Criança (HSAC)	34
- Projeto Rua - Em Família para Crescer (PR).....	45
- Relações Externas (RE)	81
- Serviços Administrativos/Financeiros (SA)	83
- Serviço Jurídico (SJ)	85
- SOS – Criança (SOS)	90

3. ORGANIGRAMA DO IAC

4. CONTAS DE 2016

5. ATAS

Conselho Fiscal
Assembleia Geral



“A esperança é o sonho do homem acordado”

(Aristóteles)

1. INTRODUÇÃO

Portugal foi um dos primeiros países do mundo a assinar a Convenção sobre os Direitos da Criança, aprovada pelas Nações Unidas em 1989.

A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança reconhece que *“a criança para o desenvolvimento harmonioso da sua personalidade deve crescer num ambiente familiar, em clima de felicidade, amor e compreensão”* e que *“a criança a viver em condições particularmente difíceis deve ser-lhe assegurada uma atenção e proteção especial”*.

O Instituto de Apoio à Criança que tem como principal missão contribuir para a Defesa e Promoção dos Direitos da Criança, no cumprimento dos seus Estatutos tem desenvolvido múltiplas atividades com as quais visa dar voz à criança, obter novas respostas para os problemas da infância e defender os seus direitos perante a família, as instituições e a comunidade.

Sem deixar de atuar prioritariamente em áreas não cobertas pelo Estado, o IAC enquanto defensor da Criança, dinamiza grandes projetos, nomeadamente as Ações de Informação e Sensibilização; a Actividade Lúdica, o Centro de Estudos, Documentação e Informação sobre a Criança; o Fórum Construir Juntos; a Humanização dos Serviços de Atendimento à Criança; o SOS-Criança, Mediação Escolar e o SOS-Criança Desaparecida.

O Instituto de Apoio à Criança na sua ação diária está próximo dos problemas das pessoas, envolve-se nas situações, trabalha em rede para encontrar soluções e tornar mais eficaz a sua ação.

Todos temos de ser mais céleres, mais dinâmicos e mais eficazes e ninguém se pode desresponsabilizar das suas obrigações, urge responsabilizar a sociedade civil, os poderes públicos e cada um de nós para as questões que dizem respeito à Criança.

Os trinta e três anos da existência do IAC, são a prova da sua longevidade, da sua importância e capacidade de enfrentar, com rigor e determinação, cada momento da sua história, daí que toda a ação desenvolvida em diferentes áreas, com diferentes parceiros, públicos e privados tem sido uma mais valia para toda a sociedade, porque a Defesa da Criança é um território de todos.

Por fim, a Direção agradece a todos os que direta ou indiretamente fazem o caminho com o IAC e submete à apreciação e análise da Assembleia Geral, para discussão e aprovação o Relatório de Atividades e Contas referente ao ano de 2016, relatório cuja síntese de resultados é apresentado neste documento.

Manuel Coutinho
Secretário-geral do IAC

2. FICHAS DE PROJETO/ATIVIDADES



RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ano 2016
COD: AIS

Designação
Ações de Informação e Sensibilização

Responsável
Manuela Ramalho Eanes

Equipa
Manuela Ramalho Eanes – Presidente da Direção Dulce Rocha – Vice-Presidente da Direção Manuel Coutinho – Secretário Geral da Direção ¹ Pina e Silva – Vogal da Direção ² Vasco Alves – Vogal da Direção Ana Filipe – Assessora da Direção ³ Ana Rufino – Assessora da Direção ⁴

5

Outros Serviços Intervenientes	Duração Prevista
Organismos Governamentais e Entidades Particulares	Atividade permanente

Objetivos
Maximizar o objetivo geral do IAC, contribuindo para o Desenvolvimento Integral da Criança, na Defesa e Promoção dos seus Direitos - Informar e sensibilizar a sociedade em geral sobre os Direitos da Criança e suas violações, sobre atividades do IAC relacionadas com a defesa desses mesmos direitos; - Debater temas e promover iniciativas que respondam adequadamente às necessidades e aos problemas das crianças de hoje; - Celebrar protocolos com entidades públicas que patrocinem e colaborem em ações no âmbito dos nossos objetivos

¹ Gestor de Projetos e Coordenador do SOS - Criança

² Gestor Administrativo

³ Docente do Ministério da Educação, destacada no IAC

⁴ Elemento destacado pela Secretaria-Geral do Ministério da Educação e colocada no IAC

Ações Desenvolvidas

Iniciativas do IAC

- IX Conferência “Crianças Desaparecidas e Exploradas Sexualmente”, Novo Auditório da Assembleia da República, (31 de Maio)

Assinaturas de Protocolos de Colaboração com Universidades e Institutos Superiores:

- Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
- Universidade Europeia;
- Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra;
- Faculdade de Motricidade Humana;
- Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa;
- Instituto Superior de Psicologia Aplicada;
- Instituto Português de Psicologia;
- Instituto de Educação da Universidade de Lisboa;
- Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas;
- Instituto Superior Miguel Torga, Coimbra;
- Escola Superior de Educação de Lisboa

e Instituições Congéneres estrangeiras:

- Memorando de Entendimento entre o International Centre for Missing and Exploited Children (ICMEC);

A Direção do Instituto de Apoio à Criança teve participação em múltiplas iniciativas, designadamente em ações de sensibilização em Universidades, Autarquias e Instituições Sociais Parceiras, participação e colaboração com a comunicação social, em que se abordaram as temáticas sobre a Criança, e participação em Reuniões Internacionais, designadamente a ESAN a *Missing Children Europe* e a *Child Helpline International*

6

Salientamos a participação:

- No Lançamento de dois Livros “*Lei de Proteção de Criança e Jovens em Perigo Anotada*” e “*Violência Doméstica*”, a convite da Ministra da Justiça, no Salão Nobre do Ministério da Justiça e de um livro sobre Pobreza Infantil, coordenado pela Profª Amélia Bastos, no ISEG, 21 de Novembro;
- Na Sessão de Abertura do VI Congresso Internacional de Patologia Dual e Adições, no Auditório da Polícia Judiciária (2 junho);
- Na Conferência “*A Investigação do Crime de Abuso Sexual de Crianças*”, organizada pelo Departamento de Investigação e Ação Penal (DIAP) da Comarca de Lisboa, em parceria com o Magistrado do Ministério Público Coordenador da Comarca, no Auditório do IGFEJ (Campus da Justiça – Lisboa) (27 de Outubro);
- Na Conferência “*Convenção sobre os Direitos da Criança, Hoje*”, organizado pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (21 de Novembro);
- E na Sessão de Abertura da Campanha “Exploradas e tratadas como lixo”, Campanha lançada pelo Governo que visa alertar para o tráfico de crianças e apelar aos portugueses para que denunciem quando suspeitarem de algum caso.

E as comunicações apresentadas:

- Conferência sobre Direito da Família e Reforma Judiciária, na Faculdade de Direito de Lisboa no dia 22 Fevereiro;
- Na Conferência na Universidade Lusíada sobre o “*As Crianças e o Estatuto de Refugiados*”, 26 de Fevereiro;
- No VIII Congresso sobre Psicologia da Criança e do Adolescente, na Universidade Lusíada, 13 de Abril;
- Congresso na Ordem dos Advogados/ Funchal, 26 de Maio;
- Comunicação na apresentação do Livro “*Responsabilidades Parentais e Violência Conjugal*” na Faculdade de Direito da Universidade Católica do Porto, 10 Novembro;
- Conferência Internacional Comemorativa dos 50 anos do Código Civil, promovida pela Universidade Lusíada de Lisboa, 16 Novembro.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ano 2015
COD: AL

Designação

Actividade Lúdica

Responsável

Melanie Tavares
Vasco Alves⁵

Equipa

Coordenação

Melanie Tavares – Técnica Superior de Psicologia

Ana Lourenço - Técnica Superior de Psicologia

Claúdia Gaivota – Técnica Auxiliar Administrativa

Luisa Moniz – Docente^{6 7}

Marta Rosa - Docente⁶

Vera Abecasis – Técnica Superior de Psicologia

Outros Serviços Intervenientes

Profissionais e Entidades Governamentais e Não-Governamentais das áreas da Saúde, Educação, Segurança Social e Justiça, nomeadamente: Associações Culturais e Recreativas, Autarquias, Juntas de Freguesia, Escolas, Escolas Superiores de Educação, Hospitais, Jardins-de-Infância, Universidades e Educação Especial, Tribunais, CPCJ, Fórum Construir Juntos, Rede Construir Juntos

Duração Prevista

Atividade permanente

Objetivos

Finalidade

Contribuir para que todas as crianças tenham uma infância feliz, promovendo o direito de brincar, consagrado no art.º 31º da Convenção sobre os Direitos das Crianças, enquanto fator determinante para o desenvolvimento pessoal e social da criança.

Objetivos Gerais

- Prosseguir com o apoio técnico aos espaços lúdicos existentes e incentivar a criação de novos espaços;
- Continuar com ações que permitam a definição e a normalização de critérios de funcionamento das ludotecas e espaços lúdicos, implicando entidades públicas e privadas neste processo;
- Manter o trabalho com as diferentes entidades envolvidas na defesa do Direito de Brincar, a nível regional, nacional e internacional;
- Facilitar a comunicação entre as associações nacionais e internacionais e a população em geral (crianças, jovens, famílias e profissionais).

Objetivos Específicos

- Apoiar a criação e manutenção de espaços lúdicos;
- Realizar ações de sensibilização;
- Divulgar e promover ações de celebração, a nível nacional, do Dia Mundial do Brincar;
- Manter e reforçar a parceria com a Associação Internacional de Ludotecas (ITLA) e com o Grupo Europeu de Ludotecas (ETL);
- Prosseguir com ações de comunicação, divulgação e marketing;
- Organizar 1 encontro nacional da Actividade Lúdica.

⁵ Elemento de ligação à Direção

⁶ Docentes do Ministério da Educação, destacada no IAC

⁷ Destacada até 30.12.2016, passando à aposentadoria

Ações Desenvolvidas

Assegurar o funcionamento regular

Prosseguiu-se com a organização e atualização da documentação, através de vários suportes digitais, bibliográficos e Internet.

Prosseguiu-se com o contacto com diversos parceiros;

Foi assegurado o funcionamento regular.

As restantes ações integraram-se em três grandes linhas de atuação, nomeadamente “Apoio Técnico à Criação e Acompanhamento dos Espaços Lúdicos”, “Relações Internacionais” e “Sensibilização e Empoderamento”.

1. APOIO TÉCNICO À CRIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS ESPAÇOS LÚDICOS

1.1. Supervisão e Consultoria

- Foi dada resposta às solicitações de apoio técnico à criação de espaços lúdicos e aos espaços em funcionamento

1.2. Rede de Ludotecas de Cascais

- A Rede de Ludotecas de Cascais foi alargada às ludobibliotecas do concelho (contando assim agora com 4 ludotecas e 12 ludobibliotecas). Esta reformulação implicou algum atraso nas atividades de colaboração previstas e a necessidade de adequação dos planos de formação;
- Dinamização do plano de formação com os novos elementos das ludobibliotecas do concelho;
- Parceria com Bmind Games para apoio ao plano de formação desenvolvido;
- Elaboração do relatório do plano de formação desenvolvido.

1.3. Faculdade de Motricidade Humana

- Assinatura do protocolo vigente entre a Faculdade e o IAC;
- Projeto de constituição do grupo IPA Portugal.

1.4. Estudo Espaços Lúdicos em Portugal

- Envio do Questionário Final a todos os espaços lúdicos nacionais;
- Tratamento das respostas recebidas.

2. RELAÇÕES INTERNACIONAIS

2.1. ITLA (*International Toy Libraries Association*):

- Participação nas atividades da ITLA, enquanto membro;
- Responsáveis pela *newsletter*;
- Submissão de resumos para apresentação na conferência internacional;
- Divulgação do Dia Internacional do Brincar (28 de Maio)

2.2. ETL (*European Toy Libraries Group*):

- Elaboração do relatório anual;
- Produção da 7ª *newsletter* do Grupo Europeu;
- Delineamento da apresentação do grupo na próxima conferência internacional de ludotecas;
- Filmagem de testemunhos dos membros a propósito da comemoração dos 20 anos do grupo;
- Manutenção do *site* da ETL alocado no espaço *online* do Setor, mantendo-se esta a página oficial do Grupo na internet;
- Participação na reunião do Grupo, a 15 e 16 de Abril na Bélgica.

3. SENSIBILIZAÇÃO E EMPODERAMENTO

3.1. Sensibilização

- Organização e realização de ações de sensibilização para crianças, jovens e famílias que propiciem a reflexão sobre o Direito de Brincar, direta ou indiretamente.

3.2. Dia Mundial do Brincar 2016

- Divulgação e promoção da dinamização de atividades comemorativas do Dia Mundial do Brincar;
- Idealização de atividades para escolas, ludotecas e empresas sob o mote “Brincar a Sério”;

- Atualização de materiais de divulgação (microsite, posters, cadernos e outros);
- Divulgação da efeméride junto dos media (rádios e imprensa escrita);
- Dinamização da página de *facebook*;
- Acompanhamento das atividades realizadas a nível nacional, de norte a sul (incluindo arquipélagos).

3.3. Plataforma de Apoio aos Refugiados (PAR)

- Alocação de bens doados, nomeadamente roupa e brinquedos, a famílias acolhidas

3.4. Palestras e Comunicações

- “Brincar para a promoção da vinculação familiar”: Biblioteca Municipal de Penalva do Castelo, Penalva do Castelo;
- “Importância do Brincar”: Meninos de Ouro.

3.5. Participação em iniciativas de outras entidades e associações

- Cerimónia de lançamento do Movimento ‘Direito a Brincar’, lançado pelo Grupo IKEA;
- Provas de Aptidão Profissional do Instituto de Educação e Desenvolvimento Profissional;
- Seminário “Jogo e Motricidade no Desenvolvimento da Criança”, Faculdade de Motricidade Humana;
- Montras do Ministério da Educação.

3.6. Comunicação, divulgação e marketing

- Redigiram-se notícias para o Boletim do IAC;
- Assegurou-se o desenvolvimento e a atualização do sítio *online*;
- Colaborou-se com os *media* em temas relacionados com a atividade lúdica.

Resultados Obtidos

Funcionamento regular:

Ação	Principais parceiros
12 Reuniões	Equipa
27 Reuniões	Escola Superior de Educação de Lisboa; Faculdade de Motricidade Humana; Câmara Municipal de Cascais
9 Reuniões	Outros sectores do IAC
17 Atendimentos	Profissionais de várias áreas, estudantes e público em geral
Principais resultados	
Elaboração de 5 suportes digitais	Material de apoio a intervenções para várias entidades (incluindo apresentação em ações de sensibilização e saídas externas);
Elaboração de 5 documentos	Material de apoio ao Dia Mundial do Brincar e posters para apresentação em stands;

1. APOIO TÉCNICO À CRIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS ESPAÇOS LÚDICOS

1.1. Supervisão e Consultoria

Ação	Principais Objetivos	Principais destinatários
Resposta a 15 pedidos	- Legislação em atividade lúdica; - Documentação de apoio a projetos; - Apoio à criação de novos espaços.	- Ludoteca de Marquês Pombal; - Divisão de Cultura e Património da Biblioteca Municipal do Seixal; - Associação Fénix; - Agrupamento de Escolas da Caparica; - Centro Sagrada Família.

1.2. Rede de Espaços Lúdicos de Cascais

Nome da Ação	Conteúdos	Local	Dinamizadores	Participantes
Material Lúdico e Potencialidades (2 sessões)	A atividade lúdica e os espaços lúdicos (diferentes espaços, diferentes públicos, diferentes atividades e diferentes materiais); origens, percursos e potencialidades do material lúdico; a educação não formal e o tempo livre; e a experimentação de material lúdico – atividade prática.	Cascais	Ana Lourenço, Marta Rosa, Natália Pais	32 (técnicos de educação e da área social)

1.1.2. Avaliação das ações em Cascais



Nas 5 dimensões avaliadas – se a ação correspondeu às expectativas, se os conteúdos foram adequados, se os materiais e as dinâmicas foram adequados, se a carga horária foi adequada e se os conhecimentos adquiridos têm aplicabilidade na prática profissional – a avaliação dos participantes situa-se no valor 3,3 (numa escala de 1 a 4 pontos).

Embora todas as dimensões tenham tido uma avaliação bastante positiva, destacam-se as relativas aos conteúdos e à aplicabilidade como aquelas cuja média foi superior (3,3 e 3,6 respetivamente).



Nas 4 dimensões avaliadas – planificação e dinâmica, metodologia utilizada, transmissão de conhecimentos e oportunidade de participação – a avaliação dos participantes situa-se no valor 3,4 (numa escala de 1 a 4 pontos).

Embora todas as dimensões tenham tido uma avaliação bastante positiva, destaca-se a relativa à transmissão de conhecimentos como aquela cuja média foi superior (3,5).

1.3. Faculdade de Motricidade Humana

- Assinatura do protocolo de cooperação com a Faculdade;
- Revisão dos estatutos para a criação da IPA Portugal.

1.4. Estudo “Espaços Lúdicos em Portugal”

Ação	Entidades
Registo e tratamento estatístico de 18 questionários do Estudo “Espaços Lúdicos em Portugal”	- ACEP Meadela - Centro Lúdico de Vilar Formoso - Centro Lúdico CRIAR-T - Câmara Municipal de Faro - Câmara Municipal de Coruche - CRIFZ Ferreira de Zêzere - Fundação Marquês de Pombal - Hospital Senhora da Oliveira – Guimarães - Ludoteca Branca de Neve - Ludoteca de Évora - Ludoteca Municipal de Espiche - Ludoteca Municipal de Seia - Ludoteca “O Dragão Brincalhão” - Ludoteca Pampilho - Ludoteca Vale Carro - Malmequeres - Centro Lúdico de Oliveira de Azeméis - TorreGuia

2. RELACÕES INTERNACIONAIS

11

2.1. International Toy Library Association – ITLA

ITLA	Atividades
Atividades Regulares	- Resposta a todas as solicitações da ITLA por email; - Divulgação das atividades do Dia Mundial do Brincar;
Newsletter Digital	- Conceção e edição gráfica da newsletter de Janeiro e Abril.
Conferência Internacional (10 a 13 de Maio)	Elaboração de 3 resumos a apresentar na conferência: - “World Play Day in Portugal - A series of events”; - “Toy Libraries in Portugal - Past, present and future”; - “Toys for girls and toys for boys... or is it the other way around?”.

2.2. Grupo Europeu de Ludotecas – ETL

ETL	Atividades
Atividades Regulares	- Apresentação das atividades nacionais a 15 participantes de 10 países; - Edição de 10 vídeos.
Newsletter Digital	- Edição da 7ª Newsletter do Grupo Europeu
Acessos registados no site IAC/Actividade Lúdica	- Secção Actividade Lúdica/ETL em português – 18864 visitas; - Secção Actividade Lúdica/ETL em inglês – 28237 visitas.

3. SENSIBILIZAÇÃO E EMPODERAMENTO

3.1. Sensibilização

Nome da Ação	Conteúdos	Local	Dinamizadores	Participantes
A importância do Brincar (1 sessão)	- “Novas” evidências sobre a importância do brincar no desenvolvimento global da criança; - Brinquedos, novas tecnologias e o brincar livre; - O Brincar na educação formal e não formal.	Sector da Actividade Lúdica	Marta Rosa	15 (técnicos de ação educativa)

3.1.1. Avaliação da ação



Nas 5 dimensões avaliadas – se a ação correspondeu às expectativas, se os conteúdos foram adequados, se os materiais e as dinâmicas foram adequados, se a carga horária foi adequada e se os conhecimentos adquiridos têm aplicabilidade na prática profissional – a avaliação dos participantes situa-se no valor 3,7 (numa escala de 1 a 4 pontos).

Embora todas as dimensões tenham tido uma avaliação bastante positiva, destaca-se a relativa à aplicabilidade (3,9).

3.1.2. Avaliação dos formadores



Nas 4 dimensões avaliadas – planificação e dinâmica, metodologia utilizada, transmissão de conhecimentos e oportunidade de participação – a avaliação dos participantes situa-se no valor 3,7 (numa escala de 1 a 4 pontos).

Embora todas as dimensões tenham tido uma avaliação bastante positiva, destaca-se a relativa à oportunidade de participação como aquela cuja média foi superior (3,8).

3.2. Dia Mundial do Brincar 2015

A pontuação da avaliação do Dia Mundial do Brincar 2015 – “Brincar a Sério” foi de 4,5 pontos (numa escala de 0 a 5 pontos).

A comemoração também envolveu adultos na maioria das instituições (apenas uma instituição não teve a envolvimento de adultos).

Dia Mundial do Brincar	Atividades
Material de Divulgação	- Cadernos de Divulgação; - Propostas de Atividades.
Página de facebook	- 2319 gostos
Online (site e minisite)	- 4731acessos
18 Entidades envolvidas	- Colégio Crescer no Campo – Pinhal Novo - JI Corticeiro de Cima - Cantanhede - EB1/ JI José Garcês – Amadora - EB1/ JI Dr. José Pereira – S. Miguel, Açores - JI do Pinhal do General – Quinta do Conde - Agrup. de Escolas de Cabeceiras de Basto - Cabeceiras de Bastos - Agrup. de Escolas Manuel da Maia - Lisboa - Jardim de infância do Centro Escolar das Misericórdias-Ourém - JI Rinchoa 2 – Rio de Mouro - Colégio Brinca e Educa – S. Domingos de Rana - Lua de Alecrim Associação – Vila Real - Associação de Amigos da Encosta Nascente – Amadora - A Taipa – Lagoa/ S. Miguel, Açores - USF Gil Eanes – Viana do Castelo - Casa Museu João de Deus – S. Bartolomeu de Messines - Associação Portuguesa de Prevenção e Apoio à Saúde – Póvoa de Lanhoso - Associação portuguesa de Prevenção & Apoio à Saúde Mental – Póvoa de Lanhoso - Associação de Solidariedade Social de Carapinhos e Corticeiro de Baixo – Carapinhos

13

3.3. Plataforma de Apoio aos Refugiados (PAR)

Triagem, organização e entrega de 10 caixotes de material a 7 instituições parceiras da PAR

3.4. Palestras e Comunicações

Nome da Ação	Conteúdos	Local	Dinamizadores	Participantes
Brincar para a promoção da vinculação familiar	- A importância do Brincar na família; - O papel da família na escola, em particular na defesa e promoção do brincar.	Biblioteca Municipal (Penalva do Castelo)	Marta Rosa	60 (técnicos)
Importância do Brincar	- “Novas” evidências sobre a importância do brincar no desenvolvimento global da criança;	Meninos d’Oiro (Azeitão)	Marta Rosa Melanie Tavares	60 (técnicos e famílias)

	- Brinquedos, novas tecnologias e o brincar livre; - O Brincar na educação formal e não formal.			
TOTAL				120

3.5. Participação em iniciativas de outras entidades e associações

- IKEA: participação de 2 técnicas no evento com 50 participantes;
- Provas de Aptidão Profissional: participação de 1 técnica na avaliação de 15 alunos;
- Seminário FMH: participação de 3 técnicas no evento com 70 participantes;
- Exposição nas Montras do Ministério da Educação durante o mês de Novembro.

3.6. Comunicação, divulgação e marketing

- Redação de 5 notícias para o Boletim do IAC.
- 2 artigos na Revista Maria “Com os brinquedos... não se brinca!” e “Carta ao Pai Natal”.

3.7. Parcerias

- FMH, Hi-Interactive, PAR, Bmind Games, Rede de Espaços Lúdicos de Cascais.

Avaliação Qualitativa

O ano de 2016 foi marcado pela elevada participação a nível internacional. O sector da Actividade Lúdica representa Portugal nas instituições internacionais de defesa do direito de brincar desde o final da década de 90 e, nos últimos anos, esta tarefa tem-se intensificado e é uma parte cada vez mais relevante no trabalho do sector.

Para além das entidades nacionais valorizarem o Sector na função de ponte entre o que se faz a nível nacional e internacional, são os próprios grupos internacionais que reconhecem o bom trabalho desenvolvido, ao atribuírem ao sector cada vez mais tarefas e responsabilidades.

A informação acerca das ludotecas, que é normalmente da responsabilidade das Associações Nacionais de Ludotecas, em Portugal fica à responsabilidade do sector da atividade lúdica que sempre centralizou essa informação. Não só detém conhecimento sobre o funcionamento dos espaços lúdicos, através do estudo que se encontra a desenvolver e cujos resultados serão apresentados na 14ª Conferência Internacional de Ludotecas (Leiden, 10 a 13 de Maio), como mantém há mais de 20 anos a supervisão e apoio técnico dos profissionais da área da educação não formal. Um dos aspetos a reforçar no ano de 2017 é a formalização destes apoios, para que seja possível traduzir em números o trabalho que desenvolvemos no apoio direto aos espaços lúdicos em Portugal.

O Dia Mundial do Brincar é outro dos aspetos a destacar, seja no que respeita à sensibilização para o direito de brincar, seja no que se relaciona com o reforço de ligação com entidades públicas e privadas, de educação formal e não formal em Portugal. Desde o início da comemoração deste dia em Portugal, o sector tem promovido iniciativas diferenciadoras para vários públicos-alvo e atualmente são as instituições que nos procuram e que aguardam as nossas sugestões para a dinamização de atividades.

Globalmente, a maioria das atividades propostas para 2016 foram concretizadas e, se tivermos em consideração que metade da equipa esteve de licença de maternidade cerca de 6 meses, podemos mesmo considerar que o resultado foi mesmo extremamente positivo.

A intervenção do Sector da Actividade Ludica não é fácil de promover. É um trabalho de supervisão de projetos, de formação a técnicos em áreas não contempladas nas formações-base, de apoio a espaços e de sensibilização para a importância do brincar, e acaba por ser uma área valorizada apenas por aqueles que trabalham no âmbito do direito de brincar. Trabalhamos em prol de todas as crianças, sem exceção.

Sabemos que muito há ainda a fazer até atingirmos uma atuação plena, mas é inquestionável que o sector assume uma importância extrema na área do brincar e que o seu maior reconhecimento é daqueles que trabalham diretamente com as crianças. Seguimos para 2017 com a convicção, cada vez maior, que o brincar é a atividade mais importante da criança e o seu maior direito.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ano 2016
COD:CEDI

Designação

Centro de Estudos, Documentação e Informação sobre a Criança
Eixos de Intervenção:
Centro de Estudos
Serviço de Documentação
Serviço de Informação/Comunicação/Publicações
Serviço de Formação

Responsável

José Brito Soares
Vasco Alves⁸

Equipa

Coordenação

José Brito Soares – Técnico Superior de Línguas Estrangeiras

Ana Tarouca - Técnica Superior de Ciências Documentais

Clara Castilho⁹

Cláudia Outeiro - Docente¹⁰

Fernando Carvalho – Técnico

Maria João Malho – Docente³

Nuno Domingues – Docente³

Pedro Pires – Técnico Superior de Ciências Documentais

15

Outros Serviços Intervenientes

Todos os Setores do IAC, produtores e/ou detentores de Documentação; Unidades de documentação e informação a nível nacional e internacional. Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens. Rede Social de Lisboa. Ministério da Educação, Plano Nacional de Leitura, Conselho Nacional de Educação.

Escolas Superiores: Escola Superior de Educação de Lisboa, Faculdade de Motricidade Humana, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, UTL, Universidade Católica de Lisboa.

Autarquias: Câmara Municipal de Lisboa – Vereação dos Direitos Sociais, Departamento de Ação Social (Espaço a Brincar), Departamento de Desenvolvimento Social, Programa Local de Habitação e dos Direitos Sociais (PLH+DS).

Associações: Centros de Formação das Associações de Escolas de Sintra, de Cacém/Queluz, de Amadora, de Cascais e de Lisboa. European Anti Poverty Network (Rede Europeia Anti-Pobreza – Portugal), FNGIS (Fórum Não-Governamental para a Inclusão Social)

Fundações: Fundação Lapa do Lobo.

Escolas: Agrupamento de Escolas das Olaias, Agrupamento de Escolas D. Maria II, Escola Profissional da Moita, Escola Secundária João de Barros (Seixal), Escola Secundária Gil Vivente, Agrupamento de Escolas Francisco Arruda

Empresas: Plátano Editora, Edições Sílabo.

CPCJ: CPCJ de Odemira, CPCJ de Vendas Novas, CPCJ de Santarém.

Duração Prevista

Atividade
permanente

⁸ Elemento de ligação à Direção

⁹ Responsável da Publicação – Boletim do IAC - Prestadora de Serviços

¹⁰ Docentes do Ministério da Educação, destacados no IAC

Objetivos

Produzir, gerir e divulgar conhecimento sobre a Criança, com especial enfoque na Criança Portuguesa

Objetivos Gerais

- Formar, promovendo o aumento da informação, conhecimento e compreensão sobre a Criança enquanto sujeito de direitos;
- Desenvolver e gerir canais de comunicação (*site, blogue, facebook*, etc.) do IAC;
- Produzir e/ou reeditar publicações ou outros suportes de informação sobre problemáticas atuais no âmbito da Criança;
- Organizar/participar em eventos, projetos e estudos a nível nacional e internacional em articulação com os setores do IAC.

Ações Desenvolvidas

1. CENTRO DE ESTUDOS

1.1. Rede Social de Lisboa

O IAC está presente na Rede Social desde 2006 participando regularmente nas reuniões plenárias. Estamos presentes desde 2009 no **Grupo de Trabalho para a Área das Crianças** tendo contribuído com propostas concretas para uma melhor cidade para e com as crianças - Estratégia de Cidade para as Crianças em Lisboa.

O IAC é cocoordenador de 3 ações:

- “Mediação Escolar – mecanismos de participação”;
- “Direito ao tempo a ser criança em Lisboa”;
- “Os direitos das crianças e dos jovens sentidos por eles próprios”.

1.2. Centro Internet Segura

O IAC faz parte do Conselho de Acompanhamento deste projeto, participando regularmente nas reuniões de trabalho e servindo, por vezes, como mediador na articulação com outras entidades. A coordenação está sediada na Fundação para a Ciência e a Tecnologia – FCT.

1.3. Direção Geral do Ministério da Educação e Ciência

O IAC tem vindo a articular trabalho com a Equipa de Recursos e Tecnologias Educativas – ERTE da Direção Geral de Educação do Ministério da Educação e Ciência. **Rede das Bibliotecas Escolares** – Lisboa.

1.4. Fórum sobre os Direitos das Crianças e dos Jovens

Continuação nesta parceria de trabalho: Grupo Alargado e Grupo das Tertúlias.

1.5. EAPN – Portugal – European Anti Poverty Network (Rede Europeia Anti-pobreza)

Representamos o IAC nesta associação desde 12 de novembro de 2013. Na sequência da publicação do texto “Erradicar a Pobreza – Compromisso para uma Estratégica Nacional” na Revista Rediteia nº 48 várias atividades foram realizadas pelo grupo para a sua divulgação.

1.5.1. EAPN – Núcleo Distrital de Lisboa

Representante do IAC neste grupo de trabalho desde 1 de novembro de 2013.

1.6. FNGIS – Fórum Não-governamental para a Inclusão Social

Representante do IAC neste Fórum Nacional desde 9 de dezembro de 2013.

1.7. Agrupamento de Escolas Francisco Arruda

Representante do IAC no Conselho Geral

2. SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO

2.1. Biblioteconomia

2.1.1. Aquisição e recolha de documentação

- Contato com livrarias e consequente compra de publicações;
- Subscrição de Periódicos on-line.

2.1.2. Tratamento documental

- Triagem;
- Catalogação;
- Classificação;
- Indexação;
- Atribuição de cota;
- Carimbagem;
- Etiquetagem;
- Arrumação.

2.1.3. Gestão das Bases de Dados Informatizadas

- 1 Bases de dados bibliográficas (acervo em papel);
- 1 Base de dados de atendimentos.

2.1.4. Elaboração e divulgação bimestral do Boletim Digital InfoCEDI, subordinado a temas relacionados com a Criança.

2.1.5. Envio do Boletim IAC em formato digital por correio eletrónico.

2.1.6. Alimentação diária do blogue institucional, com ligação às redes sociais *Facebook* e *Twitter*.

2.1.7. Resposta a pedidos de documentação e informação

- Pedidos presenciais;
- Pedidos telefónicos;
- Pedidos carta/fax;
- Pedidos por correio eletrónico

2.1.8. Empréstimo Interbibliotecas

2.1.9. Avaliação do grau de satisfação do cliente do serviço de documentação

17

3. SERVIÇO DE INFORMAÇÃO / COMUNICAÇÃO / PUBLICAÇÕES

3.1. Informação

- Atualização e disponibilização on-line de informação (*Site* IAC);
- Definição das temáticas relevantes, no âmbito da Criança, para efeitos de difusão;
- Levantamento/recolha de informação produzida pelos setores do IAC;
- Implementação de rotinas de articulação entre os diferentes setores e o CEDI no que se refere ao *site*, boletim, publicações, eventos e outras atividades;
- Divulgação de publicações coordenadas pelo IAC no *site* da instituição;
- Participação em eventos no âmbito da Criança, promovidos por outros setores do IAC ou entidades exteriores;
- Organização de eventos temáticos;
- Análise da informação sobre o IAC e produzida pelos setores IAC.

3.2. Publicações e Ferramentas Online

- Conceção/produção/edição de publicações de divulgação institucional;
- Participação na organização editorial do Boletim IAC;
- Estabelecimento de contactos e contratualização com editoras para a conceção/produção de livros e jogos para crianças e jovens e outros de carácter técnico.

3.3. Comunicação

- Comunicação sobre a Criança e sobre as atividades do IAC através de diferentes ferramentas e redes sociais;
- Divulgação da informação produzida a partir de contactos com os *Media*.

3.4. Formação

- Formação para docentes e não docentes no âmbito dos protocolos estabelecidos com os CFAE;
- Ações de sensibilização para alunos e pais.

3.5. Mecenate

- Abordagem de algumas instituições para a obtenção de fundos e de apoios no âmbito das atividades desenvolvidas pelo CEDI.

Resultados Obtidos

1. CENTRO DE ESTUDOS

1.1. Rede Social de Lisboa

Elaboração de Estudos e Relatórios no âmbito da Rede Social de Lisboa:

- Análise de dados - Inquérito ao funcionamento dos Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família/Estruturas de apoio ao Aluno e à Família das Escolas Públicas de Lisboa - em parceria com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e o Ministério da Educação;
- Caracterização da Ação de Formação "Direitos da Criança em Ação - LX DC" - diagnóstico da visão das crianças sobre o seu sentir relativamente à aplicação dos seus direitos na Cidade de Lisboa - em parceria com a Escola Superior de Educação de Lisboa e a Câmara Municipal de Lisboa (Espaço a Brincar e DMHDL/PLHDS);
- Ponto de situação do trabalho "Direito ao tempo de ser Criança" em parceria com a Câmara Municipal de Lisboa.

1.1.1. Rede Social de Lisboa

Participação nos Plenários da Rede e no Grupo de Trabalho para a Área das Crianças

Recursos Humanos	Reuniões	Parcerias	Destinatários
1 Técnico	Reuniões plenárias (14 Julho)	Câmara Municipal de Lisboa	População da Cidade de Lisboa

1.1.2. Grupo de Trabalho das Crianças – GTC - (Rede Social de Lisboa)

	Recursos Humanos	Reuniões
Elaboração da grelha de ações a realizar	1 Técnico	10

1.2. Centro Internet Segura

Como membro do Conselho de Acompanhamento participação nas reuniões de trabalho com os diversos parceiros e equipa coordenadora sediada na Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Recursos Humanos	Reuniões no Centro Internet Segura (FCT)	Destinatários
1 Técnico	2	População em geral

1.3 Fórum sobre os Direitos das Crianças e dos Jovens

Membro fundador deste Fórum. Participamos nas reuniões alargadas e fazemos parte de 1 grupos de trabalho (tertúlias).

Recursos Humanos	Reuniões Alargadas	Grupos de Trabalho (tertúlias, eventos e comunicação social)
1 Técnico	2	5 eventos

1.4. European Anti Poverty Network - Portugal (Rede Europeia Anti Pobreza)

Recursos Humanos	Reuniões – EAPN	Destinatários
1 Técnico	18 e 28 de novembro	População em geral e organismos políticos institucionais

1.4.1. European Anti Poverty Network - Portugal (Rede Europeia Anti Pobreza) – Núcleo Distrital de Lisboa

Recursos Humanos	Reuniões – EAPN	Destinatários
1 Técnico	31 de maio, 4 de julho, 13 de setembro, 27 de outubro	População em geral e IPSS

1.5. Fórum Não-Governamental para a Inclusão Social

Recursos Humanos	FNGIS	Destinatários
1 Técnico	7 de janeiro	População em geral e organismos políticos institucionais

1.6. Conselho Geral do Agrupamento de Escolas Francisco Arruda

Recursos Humanos	Reuniões AEFA	Destinatários
1 Técnico	28 de janeiro e 10 de novembro	Comunidade educativa das freguesias da Ajuda e de Alcântara

2. SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO

2.1. Aquisição e recolha de documentação em suporte papel

- 91 monografias por oferta
- Entrada de 96 números de periódicos (por oferta ou permuta)

2.2. Tratamento documental

- Base de Dados Acervo Papel:
 - . n.º de registos inseridos na Base de Dados Acervo em Papel – 191
- Triagem e organização da Base de Dados da Cision correspondentes ao ano de 2016.
- Recolha de 148 notícias publicadas na imprensa escrita sobre o IAC. Análise estatística destas 148 notícias e registo em base de dados em Excel

2.3. Produção e Divulgação de Boletim Digital InfoCEDI

- N.º de InfoCEDIs difundidos por Correio eletrónico e no site do IAC - 6 (seis) com carácter bimestral
- Temas tratados:
 - . Jan./Fev. - nº 62 – Castigos Corporais Infligidos às Crianças
 - . Mar./Abr. - nº 63 – A Criança e a Alimentação Saudável
 - . Maio/Jun. - nº 64 – A Depressão em Crianças e Adolescentes
 - . Jul./Agosto - nº 65 – *Cyberbullying*
 - . Set/Out. - nº 66 – Crianças com Diabetes
 - . Nov./Dez. - nº 67 – Casamento Infantil

2.4. Gestão de contactos mailing CEDI

- N.º de contactos eletrónicos do e-mailing CEDI em 2016: 3.583 contactos

2.5. Criação, Atualização e Divulgação de Blogue Institucional

- N.º de artigos publicados em 2016 – 1.303
- Visitas ao Blogue em 2016 - 1.285.113 visitas
- Divulgação: Atualização automática nas redes sociais *Facebook* e *Twitter*
- Outros meios: InfoCEDI, Mailing IAC, Site institucional

2.6. Facebook

- Gostos na Página Facebook em 2016 – 15.250
- Alcance Total em 2016 – 1.977.254

2.7. Resposta a pedidos de documentação e informação

- N.º de pedidos presenciais - 160
- N.º de pedidos telefónicos – 114
- N.º de pedidos por correio eletrónico – 111 (30 via *Facebook* do IAC)
- N.º de pedidos por carta/fax - 2
- N.º total de pedidos – 387
- N.º de pedidos externos – 242
- N.º de pedidos internos – 145
- Reprodução de documentos - 230 fotocópias/impressões
- Cedência de ficheiros do acervo digital - 460 ficheiros
- N.º de links enviados – 1.850 links
- N.º de gravações - 30
- N.º de visualizações do Infocedi no site do IAC – 2270

2.8. Avaliação do grau de satisfação do cliente (Média de grelha de avaliação de 1 a 5, segundo opinião escrita dos clientes presenciais)

Média de avaliação da qualidade das diversas tipologias documentais que constituem o acervo

- Monografias 4,2
- Periódicos 4,4

- Recortes Imprensa 4,3
- Legislação 4,0
- Média de avaliação da pertinência do acervo para a pesquisa 4,8
- Média de avaliação da quantidade de recursos disponível 4,6
- Média de avaliação dos técnicos quanto à amabilidade 5,0
- Média de avaliação dos técnicos quanto à competência 5,0

2.9. Apoio a eventos do IAC

- Apoio na divulgação de dois eventos

2.10. Contribuição de textos Para Boletim IAC

- 1 Texto – “Blogue do IAC em franco crescimento”

2.11. Recolha e tratamento de informação para secção “IAC presente e media” do Boletim IAC

2.12. Apoio logístico à exposição itinerante “Crianças com Direitos”

3. SERVIÇO DE INFORMAÇÃO / COMUNICAÇÃO / PUBLICAÇÕES

3.1. Publicações

- Conceção gráfica de todas as publicações nomeadamente:
 - . Produção do cartaz em diferentes tamanhos relativo à consignação de 0,5% do IRS a favor do IAC;
 - . Produção do cartão relativo ao Natal;
 - . Produção de materiais destinados às montras do Ministério da Educação;
 - . Produção de cartaz e desdobráveis (tríptico) da Conferência sobre os 25 anos da Convenção dos Direitos das Crianças;
- Coordenação do processo de digitalização do espólio de vídeo do IAC;
- Captação e gravação de vídeos das participações na televisão, de diferentes dirigentes do IAC, em suporte digital;
- Tratamento e manipulação de imagens, PDF e outros suportes digitais, nomeadamente, para colocação em sites/blogues do IAC;
- Redação de artigos para o Boletim IAC, edição e revisão de texto.

3.2. Mecenato/Parcerias

- Colaboração de algumas personalidades para a obtenção de apoios e parcerias: Raquel Palermo, Prof.^a Dr.^a Teresa Sofia Castro (Universidade do Minho/FCT), Prof.^a Dr.^a Cristina Ponte
- Protocolos com os Centros de Formação de Associação de Escolas (CFAE) do Cacém e Queluz, Amadora, Lisboa (Calvet de Magalhães), Sintra, Cascais e Sesimbra.

3.3. Participação em eventos/atividades de promoção do IAC/ações de sensibilização nas escolas

- Coordenação da itinerância da Exposição “Crianças no Mundo – com Direitos” (8 instituições/escolas do Continente requisitaram a exposição que teve 1.911 visitas de crianças e jovens);
- Atividades pedagógicas sobre os Direitos da Criança para todos os níveis de ensino no âmbito do Projeto “Os Direitos da Criança na Educação para a Cidadania” nas seguintes instituições:
 - . Centro Acolhimento Temporário de Tercena (20 jovens em acolhimento), em fevereiro;

3.4. Participação em Projetos

- Dinamização e coordenação da participação do IAC na animação das Montras do ME;
- Projeto *Bullying* NÃO!:
 - Organização de colóquios sobre a prevenção do *Bullying* em escolas e associações dos concelhos de Sintra, Seixal, Lisboa e Moita:
 - . Agrupamento de Escolas D. Maria II – ação de sensibilização para professores, em novembro;
 - . Escola Secundária João de Barros – 9º ano (24 alunos), em junho;
 - . Escola Profissional da Moita – 11º ano (60 alunos), em julho;
 - . Agrupamento de Escolas das Oiaias - ação de sensibilização para Assistentes Operacionais, em abril.

3.5. Outras funções/tarefas

- Conceção e desenvolvimento de dois livros infantis sobre a relação das crianças com as novas tecnologias (e a supervisão parental) em parceria com a Dr.^a Teresa Castro e a escritora Raquel Palermo.
- Preparação, Submissão e Implementação do projeto TALE (*Training Activities for Legal Experts on children rights*), projeto financiado pela União Europeia, em parceria com cinco países europeus, com o objetivo de melhorar a formação técnica de vinte especialistas nos Direitos da Criança em Portugal. Este

projeto é conduzido numa cooperação entre o Serviço Jurídico, o CEDI e o Projeto Rua (*project officers* Ana Sotto-Major/José Brito Soares, *legal experts* Nuno Domingues/Ana Perdigão e *youth expert* Isabel Porto). Para além das presenças em reuniões internacionais, da elaboração de uma Newsletter, da organização de encontros com jovens e de uma ação de formação, foram elaborados vários documentos: mapas financeiros (1º Relatório Financeiro: 31 de janeiro de 2016; 2º Relatório Financeiro: 31 de abril de 2016; 3º Relatório Financeiro: 31 de julho de 2016; 4º Relatório Financeiro: 31 de outubro de 2016. Foram ainda elaborados dois Relatórios Narrativos.

- Elaboração de notícias jurídicas nacionais e cooperação com os parceiros internacionais do projeto TALE para a criação de três números da NEWSLETTER-TALE
- Preparação e elaboração do Protocolo de colaboração entre o IAC e a Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, assinado no dia 04 de novembro de 2016
- Várias traduções incluindo o Protocolo com o ICMEC (*International Centre for Missing & Exploited Children*) com sede em Alexandria, na Virgínia (Estados Unidos).
- Manutenção dos computadores do CEDI.

3.6. Formação

- Ação “Indisciplina *Bullying* e Intervenção na Crise” na modalidade Curso de Formação para Docentes (Centros de Formação da Associação de Escolas NOVAFOCO em protocolo com o IAC) (junho, julho) - com a participação externa ao CEDI de Isabel Porto.
- Ação “Prevenção do *Bullying* em contexto escolar” na modalidade Oficina de Formação para Docentes (Centros de Formação da Associação de Escolas de Sintra, em protocolo com o IAC) (junho, julho)
- Formação “Direitos da Criança em Ação – LXDC” na modalidade Oficina de Formação (5 sessões). Colaboração entre a ESE de Lisboa, o IAC e o Espaço a Brincar/CML. Público-alvo: funcionários da CML.
- Organização, em todas as suas vertentes, do 1º *workshop* TALE, realizado todo o dia de 4 de novembro de 2016, nas instalações da FDUNL (Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa)

PARTICIPAÇÃO DO CEDI EM REUNIÕES, CONFERÊNCIAS, ENCONTROS, EVENTOS...

21

Reuniões de trabalho

- Boletim IAC – 2
- Reuniões de trabalho com os parceiros dos vários projetos desenvolvidos pelo CEDI – Escolas, Gráfica, Universidade do Minho/José Fanha, CFAE, GO-TO – 25
- Eixo da Informação – Direção – 8
- Publicações – 2
- IAC/Montras do ME – 2
- GO-TO – 3
- Reuniões de preparação da Formação “Direitos da Criança em Ação – LXDC”. Colaboração entre a ESE de Lisboa, o IAC e o Espaço a Brincar/CML - 5.
- Rede Social de Lisboa – 33: reuniões plenárias (2), Grupo de Trabalho das Crianças – grupo alargado (5), mediação escolar (6), formação (8), ouvir as crianças (8), espaços de brincar (4)
- Workshops “mediação escolar” para os CLAS (conselho local de ação social) – 4
- Fórum sobre os Direitos das Crianças e dos Jovens – 5: reuniões gerais (2), reuniões do grupo das tertúlias (3)
- Centro Internet Segura – FCT – 4
- Lançamentos de livros infanto-juvenis apoiados pelo IAC – 3
- Equipa de Recursos e Tecnologias Educativas – MEC – 2
- *European Anti-Poverty Network* – EAPN (Rede Europeia Anti-Pobreza) 12: Núcleo Distrital de Lisboa (4), Grupo da Estratégia (8)
- Fórum Não-Governamental para a Inclusão Social – FNGIS – 3
- Fórum da Cidadania – 4
- Conselho Geral do Agrupamento de Escolas Francisco Arruda – 3
- EB Carlos Gargaté - 5 turmas
- Grupo de Trabalho das Crianças (Rede Social de Lisboa) – 18 de maio (EB Patrício Prazeres), 19 de maio (EB Almeida Negreiros), 24 de maio (Baixa-Chiado) e 7 de junho (EB Paula Vicente)
- Formação THEAM / CESIS – 15, 21, 30 de junho, 12 de julho e 3 de outubro

Participação noutros eventos

Data	Evento	Local	Tipologia
11/janeiro	Apresentação da publicação “Rediteia 48”	Sala do Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa	EAPN - Grupo de Trabalho da Estratégia Nacional

12/janeiro	“Bullying e Cyberbullying”	Escola Superior de Educação de Lisboa	Tertúlia Inquietações Pedagógicas
28/janeiro	Conselho Geral	Escola 2+3 Francisco Arruda - Lisboa	Conselho Geral
1/fevereiro	“Pobreza e Exclusão Social em Portugal – contextos, transformações e estudos”	Espaço Santa Casa – Campo de St. Clara	Conferência para a apresentação do livro / resultados da investigação
4/fevereiro	“Faz a tua Parte por uma Internet Melhor”	Fórum Picoas - Lisboa	Seminário “Dia da Internet Segura”
27/fevereiro	Encontro Nacional SeguraNet	Instituto Politécnico de Santarém – Santarém	Encontro Nacional - MEC
1/março	“O que queremos que aprendam e que saibam ser e fazer?”	Escola Superior de Educação de Lisboa	Tertúlia Inquietações Pedagógicas
10/março	Participação e discussão pública sobre “Infância, Juventude e Família”	Conselho Local de Ação Social	Workshop
11/março	Avaliação Projecto Rua	Atmosfera M – Lisboa	Seminário
15/março	“Os Sentimentos na Ponta dos Dedos”	Auditório 3 – Orquestra Metropolitana de Lisboa	Lançamento de livro
15/março	Participação e discussão pública sobre “Pobreza e Inclusão Social”	Conselho Local de Ação Social	Workshop
17-18/março	“Crianças Cidade e Cidadania”	Centro Cultural Vila Flor - Guimarães	Colóquio Internacional
20/maio	“Depois do Espanto” “Nós Pensamos Todos em Nós”	Centro Cultural de Belém – Pequeno Auditório	Conferência e filme
21/maio	“A Infância de Todos Nós”	Centro Cultural de Belém – Pequeno Auditório	Conferência
28/maio	III Fórum da Cidadania	Instituto Superior Ciências do Trabalho e Empresa - Lisboa	Vereação dos Direitos Sociais - Câmara Municipal de Lisboa
1/junho	Dia Mundial da Criança	Paços do Concelho - Câmara Municipal de Lisboa	Assinalar o Dia Mundial da Criança
2/junho	Apresentação dos Resultados do Workshop	Junta de Freguesia de Alvalade - Lisboa	Comissões Sociais de Freguesia
5-6/julho	Provas de Aptidão do Curso Técnico-profissional de “Animação Sociocultural”	Escola Secundária Gil Vicente	Escola Secundária Gil Vicente
28/setembro	“Os Usos do Tempo de Homens e de Mulheres em Portugal”	Sala do Arquivo – Câmara Municipal de Lisboa	Apresentação do livro / investigação

12/outubro	Protocolo de Cooperação – IAC/CML	Salão Nobre dos Paços do Concelho - Lisboa	Assinatura de Protocolo de Cooperação – IAC/CML
14/outubro	“Fórum 20 anos da Rede de Bibliotecas Escolares”	Fundação Calouste Gulbenkian	MEC - Rede das Bibliotecas Escolares
17/outubro	“Economia de Pobreza - Pobreza de Economia”	Fundação Calouste Gulbenkian	Conferência EAPN
18/outubro	“Luta Contra a Pobreza e a Exclusão Social por uma Estratégia Nacional”	Assembleia da República – Sala do Senado	EAPN - Grupo de Trabalho da Estratégia Nacional
26/outubro	“O Impacto da Retenção Escolar em Idades Precoces”	Torre do Tombo	Fundação Francisco Manuel dos Santos
28/outubro	“Privacidade na Internet / Direitos Responsabilidades que Futuro?”	Fundação PT – Lisboa	FCT / Microsoft
3/novembro	“Audição da Criança”	Faculdade de Medicina Dentária – Universidade de Lisboa	Conferência
10/novembro	Conselho Geral	Escola 2+3 Francisco Arruda - Lisboa	Conselho Geral
18/novembro	“Lutar Contra a Pobreza”	Instituto Superior de Economia e Gestão – Universidade de Lisboa	Conferência EAPN – Grupo de Trabalho da Estratégia Nacional
21/novembro	“Formação Especializada em Direitos das Crianças – Convenção em Prática”	Centro Nacional de Apoio ao Imigrante - Lisboa	Seminário de Reflexão CESIS / THEAM
22/novembro	“Crescendo juntos para a Autonomia”	Casa dos Direitos Sociais - Lisboa	Seminário Anual
24-25/novembro	“Políticas e Práticas na Intervenção em Violência de Género”	Fórum Roma	Conferência Internacional
28/novembro	TEDX - Pobreza	Teatro da Trindade - Lisboa	EAPN – Grupo de Trabalho da Estratégia Nacional
9/dezembro	“Direitos Humanos - o Pilar da Formação em Cidadania”	Fórum Roma	Sessão Comemorativa

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ano 2016
COD:FCJ

Designação

Fórum Construir Juntos – Coimbra

Responsável

Paula Cristina Correia Duarte

Equipa

Coordenação

Paula Duarte – Técnica Superior de Serviço Social

Pedro Rodrigues – Técnico Superior de Serviço Social

Cristina Barros – Professora do 3.º CEB/S¹¹

Cristina Basto – Professora do 2.º CEB¹¹

Margarida Vicente - Professora do 3.º CEB/S¹¹

Outros:

1 Estagiária de Serviço Social (Estágio Curricular) da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (de fevereiro a dezembro de 2016)

1 Estagiária de Mestrado Integrado em Sociologia da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (outubro a janeiro 2017)

2 Estagiárias de Serviço Social (Estágio Curricular) do Instituto Superior Miguel Torga (fevereiro a dezembro de 2016) -

1 Estagiárias de Serviço Social (Universidade Biscaya, no âmbito do programa ERASMUS) pela Faculdade Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (de outubro a fevereiro 2016)

1 Estagiárias de Serviço Social (Universidade Biscaya, no âmbito do programa ERASMUS) pela Faculdade Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (de outubro a maio 2016)

Outros Serviços Intervenientes

IAC-Sede; SOS-Criança; Projecto-Rua; Rede Construir Juntos; Redes Sociais; Instituições de Acolhimentos de Crianças e Jovens em Perigo; Instituto de Segurança Social; Comissões de Proteção de Crianças e Jovens; Organizações não Governamentais; EAPN- Rede Europeia Anti Pobreza; APAV- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima; APCC - Associação de Paralisia Cerebral de Coimbra; FPCEUC- Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação da Universidade de Coimbra; Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra; ISMT- Instituto Superior Miguel Torga; Direção Geral da Administração Escolar; Junta de Freguesia de Santo António Olivais; União das Freguesias de Coimbra; Escolas Profissionais; Tribunais; Instituto Português do Desporto e da Juventude; Escolas do 1.º, 2.º e 3.º CEB; Serviços de Saúde; Centro Atendimento a Jovens; Instituto de Emprego e Formação Profissional; Autarquias; Programa Escolhas; CLDS + Contratos Locais de Desenvolvimento Social; RRC APV TSH - Rede Regional do Centro de Apoio e Proteção às Vítimas de Tráfico de Seres Humanos.

Duração Prevista

Atividade permanente

Objetivos

Finalidade

Contribuir para a mudança de atitude sociocultural com vista a um novo olhar sobre a problemática da criança e jovem em perigo.

¹¹ Docentes do Ministério da Educação, destacadas no IAC

Maximizar o objetivo geral do IAC contribuindo para o Desenvolvimento Integral da Criança, na Defesa e Promoção dos seus Direitos

Objetivos Gerais

Promover, apoiar e divulgar o trabalho de todos aqueles que se preocupam com a procura de novas respostas para os problemas da Infância e Juventude;

Dinamizar espaços de diálogo interinstitucionais de forma a sensibilizar para a problemática das Crianças Desaparecidas e /ou Exploradas Sexualmente, através da Rede Construir Juntos;

Promover e dinamizar Gabinetes de Apoio ao Aluno e à Família – Projeto de Mediação Escolar em articulação com o SOS-Criança.

Objetivos Específicos

1. HUMANIZAR

- Atender, orientar e encaminhar situações problemáticas;
- Promover uma intervenção, articulada com outros serviços, de forma a proporcionar às crianças e jovens um ambiente de cuidados, atenção e afetos que correspondam e respeitem às necessidades de cada um, humanizando os contextos de atendimento;
- Criar estratégias, em parceria com as escolas, que minimizem a estigmatização, a exclusão escolar (absentismo e abandono escolar precoce) e as problemáticas relacionadas com a violência escolar.

2. (IN) FORMAR / SENSIBILIZAR / DIVULGAR

- Promover boas práticas e partilhar experiências enriquecedoras que permitam a melhor adequação de atitudes face à criança/jovem;
- Sensibilizar as estruturas locais e a sociedade em geral para os problemas que envolvem a Criança Desaparecida e/ou Explorada Sexualmente;
- Implementar ações de formação e sensibilização para a defesa do direito da criança ao repouso e aos tempos livres, o direito de participar em jogos e atividades próprias da sua idade (cf. Art.º 31º da Convenção sobre os Direitos da Criança);
- Orientar e supervisionar estágios curriculares;
- Pesquisar e disponibilizar bibliografia temática;
- Manter atualizado o espólio do centro de documentação.

3. ARTICULAR / DINAMIZAR

- Promover a articulação entre instituições parceiras;
- Colaborar com as diferentes instituições/entidades na definição de novas estratégias de intervenção;
- Promover a mediação entre as entidades envolvidas no projeto das Crianças Desaparecidas e/ou Exploradas Sexualmente.

25

Ações Desenvolvidas

1. HUMANIZAR

- Atendimento, encaminhamento de situações problemáticas, relacionadas com crianças e jovens;
- Encaminhamentos – CPCJ/ Instituições de Acolhimento e outros serviços;
- Atendimentos telefónicos para informações gerais;
- Atendimentos presenciais sobre a intervenção do IAC;
- Intervenção em Instituições de Acolhimento de Crianças;
- Gestão e entrega de donativos;
- Seleção e empréstimo de materiais lúdicos e bibliográficos a serem utilizados pelos técnicos dos Lares para Infância e Juventude.

1.1. Mediação Escolar

1.1.1. Dinamização dos Gabinetes de Apoio ao Aluno e à Família (GAAF), através do apoio técnico

- Agrupamento de Escolas Coimbra Centro – E.B. nº2 de S. Silvestre, E.B.2,3 Poeta Manuel da Silva Gaio, Coimbra e Escola Secundária Jaime Cortesão;
- Agrupamento de Escolas Coimbra Oeste – E.B. 2,3 Taveiro e E.B. Inês de Castro;
- Agrupamento de Escolas de Góis, Coimbra;

- Agrupamento de Escolas da Marinha Grande Poente, Leiria;
- Agrupamento de Escolas de Miranda do Corvo, Coimbra;
- Agrupamento de Escolas de Pampilhosa da Serra, Coimbra;
- Agrupamento de Escolas de Pombal, Leiria;
- Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos, Leiria;
- Agrupamento de Escolas Dr. Bissaya Barreto, Castanheira de Pera, Leiria.

1.1.2. Enquadramento, acompanhamento pedagógico e avaliação das ações desenvolvidas pelos estagiários, integrados nas equipas dos diferentes GAAF

- Agrupamento de Escolas Coimbra Centro – Escola Secundária Jaime Cortesão
- Agrupamento de Escolas de Miranda do Corvo, Coimbra
- Agrupamento de Escolas Coimbra Oeste – E.B. 2,3 Taveiro
- Agrupamento de Escolas Coimbra Oeste – E.B. Inês de Castro

1.1.3. Atividades desenvolvidas nos GAAF:

Agrupamento de Escolas Coimbra Centro – E.B.2,3 Poeta Manuel da Silva Gaio, Coimbra:

- Divulgação do plano de formação destinados à equipa do GAAF;
- Participação nas reuniões da equipa multidisciplinar.

Agrupamento de Escolas Coimbra Centro – E.B. nº2 de S. Silvestre, Coimbra:

- Atualização do Plano de Atividades;
- Divulgação do plano de formação destinados à equipa do GAAF;
- Reuniões de orientação técnica e avaliação da intervenção, com equipa do GAAF;
- Reuniões de discussão de casos (estudo de casos) com as instituições da rede social de apoio;
- Participação nas reuniões da equipa multidisciplinar;
- Dinamização da ação de sensibilização “Filhos, Pais e muito mais”, dirigida aos encarregados de educação dos alunos do 1.º ciclo – 15 de janeiro

Agrupamento de Escolas Coimbra Oeste – Escola Secundária Jaime Cortesão:

- Integração de novos elementos na equipa do GAAF;
- Preparação do Plano de Atividades;
- Reuniões de orientação técnica e avaliação da intervenção, com equipa do GAAF;
- Reuniões de supervisão de estágios;
- Reuniões de discussão de casos (estudo de casos) com as instituições da rede social de apoio;
- Atendimento de alunos no GAAF;
- Atendimento a encarregados de educação dos alunos acompanhados no GAAF, quando solicitado pela equipa;
- Apoio psicopedagógico;
- Acompanhamento individual de alunos em risco;
- Atendimento de alunos com ordem de saída da sala de aula;
- Apoio no estudo e na realização de tarefas escolares;
- Participação nas reuniões da equipa multidisciplinar;
- Realização de atividades lúdico-pedagógicas;
- Divulgação do plano de formação destinados à equipa do GAAF;

Agrupamento de Escolas Coimbra Oeste – E.B. 2,3 Inês de Castro, Coimbra:

- Integração de novos elementos na equipa do GAAF;
- Preparação do Plano de Atividades;
- Reuniões mensais de orientação técnica e avaliação da intervenção, com equipa do GAAF;
- Reuniões de supervisão de estágios;
- Reuniões de discussão de casos (estudo de casos) com as instituições da rede social de apoio;
- Atendimento de alunos no GAAF;
- Atendimento a encarregados de educação dos alunos acompanhados no GAAF, quando solicitado pela equipa;
- Apoio psicopedagógico;
- Acompanhamento individual de alunos em risco;
- Atendimento de alunos com ordem de saída da sala de aula;
- Apoio no estudo e na realização de tarefas escolares;
- Acompanhamento individualizado em grupo ou em pátio
- Realização de atividades lúdico-pedagógicas, no âmbito do “Coimbra a Brincar” – 18 de abril e 22 de junho;
- Ciclo de Literatura infantil: 2 sessões de leitura de histórias pelos respetivos escritores – 25 de maio;

- Divulgação do plano de formação destinados à equipa do GAAF;

Agrupamento de Escolas Coimbra Oeste - E.B. 2,3 Taveiro, Coimbra:

- Atualização do Plano de Atividades;
- Atendimento de alunos no GAAF;
- Atendimento a encarregados de educação dos alunos acompanhados no GAAF, quando solicitado pela equipa;
- Reuniões de orientação técnica e avaliação da intervenção, com equipa do GAAF;
- Reuniões periódicas de discussão de casos (estudo de casos);
- Reuniões de discussão de casos (estudo de casos) com as instituições da rede social de apoio;
- Reuniões de supervisão de estágios;
- Apoio psicossociopedagógico;
- Acompanhamento individual de alunos em risco;
- Atendimento de alunos com ordem de saída da sala de aula;
- Acompanhamento individualizado em grupo ou em pátio;
- Apoio no estudo e na realização de tarefas escolares;
- Realização de atividades lúdico-pedagógicas no âmbito do Coimbra a Brincar –11, 12 e 28 de abril e 24 de junho;
- Ciclo de Literatura infantil: 2 sessões de leitura de histórias pelos respetivos escritores – 26 de abril
- Divulgação do plano de formação destinados à equipa do GAAF.

Agrupamento de Escolas Dr. Bissaya Barreto, Castanheira de Pera:

- Elaboração do Plano de Atividades;
- Reuniões de orientação técnica e avaliação da intervenção, com equipa do GAAF;
- Divulgação do plano de formação destinados à equipa do GAAF.

Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos:

- Elaboração do Plano de Atividades;
- Reuniões de orientação técnica e avaliação da intervenção, com equipa do GAAF;
- Divulgação do plano de formação destinados à equipa do GAAF
- Dinamização da ação de sensibilização “A Importância da Comunicação nas Relações Interpessoais”, dirigida aos assistentes operacionais, 24 de março.

Agrupamento de Escolas de Góis:

- Elaboração do Plano de Atividades;
- Reuniões de orientação técnica e avaliação da intervenção, com equipa do GAAF;
- Divulgação do plano de formação destinados à equipa do GAAF.

Agrupamento de Escolas da Marinha Grande Poente, Leiria:

- Análise e discussão de casos (estudo de casos);
- Elaboração do Plano de Atividades;
- Reuniões de orientação técnica e avaliação da intervenção, com equipa do GAAF;
- Divulgação do plano de formação destinados à equipa do GAAF

Agrupamento de Escolas de Miranda do Corvo, Coimbra:

- Atualização dos documentos do GAAF;
- Elaboração do plano de atividades;
- Atendimento de alunos no GAAF;
- Atendimento a encarregados de educação dos alunos acompanhados pela equipa do GAAF, quando solicitado pela equipa;
- Reuniões de orientação técnica e avaliação da intervenção, com equipa do GAAF;
- Reuniões periódicas de discussão de casos (estudo de casos);
- Apoio no estudo e na realização de tarefas escolares;
- Acompanhamento de alunos em risco;
- Realização de atividades lúdico-pedagógicas;
- Divulgação do plano de formação destinados à equipa do GAAF;
- Dinamização de uma ação de Sensibilização/Informação “Eu tenho Direitos! E tu?”, dirigida a alunos dos 5º e 6º anos -18 de fevereiro;
- Participação nas atividades de encerramento do GAAF – 14 de julho.

Agrupamento de Escolas de Pampilhosa da Serra, Coimbra:

- Participação em reuniões de consórcio do Programa Escolhas;
- Reuniões de orientação técnica e avaliação da intervenção, com equipa do GAAF;
- Divulgação do plano de formação destinados à equipa do GAAF.

- Elaboração do Plano de Atividades.

Agrupamento de Escolas de Pombal, Leiria:

- Elaboração do Plano de Atividades;
- Reuniões de orientação técnica e avaliação da intervenção, com equipa do GAAF;
- Divulgação do plano de formação destinados à equipa do GAAF.

1.2. Gestão de Donativos

Receção de donativos no âmbito de Campanhas de recolha por estudantes universitários e da Escola Tecnológica e Profissional de Sicó – Avelar.

Encaminhamento de donativos para diferentes instituições parceiras da Rede Construir Juntos, Comissão Social de Freguesia de Santo António dos Olivais – Coimbra, e Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Coimbra.

2. (IN) FORMAR / SENSIBILIZAR / DIVULGAR

2.1. Estágios

- Celebração de protocolos e parcerias com estabelecimentos de ensino superior, escolas secundárias e agrupamentos de escolas;
- Reuniões de negociação, supervisão e avaliação de estágios de Mestrado Integrado de Psicologia da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra;
- Reuniões de negociação, supervisão e avaliação de estágio de Serviço Social da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra;
- Reuniões de negociação e supervisão e avaliação de estágio de Mestrado Integrado em Sociologia, da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra;
- Reuniões de negociação, supervisão e avaliação do estágio de Serviço Social do Instituto Superior Miguel Torga, Coimbra

2.2. Representação do IAC em diferentes eventos

- **21 de janeiro** – Paula Duarte a convite da EAPN, representou o IAC na sessão de abertura “Empregabilidade nas organizações da economia social – o papel das políticas ativas de emprego”, que decorreu no auditório da CEARTE, em Coimbra.
- **7 de abril** – Paula Duarte representou o IAC no lançamento do livro “Erro Crasso” da autora Alexandra Batalha, que teve lugar na Galeria da Arte da Previdência Portuguesa, em Coimbra.
- **9 de maio** – Paula Duarte representou o IAC no Encontro Nacional de Associados da EAPN, em Santarém.
- **24 de maio** – Cristina Basto representou o IAC no Wokrshop “Emagreça a sua fatura de Energia” organizada pela Comissão Social da Junta de Freguesia de Stº. António dos Olivais, em Coimbra, dinamizada pela DECO de Coimbra.
- **29 de maio** - Paula Duarte representou o IAC no lançamento do livro “Guerra Franca” da autoria de Paulo Guerra e Fernando Franco, que decorreu no Café Santa Cruz em Coimbra.
- **1 de junho** – Cristina Barros representou o IAC na projeção do filme “E Depois de Lúcia”, comentado por Natália Cardoso da APAV – Coimbra.
- **17 de junho** – Paula Duarte participou na sessão de abertura do Encontro “Pessoas em situação de Pobreza – Casa Municipal da Cultura em Coimbra.
- **15 de outubro**– Paula Duarte representou o IAC na comemoração do 25º Aniversário da Escola Tecnológica e Profissional de Sicó, que decorreu no Centro de Negócios do Parque Empresarial do Camponês, em Ansião.
- **17 de outubro** – Paula Duarte a convite da EAPN, representou o IAC na Sessão de Abertura no Workshop “Pobreza, Participação, Desafios”, que decorreu em Cantanhede.
- **20 de outubro** – Paula Duarte e Cristina Barros representaram o IAC no Encontro Científico “Vidas Traficadas: Investigação, Assistência, Proteção e o Depois” promovido pela Rede Regional do Centro de Apoio e Proteção às Vítimas de Tráfico de Seres Humanos, que decorreu na Casa Municipal da Cultura em Coimbra.

- **25 de outubro** – Paula Duarte, Pedro Rodrigues e Ana Margarida Vicente, representaram o IAC no lançamento do livro “Jogos e Brinquedos Populares: Património e Legado” da autoria de Rui Mendes, Gonçalo Dias, João Amado & Olga Vasconcelos, que teve lugar no Auditório da Escola Superior de Educação de Coimbra.
- **26 de outubro** – Paula Duarte representou o IAC na Sessão Solene comemorativa do 22º Aniversário da Associação Integrar que decorreu na Escola de Hotelaria e Turismo de Coimbra.
- **18 de novembro** – Paula Duarte e Cristina Barros representaram o IAC na Ação de Formação “O Apoio a Crianças e Jovens Vítimas de Violência Sexual”, dinamizada pela APAV com o objetivo de apresentar o projeto CARE, esta decorreu no Auditório da Escola Superior de Enfermagem – Pólo B, em Coimbra.

2.3. Formação:

Elaboração de todos os documentos inerentes à organização, divulgação e implementação da atividade formativa

Conceção e Dinamização de Ações de Formação

Ação de Sensibilização	Data	Dinamizadores	Local	N.º de Participantes	Destinatários
“Filhos, Pais e muito mais”	15 janeiro	Psicóloga Inês Branco	Escola EB 2/3 de S. Silvestre	15	Encarregados de Educação do 1.º ciclo
Multiculturalismo e os seus contextos: o mundo como modo de vida	20 janeiro	Sociólogo José Machado	Escola Secundária D. Duarte	30	Elementos das equipas dos GAAF (zona centro) e técnicos das instituições parceiras da RCJ
Encontro anual das equipas dos GAAF (zona centro)	20 janeiro	Equipa IAC-FCJ	Escola Secundária D. Duarte	20	Elementos das equipas dos GAAF (zona centro)
Direitos da Criança / Crescer com Afetos	8 fevereiro	Ana Vicente Cristina Barros	Instalações EAPN - Coimbra	10	Jovens da RJCJ
Eu tenho Direitos! E Tu?	18 fevereiro	Pedro Rodrigues Cristina Barros	Escola José Falcão, Miranda do Corvo	72 (2 sessões)	Alunos do 5.º ano
A Importância da Comunicação nas Relações Interpessoais	24 março	Pedro Rodrigues Cristina Basto	Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos	54 (2 sessões)	Assistentes operacionais e Técnicos administrativos
Direitos da Criança / Prevenção dos Maus Tratos na Infância	19 abril	Ana Vicente	JI Centro 25 de Abril, Coimbra	18	Crianças do Pré-Escolar
Direito aos Afetos e a uma Família	19 abril	Pedro Rodrigues Ana Vicente	Escola Profissional ETP Sicó	22	Crianças do Pré-Escolar

Direito aos Afetos e a uma Família	12 maio	Ana Vicente	JI Bairro do ciclo – Condeixa-a-Nova	40 (2 sessões)	Crianças do Pré-Escolar
Direito aos Afetos e a uma Família	19 maio	Ana Vicente	Creche Pézinhos de Lã - Condeixa-a-Nova	17	Crianças da Creche
Sou Criança e tenho Direitos	29 junho	Paula Duarte Ana Vicente	JI S. Bento, Coimbra	20	Crianças do Pré-Escolar
Mediação de Conflitos: A falar é que a gente se entende!	21 e 23 junho 6 e 8 setembro 20 e 21 dezembro	Ana Vicente Cristina Barros Cristina Basto	Município de Penacova	60 (3 ações com 2 sessões cada)	Assistentes Operacionais
Comunicar: uma Competência Interpessoal	5 e 6 setembro	Pedro Rodrigues Ana Vicente Cristina Barros	Escola Secundária D. Duarte	17	Assistentes Operacionais
Gestão de Stress	7 dezembro	Psicóloga Joana Marta Simões	Escola Secundária D. Duarte	24 (2 sessões)	Elementos das equipas dos GAAF (zona centro) e técnicos das instituições parceiras da RCJ

2.4. Comunicações em Seminários / Encontros / Debates / Entrevistas

- **11 de março** – Cristina Barros a convite da APDES – Agência Piaget para o Desenvolvimento, proferiu uma comunicação sobre o trabalho desenvolvido pela Rede Construir Juntos, no Seminário “Dilemas no Acolhimento: Participar cá dentro e proteger lá fora”, que decorreu no Porto.
- **26 de junho** – Paula Duarte apresentou uma comunicação “Humanização e Direitos em contexto de Saúde” nas II Jornadas do Serviço Social do CHUC.

2.5. Participação em Encontros/Seminários/ Reuniões Anuais/ Ações de Formação

- **17 de junho** – Paula Duarte participou na Ação sobre Angariação de Fundos “Haverá um Mundo que quer dar? Fundraising em ação, ISCAC Coimbra Business School;
- **27 de maio, 3 e 9 de junho** - Paula Duarte participou numa ação de formação dinamizada pela EAPN “Intervenção com Famílias, Recursos, Possibilidades e Soluções”, em Coimbra;
- **15 de dezembro** – Paula Duarte participou no Lançamento do livro 25º aniversário da EAPN, que decorreu no Porto.

2.6. Centro de Documentação:

- Recolha, seleção e sistematização de informação (trabalhos de investigação, artigos, depoimentos, bibliografia,...) relativa aos direitos da criança;
- Produção de documentação (PPT, flyer, certificados, ...) para utilização em ações de (in) Formação;
- Recolha, seleção e sistematização de informação (trabalhos de investigação, artigos, depoimentos, bibliografia,) relativa às crianças e jovens em perigo;
- Atualização do acervo documental em suporte informático;
- Atendimento presencial de alunos para recolha de informação sobre diversas temáticas relacionadas com a Criança;
- Atendimento presencial e on-line e empréstimo de documentação;
- Colaboração na atividade editorial do IAC (boletim e site).

3. ARTICULAR / DINAMIZAR

3.1. Participação em parcerias

3.1.1. Administração Regional de Saúde

- Participação em reuniões de trabalho no âmbito do “Mês de Prevenção dos maus tratos” (2 reuniões)
- Participação na caminhada

3.1.2. Associação de Paralisia Cerebral de Coimbra – Semana “Coimbra a Brincar 2016” – 26 a 28 de maio:

- Participação nas reuniões de preparação (5 reuniões)
- Participação da equipa do IAC-FCJ na dinamização de atividades lúdico-pedagógicas na Escola Secundária D. Duarte, em Coimbra – 28 de maio;
- Participação na reunião de avaliação.

3.1.3. Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Coimbra (alargada)

- Participação nas reuniões mensais da Comissão Alargada (8 reuniões);
- Participação em reuniões dos grupos de trabalho para a dinamização de atividades no âmbito do “Mês de Prevenção dos Maus Tratos na Infância”;
- Participação nas atividades dinamizadas pela CPCJ.

3.1.4. Comissão Social da Junta de Freguesia de Santo António dos Olivais:

- Participação nas reuniões do grupo alargado (3 reuniões);
- Participação no grupo de trabalho “Crianças com Dificuldades de Aprendizagem... Estratégias a Adotar”

3.1.5. Conselho da Juventude da Junta de Freguesia de Santo António dos Olivais:

- Participação em reuniões de apresentação e criação deste conselho (2 reuniões);

3.1.6. Comissão Social da Junta de Freguesia União de Freguesias:

- Participação nas reuniões do grupo alargado (1 reunião);

3.1.7. Fila K:

- Sessão de cinema com o filme “Vão-me buscar Alecrim”, no dia 6 de dezembro, que decorreu no Conservatório de Música de Coimbra.

3.1.8. Plataforma de Apoio a Jovens (Ex) Acolhidos:

- Reuniões de articulação de parcerias (2 reuniões);
- Apresentação da Plataforma aos parceiros da Rede Construir Juntos – 11 de outubro

3.1.9. Projeto Brincar Crescer e Aprender:

- Reunião de trabalho para definição de atividades

3.1.10. Rede Europeia Anti Pobreza Nacional – EAPN:

- Participação nas reuniões de associados (9 reuniões);
- Participação em actividades dinamizadas pelo núcleo.
- Participação no Encontro Nacional de Associados Santarém – 9 de maio

3.1.11. Rede Regional do Centro de Apoio e Proteção às Vitimas de Tráfico de Seres Humanos (RRC APV TSH):

- Participação na reunião de parceiros (2 reuniões);
- Participação na campanhas de sensibilização, a decorrer nas redes sociais, contra o Tráfico de Seres Humanos (de novembro a dezembro).

3.1.12. Rede Social:

- Representação nas reuniões do CLAS (3 reuniões)
- Participação no grupo de trabalho “Crianças e Jovens”

3.1.13. Rede Construir Juntos: Fórum Construir Juntos - Polo Mediador Nacional

- Elaboração e operacionalização dos Planos de Ação da Rede Construir Juntos;
- Elaboração e operacionalização dos Planos de Ação da Rede Juvenil Crescer Juntos;
- Reuniões via *skipe* de articulação com o Projecto - Rua e outros Polos Regionais – 6 de Julho; 19 de julho; 27 de setembro; 21 de novembro; 5 de dezembro;
- Reunião de dinamização da Rede Construir Juntos com as Instituições parceiras da Rede do Polo de

Coimbra – 16 de fevereiro;

- Reunião de dinamização da Rede Construir Juntos com as Instituições parceiras da Rede do Polo de Coimbra e outras entidades no âmbito da temática Fugas institucionais – 12 de maio
- Encontros de trabalho/dinamização de atividades com jovens das instituições parceiras do Polo de Coimbra - Centro de Acolhimento do Loreto; Fundação Esperança Viva, Colégio de S. Caetano e Casa de Formação Cristã Rainha Santa - para operacionalização do Plano de Ação da Rede Juvenil Crescer Juntos – 20 de abril; 4 de maio; 11 de maio; 8 de junho; 12 de Julho;
- Ações de Sensibilização, em colaboração com a APAV- Coimbra, dirigidas a jovens da instituição parceira, Fundação Esperança Viva – 8 de Fevereiro; 16 de março; 13 de abril;
- Ações de Sensibilização dirigida a instituições do Polo de Coimbra – 20 de janeiro; 7 de dezembro;
- Articulação, via mail e contactos telefónicos, com o IAC – Projecto Rua e com as instituições parceiras GIS-APDES do Porto e Aldeia SOS de Gulpilhares de Vila Nova de Gaia na preparação do Intercâmbio Nacional de Crianças e Jovens e do Seminário Anual;
- Colaboração na organização e participação no Intercâmbio de Crianças e Jovens – Porto – 11 a 13 de setembro;
- Colaboração na organização e dinamização do Seminário Anual da Rede Construir Juntos – Lisboa – 22 de novembro;
- Coordenação e dinamização da Reunião Anual da RCJ – Lisboa – 22 de novembro;
- Aprofundar e reforçar conhecimentos que permitam melhorar a eficácia da intervenção;
- Articulação com o Projeto Rua - Em Família para Crescer;
- Sensibilização das instituições parceiras no sentido de colaborarem com o IAC na centralização de toda a informação relativa à problemática das crianças desaparecidas e/ou exploradas sexualmente;
- Articulação com SOS-Criança, no encaminhamento de apelos de crianças desaparecidas;
- Difusão de apelos, pelos parceiros da Rede Construir Juntos, sobre Crianças Desaparecidas e articulações nas respostas, quando necessário;
- Acompanhamento de situações;
- Reencaminhamento de informação relativa às problemáticas da criança;
- Conceção e divulgação da Folha Informativa;
- Divulgação on-line de atividades, Encontros, Seminários sobre temáticas na área da Infância e Juventude;
- Divulgação on-line do Boletim do IAC;
- Sensibilização junto dos parceiros (Rede Social, CPCJ, entre outros) sobre a problemática e formas de atuação;
- Sensibilização a profissionais da área da educação, no âmbito do Projeto de Mediação Escolar

3.2. Outras atividades

Participação na Caminhada EDP Solidária, cuja receita reverteu a favor do IAC

32

Resultados Obtidos

1. HUMANIZAR

1.1. Atendimento, encaminhamento de situações problemáticas, relacionadas com crianças e jovens

- Atendimentos telefónicos / email, para informações gerais – 6
- Atendimentos presenciais sobre a intervenção do IAC – 2

1.2. Mediação Escolar

No presente ano, o número de GAAF na zona centro e norte, mantiveram-se, apesar dos constrangimentos das escolas, ao nível da afetação de recursos humanos a estes gabinetes. No entanto, em articulação com as direções dos diferentes agrupamentos de escola, tem sido possível encontrar formas de rentabilizar os recursos existentes, quer nas escolas, quer nas instituições da comunidade.

Relativamente à supervisão técnica dada aos vários GAAF, continuam a sentir-se alguns constrangimentos, essencialmente ao nível das deslocações.

Contudo, é de salientar o empenho, dedicação e criatividade, das várias equipas dos GAAF, na procura de respostas às situações que vão sendo sinalizadas.

2. (IN) FORMAR / SENSIBILIZAR / DIVULGAR

2.1. Centro de Documentação

- Registo de novos títulos – 29
- Divulgação de documentação sobre os Direitos da Criança
- Organização e cedência de material (Documentos, jogos, livros, ...)
- Distribuição de material de divulgação do IAC
- Leituras presenciais – serviço utilizado, essencialmente, por estagiários – 12
- Colaboração na atividade editorial do IAC

3. ARTICULAR / DINAMIZAR

No âmbito dos procedimentos estabelecidos para as crianças desaparecidas, foram feitos encaminhamentos para as instituições parceiras da Rede Construir Juntos e respetivo acompanhamento, quando necessário.

No âmbito da Rede Construir Juntos é de realçar a adesão de novas instituições.

Salienta-se, ainda, a forte participação das crianças e jovens em todas as atividades propostas, no âmbito da Rede Juvenil Crescer Juntos.

4. AVALIAÇÃO

4.1. Ponderação crítica

Consideramos que apesar dos constrangimentos financeiros existentes, a equipa tem conseguido dar resposta a todas as solicitações, a nível dos vários projetos em que está envolvida, sendo de salientar a Mediação Escolar, a Rede Construir Juntos e as várias parcerias que tem vindo a promover.

Quanto à articulação entre os vários setores do IAC continua a resultar numa ação consertada e eficaz.

Apesar de alguns constrangimentos, entendemos que o IAC-FCJ continua a ser:

Um espaço que promove a articulação entre as diversas instituições com responsabilidade nas áreas de Infância e Juventude, criando pontes entre os diversos interlocutores;

Uma instituição de acolhimento de estágios, proporcionando um espaço privilegiado de complemento à formação académica, profissional e pessoal;

Reconhecido pela qualidade da intervenção e pelas competências profissionais e relacionais, que se espelha nas diversas solicitações para participar em colóquios, seminários, ações e módulos de formação.

Conclui-se que:

Os objetivos, previstos no Plano de Atividades, foram amplamente concretizados.

Uma vez que a nossa equipa é, na sua maioria, constituída por técnicos em situação de destacamento, reconhece-se que, para continuarmos a cumprir com a nossa missão, é desejável que a equipa deste setor do IAC se mantenha estável.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ano 2016
COD:HSAC

Designação

Humanização dos Serviços de Atendimento à Criança

Responsável

Melanie Tavares
Vasco Alves¹²

Equipa

Coordenação

Melanie Tavares – Técnica Superior de Psicologia
Ana Lourenço – Técnica Superior de Psicologia
Cláudia Gaivota – Técnica Auxiliar Administrativa
Marta Rosa – Docente¹³
Vera Abecasis – Técnica Superior de Psicologia

Outros Serviços Intervenientes

Profissionais e Entidades Governamentais e Não Governamentais das áreas da Saúde, Educação, Justiça e Segurança Social, nomeadamente, Sociedade Portuguesa de Pediatria (SPP), Hospitais, Escolas, Associações de Pais, Tribunais, CPCJ, outros Setores do IAC.

Conselho Consultivo composto por profissionais de saúde (pediatras, enfermeiros, assistentes sociais, psicólogos, juristas, etc.)

Duração Prevista

Atividade permanente

34

Objetivos

Finalidade

Contribuir para o Desenvolvimento Integral da Criança, enquanto sujeito de Direitos na sociedade em geral, e especialmente nos serviços de saúde, educação, justiça e segurança social.

Objetivos Gerais

- Ampliar o conceito de Humanização a todas as áreas que tenham serviços de atendimento à Criança, nomeadamente escolas, centros de saúde, etc.;
- Propor estratégias de intervenção e apoiar ações no âmbito da defesa dos direitos da criança;
- Desenvolver trabalho em parceria, a nível regional, nacional e internacional, de forma a fortalecer as relações entre as diferentes entidades envolvidas nas áreas da saúde, educação, justiça e segurança social.

Objetivos Específicos

- Promover o conhecimento das crianças e famílias sobre os seus direitos nos serviços de saúde;
- Melhorar o acolhimento, a informação e a preparação da criança e do adolescente no hospital;
- Continuar a colaboração com associações congéneres nacionais e internacionais;
- Desenvolver o estudo “Respeito dos Direitos da Criança no Hospital”;
- Promover ações de Educação para a Saúde;
- Prosseguir com a atividade editorial.
- Colaborar com outros setores do IAC na implementação de boas práticas nas Escolas, nomeadamente na Educação Especial e na violência escolar.

¹² Elemento de ligação à Direção

¹³ Docente do Ministério da Educação, destacada no IAC

Ações Desenvolvidas

Assegurar o funcionamento regular

Prosseguiu-se com a organização e atualização da documentação, através de vários suportes digitais, bibliográficos e Internet;

Prosseguiu-se o acompanhamento de estágios;

Prosseguiu-se o contacto com diversos parceiros;

Foi assegurado o funcionamento regular.

As restantes ações desenvolvidas integram-se em três grandes linhas de atuação, nomeadamente “Direitos da Criança no Hospital”, “Relações Internacionais” e “Sensibilização e Empoderamento”.

1. DIREITOS DA CRIANÇA NO HOSPITAL

1.1. Carta da Criança Hospitalizada:

- O Setor continuou a sensibilizar instituições, profissionais de saúde e público em geral para os direitos da criança hospitalizada. A divulgação da Carta da Criança Hospitalizada (CCH) e Anotações foi este ano mais restrita dado que a 4ª edição da CCH se encontra esgotada e não foi possível ainda angariar patrocínio para uma nova edição. “Zebedeu – Um Príncipe no Hospital”:
- “Zebedeu – Um Príncipe no Hospital”:
 - . Deu-se continuidade à distribuição do livro, nomeadamente em ações de sensibilização a estudantes da área da Saúde do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), a serviços de pediatria da área de Lisboa e a profissionais de saúde da zona centro;
 - . Dinamização do livro nas Ludobibliotecas de Cascais.

1.2. Projeto “Respeito dos Direitos da Criança Hospitalizada”

- Candidatura CM Lisboa;
- Delineamento de estudo para os Centros de Saúde.

1.3. Best Buddy

Colaboração com a Associação de Estudantes da Faculdade de Medicina de Lisboa na expansão do projeto a outros serviços de pediatria da região de Lisboa

2. RELAÇÕES INTERNACIONAIS

2.1. European Association for Children in Hospital – EACH

- Participação nas atividades da EACH, enquanto membro da Associação;
- Elaboração do relatório anual de atividades;
- Aprovação das Anotações da CCH e início da sua tradução para português;
- Não foi possível participar na reunião anual, por constrangimentos financeiros.

2.2. TASK FORCE (*Task Force on Health Promotion with Children and Adolescents*)

Grupo de Trabalho “Promoção da Saúde com Crianças e Adolescentes” (2012-2016) – Rede Internacional dos Hospitais Promotores de Saúde

- A nossa participação correu conforme o esperado (nomeadamente através de contributos para o plano de ação do grupo);
- Colaboração na investigação de doutoramento da coordenadora do Grupo: “*Right to Health of new generations in the European context: the gap between principles and practices from a sociological point of view*”;
- Não foi possível participar na reunião anual do grupo, por constrangimentos financeiros.

2.3. MAPChiPP

- Participação enquanto *Associated Partner* no Projeto: *Multi-disciplinary Assessment and Participation of Children in Child Protection Procedures: training program with modules and tool box, international network* (MAPChiPP)
- Análise dos planos de formação a disponibilizar aos participantes;
- Contactos com parceiros nacionais para a dinamização futura dos módulos de formação;
- Participação na reunião em Tallin (Estónia).

2.4. THEAM

- Projeto transnacional coordenado pelo CESIS – Centro de Estudos para a Intervenção social e cofinanciado pelo programa da Comissão Europeia “Direitos, Igualdade e Cidadania”: *Training healthcare multidisciplinary teams on children’s rights and on childfriendly justice*
- Participação no Comité Consultivo nacional de acompanhamento ao projeto;
- Participação no Seminário Global Final em Lisboa;
- Preparação da intervenção do Comité na conferência final sobre o tema “Promoção dos direitos da criança: A importância da formação de profissionais”.

2.5. Child Helpline International

- Participação no Encontro “Facing the challenges ahead together – a strong public private partnership” da *European Financial Coalition*.

3. SENSIBILIZAÇÃO E EMPODERAMENTO

3.1. Humanização de Espaços

- Reativação do projeto do CS Ajuda

3.2. Ações de sensibilização com crianças

- *Zebedeu Um Príncipe no Hospital:*
 - . Crianças da ludobiblioteca Branquinho da Fonseca, Cascais;
- *Educação para a Saúde – Sexualidade:*
 - . Agrupamentos de Escolas do Concelho de Sesimbra.
- *Bullying:*
 - . Escola E B 2,3 Ruy Belo (Queluz).
- *Indisciplina:*
 - . Agrupamento de Escolas D. João I - Baixa da Banheira.

3.3. Ações de sensibilização com Estudantes, Profissionais e Pais

- *Carta da Criança Hospitalizada e os Direitos da Criança na Saúde:*
 - . Estudantes do Curso “Técnico Auxiliar de Saúde” do IEFP
- *Zebedeu Um Príncipe no Hospital:*
 - . Famílias na ludobiblioteca Raul Lino, Cascais
- *Bullying:*
 - . EB 1 da Malvarosa
 - . Agrupamento de Escolas das Olaias
- *Mediação Escolar e Gestão de Conflitos:*
 - . Centro de Formação Rui Grácio (Agrupamento de Escolas Júlio Dantas – Lagos);
 - . Externato Educação Popular;
 - . Agrupamento de Escolas de Ponte de Sor
- *Educação para a Saúde – Sexualidade:*
 - . Agrupamento de escolas D. João I - Baixa da Banheira,
 - . Técnicos da Associação para o Planeamento da Família – APF.
- *Práticas parentais positivas:*
 - . Externato de Educação Popular (Lisboa).
 - . Agrupamento de Escolas de Vialonga
- *Indisciplina*
 - . Agrupamento de Escolas Júlio Dantas (Lagos).
- *Quando cabe à lei proteger? -recentes alterações no Sistema de Promoção e Proteção.*
 - . Técnicos dos GAAF.

3.4. Formações Acreditadas

- *Mediação Escolar: alternativa criativa na resolução de conflitos:*
 - . Centro de Formação de Escolas do Concelho de Cascais.

3.5. Mediar conflitos Escola – Aluno – Família

- Gestão dos GAAF:
 - . Reuniões com técnicos de diversos Agrupamentos, nomeadamente Agrupamento de Escolas de Aljezur, Agrupamento de Escolas de Abrantes, Escola Secundária São João do Estoril e Agrupamento de Escolas de Estremoz;
 - . Supervisão técnica aos GAAF protocolados;
 - . Formação a técnicos a nível nacional em diferentes temáticas (especificadas na seção supra citada “Ações de sensibilização”);
 - . Início da organização do Encontro Nacional de GAAF (delineamento do programa, contactos com preletores, escolha da localização).

3.6. Projeto Espelho EU

Parceria com a AMPLOS nomeadamente no âmbito do projeto Espelho EU, página de *Facebook* que pretende ser uma plataforma de informação e partilha sobre diversidade de expressões e de identidade de género na infância. Dirige-se a pais, agentes educativos, profissionais de saúde e a todas e todos que estejam disponíveis para entender a infância de uma forma ampla e criativa ultrapassando as concepções de género binárias e fixas.

3.7. Referencial de Educação para a Saúde:

- Documento organizado pelas Direções-Gerais da Educação e da Saúde, em colaboração com o Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD):
 - . Análise do documento;
 - . Envio de contributos do sector para a sua melhoria.

3.8. Palestras e Comunicações

- Centro de Psicologia para Todos *Hapinez* (Lisboa): Palestra sobre “Direitos das Crianças”;
- Dia da Não Violência, Agrupamento de Escolas Luísa Todi (Setúbal): Palestra sobre “*Bullying*”
- Encontro CPCJ Região Centro: Palestra “*Bullying* e Práticas Comprovadas”
- Encontro CPCJ de Rio Maior: “Quando os maus, tratam”
- IV Ciclos temáticos de Intervenção Psicossocial, Centro Social da Sagrada Família (Sintra): Palestra “Mediação Escolar, a importância do papel dos GAAF”
- Audições Parlamentares sobre Educação Especial: Comunicações
- Conferência Internacional “Diversidade de género na Infância”, organizada pela Amplos (Associação de Mães e Pais pela Liberdade de Orientação Sexual e Identidade de Género): Comunicação
- Fórum de Empregabilidade no ISCTE: exposição do trabalho do sector.

3.9. Participação em iniciativas de outras entidades e associações

- Congresso “Psicologia para todos – Capítulo 1”, Cascais, *Hapinez*;
- IX Conferência sobre Crianças Desaparecidas, Assembleia da República – Lisboa
- Conferência “Audição da Criança em Tribunal” e Lançamento do Livro Ilustrado, ISCTE
- “4º Encontro de Profissionais de Saúde”, APF (Lisboa)
- I Congresso Europeu Sobre Uma Justiça Amiga das Crianças, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa
- “Capacitação para Organizações da Economia Social” – Academia Lidl Mais para Todos
- “Promover a qualidade de vida pela igualdade de género”, Associação ESPAÇOS, Lisboa
- 1º Congresso de Adoção e Apadrinhamento Civil (Oeiras)
- Apresentação GeoFundos: Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa
- Encontro CSI Lisboa – Competências Sociais Integradas: Temporada 2, Universidade Lusíada de Lisboa
- Montras do Ministério da Educação.

3.10. Atividade editorial

- Contribuir com artigos para o Boletim do IAC;
- Reportagem no Observador, “Espelho eu: um projeto sobre crianças que desafiam o género”;
- Sessão de formação sobre as potencialidades do *Facebook* com *BeNext*.

3.11. Reforçar as parcerias já existentes e estabelecer novas com várias entidades

- Amplos, APF: Lisboa Tejo e Sado; Reunião com a farmacêutica Bene para colaboração futura.

Resultados Obtidos

Funcionamento regular

Ação	Principais parceiros
12 Reuniões	Equipa
25 Reuniões	Serviço de Cardiologia Pediátrica de Santa Marta; AMPLOS; CESIS - Centro de Estudos para a Intervenção Social.
9 Reuniões	Outros sectores do IAC
3 Reuniões	Estágios
13 Atendimentos	Profissionais de saúde, estudantes de medicina e público em geral (pedidos de esclarecimento de legislação em saúde, nomeadamente relativa ao acompanhamento dos pais). Intervenção na denúncia em colaboração com o Serviço Jurídico.
Principais Resultados	
Elaboração de 8 suportes digitais	Material de apoio a intervenções para várias entidades (incluindo apresentação em ações de sensibilização e saídas externas);
Elaboração de 5 documentos	Material de apoio às intervenções externas (incluindo documento para a Assembleia da República sobre Educação Especial);

38

As restantes ações desenvolvidas integram-se em 3 grandes linhas de atuação, nomeadamente “Direitos da Criança no Hospital”, “Relações Internacionais” e “Sensibilização e Empoderamento”.

1. DIREITOS DA CRIANÇA NO HOSPITAL

1.1. Carta da Criança Hospitalizada

Material	Principais Destinatários	Nº de Exemplares Distribuídos/Acessos
Carta da Criança Hospitalizada (impressa)	Profissionais de saúde	10
Carta da Criança Hospitalizada (online)	Público em geral	23138
Principais Destinatários		
Zebedeu	Estudantes	17
	Serviços de Pediatria (Hospital de Santa Marta e Viseu)	100
	Participantes das 2 ^{as} jornadas de Serviço Social - Coimbra	120
	Ludobiblioteca Branquinho da Fonseca e Ludobiblioteca Raul Lino	2

1.2. Projeto “Respeito dos Direitos da Criança Hospitalizada”

Aguarda-se resultado da candidatura à CM Lisboa

1.3. Best Buddy

2 Reuniões com Hospital de Santa Marta para implementação do projeto, no serviço de Cardiologia Pediátrica.

2. RELAÇÕES INTERNACIONAIS

2.1. European Association for Children in Hospital – EACH

- O Setor participou em todas as ações, incluindo a elaboração do relatório anual de atividades e contribuição para a atualização das Anotações.

2.2. TASK FORCE (Task Force on Health Promotion with Children and Adolescents)

Grupo de Trabalho "Promoção da Saúde com Crianças e Adolescentes" (2012-2016) – Rede Internacional dos Hospitais Promotores de Saúde

- O Setor participou em todas as ações do grupo, dando continuidade às suas funções enquanto membro, incluindo a elaboração do plano de ação para os próximos anos.

2.3. MAPChiPP

- Participação de 1 técnica na reunião do grupo de trabalho

2.4. THEAM

- Participação de 1 técnica em 6 reuniões de trabalho;
- Participação de 1 técnica no seminário final;
- Contributos para o Referencial de Formação.

2.5. Child Helpline International

- Participação de 1 técnica no encontro.

39

3. SENSIBILIZAÇÃO E EMPODERAMENTO

3.1. Ações de sensibilização com crianças

Nome da Ação	Conteúdos	Local	Dinamizadores	Participantes
Zebedeu - Um Príncipe no Hospital (1 sessão)	Dinamização do livro sobre direitos das crianças na saúde.	Ludobiblioteca Branquinho da Fonseca	Marta Rosa	26
Indisciplina (1 sessão)	As regras servem para que possamos todos conviver no mesmo espaço de forma saudável, ordenada e sem confusões! Com respeito pelos outros e os outros por nós. E se o Mundo não tivesse regras?! Através de dinâmicas, as crianças e os jovens serão levados a refletir sobre as regras como soluções, os diferentes tipos de comportamentos de indisciplina, o que motiva e valida esses comportamentos.	Agrupamento de Escolas D.João I - Baixa da Banheira	Ana Lourenço e Marta Rosa	25
Bullying (1 sessão)	Quando a violência deixa de ser uma situação pontual, podemos estar diante de situações de <i>Bullying</i> . Mas o que é o <i>Bullying</i> ? Quem está envolvido? Como detetar e agir?	Escola E B 2,3 Ruy Belo (Queluz)	Vera Abecasis	26
A Descoberta	Questões como os sentimentos, os	Agrupame	Ana Lourenço,	16

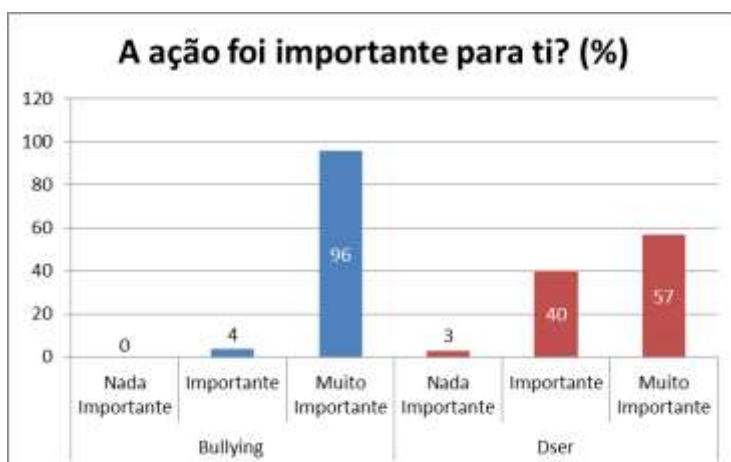
do Ser (3 sessões cada turma)	afetos, as transformações do corpo, o namoro, o saber dizer não, a gravidez na adolescência, as escolhas... são algumas das temáticas abordadas através de dinâmicas de grupo.	ntos de Escolas do Concelho de Sesimbra	Marta Rosa e Vera Abecasis	18
				25
				17
				12
				20
				24
TOTAL				209

3.1.1. Avaliação das ações de Bullying e A Descoberta do Ser



A totalidade dos alunos que assistiu à ação sobre Bullying gostou da ação. Quando questionados sobre o que gostaram mais, vários alunos referem ter gostado da troca de opiniões com a formadora, da forma como o tema foi abordado e da forma como foi apresentado e, a maioria dos alunos, destacou os vídeos que foram passados durante a ação, descrevendo-os como realistas e esclarecedores do tema apresentado. Nenhum apresentou pontos negativos desta ação.

Relativamente à Descoberta do Ser, a grande maioria dos alunos refere ter gostado das ações (95%) e apenas um número residual refere não ter gostado da ação (5%). Os alunos, quando questionados sobre o que gostaram mais, referem de uma forma geral a importância do debate de ideias, o facto de haver espaço para tirar dúvidas, a abordagem dos temas da sexualidade que ainda é um tabu para muitos jovens e que, na opinião dos alunos, foi bastante bem abordado e explicado. Mencionam ainda que gostaram da interação que houve entre as formadoras e os alunos e da forma como as formadoras conduziram a ação de formação. Como ponto negativo, é referido o facto de terem sido apenas três sessões, apelando para que fossem feitas mais sessões.



A ação de Bullying foi considerada pela grande maioria dos alunos como sendo muito importante (96%) e nenhum aluno a considerou nada importante. Quanto à Descoberta do Ser, 97% dos alunos referem que a ação foi importante ou muito importante e apenas um número residual a identifica como nada importante (3%).

3.2. Ações de sensibilização com Estudantes, Profissionais e Pais

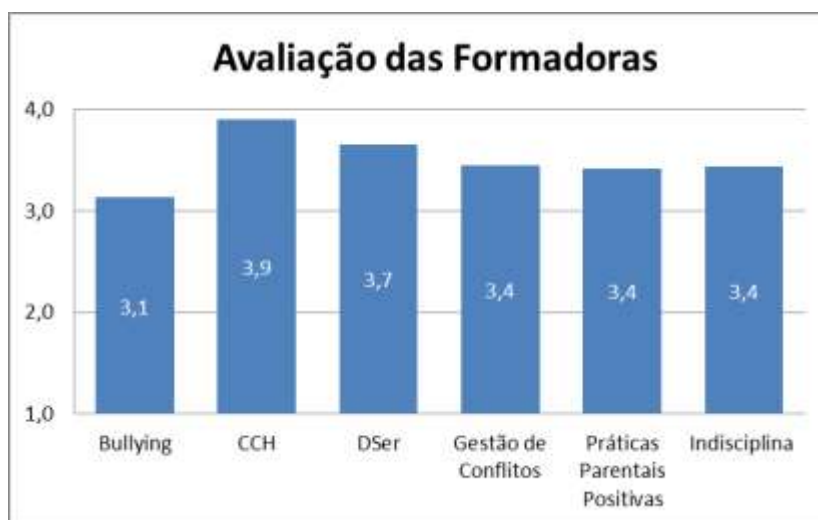
Nome da Ação	Conteúdos	Local	Dinamizadores	Participantes
Bullying	Quando a violência deixa de ser uma situação pontual, podemos estar diante de situações de Bullying. Mas o que é o Bullying? Quem está envolvido? Como detetar e agir?	EB1 da Malvarosa	Melanie Tavares	15 (Assistentes Operacionais)
		Agrupamento de Escolas dos Oiaias	Melanie Tavares	18 (Assistentes Operacionais)
Carta da Criança Hospitalizada (CCH)	A CCH, nos seus dez princípios, define de forma clara um conjunto de direitos da Criança que, uma vez garantidos, asseguram a excelência do acolhimento e estadia da criança no hospital.	Sector da Humanização	Vera Abecasis	17 (formandos do IEPF)
Zebedeu - Um Príncipe no Hospital	Dinamização do livro sobre direitos das crianças na saúde.	Ludobiblioteca a Raul Lino	Vera Abecasis	21
A Descoberta do Ser	Questões como os sentimentos, os afetos, as transformações do corpo, o namoro, o saber dizer não, a gravidez na adolescência, as escolhas... são algumas das temáticas abordadas através de dinâmicas de grupo.	Agrupamento D.João I - Baixa da Banheira	Ana Lourenço e Marta Rosa	6 (Professores e técnicos de Escola)
		Sector da Humanização	Ana Lourenço, Marta Rosa e Vera Abecasis	6 (Técnicos da APF)
Gestão de conflitos	O conflito é uma realidade presente desde sempre nas relações humanas. De que conflitos falamos? O que está na sua origem? Comunicação e mediação podem ser as chaves para a resolução do problema.	Centro de formação Rui Grácio (Escola Gil Eanes – Lagos)	Melanie Tavares	50 (Professores e técnicos de Escola)
		Externato Educação Popular	Melanie Tavares	31 (Professores)
		Agrupamento de Escolas Ponte de Sor	Marta Rosa e Melanie Tavares	25 (Técnicos de GAAP e Professores)
Práticas Parentais Positivas	Que práticas parentais poderão ser mais potenciadoras de um desenvolvimento harmonioso das crianças e jovens? Qual a melhor forma de comunicar com os filhos? Até onde vão as regras e os limites?	Externato Educação Popular	Melanie Tavares	3 (Pais)
		Externato Educação Popular	Melanie Tavares	12 (Pais)
Indisciplina	As regras servem para que possamos todos conviver no mesmo espaço de forma saudável, ordenada e sem confusões! Com respeito pelos outros e os outros por nós. E se o Mundo não tivesse regras?! Através de dinâmicas, as crianças e os jovens serão levados a refletir sobre as regras como soluções, os diferentes tipos de comportamentos de indisciplina, o que motiva e valida esses comportamentos.	Agrupamento de Escolas Júlio Dantas - Lagos	Melanie Tavares	25 (Técnicos)

Quando cabe à lei proteger?	Recentes alterações no Sistema de Promoção e Proteção.	Sector da Humanização	Ana Perdigão	15 (Técnicos de GAAF)
TOTAL				244

3.2.1. Avaliação das ações



As 6 temáticas desenvolvidas com adultos – *Bullying*, Carta da Criança Hospitalizada, Descoberta do Ser, Gestão de Conflitos, Práticas Parentais Positivas e Indisciplina – apresentam uma avaliação global bastante positiva, oscilando entre os valores 3,0 e 3,8 de média, numa escala de 1 a 4. Sobressaem as ações da CCH e da Descoberta do Ser como aquelas que obtiveram os valores mais altos (3,8 e 3,6 respetivamente).



Relativamente à avaliação das formadoras das 6 temáticas desenvolvidas com adultos – *Bullying*, Carta da Criança Hospitalizada, Descoberta do Ser, Gestão de Conflitos, Práticas Parentais Positivas e Indisciplina – esta é igualmente muito positiva, oscilando entre os valores 3,1 e 3,9 de média, numa escala de 1 a 4 pontos. Sobressaem, novamente, as ações da CCH e da Descoberta do Ser como aquelas que obtiveram os valores mais altos (3,9 e 3,7 respetivamente).

3.3. Formações Acreditadas

Nome da Ação	Conteúdos	Local	Dinamizadores	Participantes
Mediação Escolar: alternativa criativa na resolução de conflitos (5 sessões)	Abordagem do conceito de Mediação: modelos, objetivos e funções da mediação escolar. Conflito e Mediação Escolar: conceitos e limites. O Mediador socioeducativo: ética e deontologia. Perfil e papel. Técnicas. Implementação de um projeto de Mediação Escolar – GAAF	Cascais	Melanie Tavares	13

3.3.1. Avaliação da ação



Nas 5 dimensões avaliadas – se a ação correspondeu às expectativas, se os conteúdos foram adequados, se os materiais e as dinâmicas foram adequados, se a carga horária foi adequada e se os conhecimentos adquiridos têm aplicabilidade na prática profissional – a avaliação dos participantes situa-se no valor 3,2 (numa escala de 1 a 4 pontos).

Embora todas as dimensões tenham tido uma avaliação bastante positiva, destacam-se as relativas aos conteúdos, aos materiais e dinâmicas e à aplicabilidade como aquelas cuja média foi superior (3,3).



Nas 4 dimensões avaliadas – planificação e dinâmica, metodologia utilizada, transmissão de conhecimentos e oportunidade de participação – a avaliação dos participantes situa-se no valor 3,5 (numa escala de 1 a 4 pontos).

Embora todas as dimensões tenham tido uma avaliação bastante positiva, destaca-se a relativa à oportunidade de participação como aquela cuja média foi superior (3,8).

3.4. Mediar conflitos Escola – Aluno – Família

- A intervenção dos GAAF, no ano letivo de 2015/16 foi realizada em 22 Agrupamentos Escolares, sob responsabilidade do Ministério da Educação e Ciência, Autarquias, Associações de Pais e outras iniciativas da comunidade, sendo da responsabilidade do setor da Mediação Escolar, a supervisão, formação e acompanhamento, de forma a uniformizar as boas práticas, de acordo com a filosofia do Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família.
- Universo de Alunos: 29619, Grupo Alvo: 2100.

3.5. Projeto Espelho EU

- Co-gestão da página de Facebook “Espelho Eu” – atualmente com 400 likes. É de referir que esta página já teve cerca de 1000 likes mas foi apagada pelo Facebook inexplicavelmente, pelo que retomámos o projeto com uma nova página;
- Contributos para a página de Facebook;
- Entrevista a 1 técnica no Observador - “Espelho eu: um projeto sobre crianças que desafiam o género”;
- Participação de 1 técnica como oradora na Conferência Internacional “Diversidade de Género na Infância”, organizado pela AMPLOS;
- Realização de 3 reuniões com a AMPLOS.

3.6. Palestras e Comunicações

- Realização de 9 palestras e comunicações.

3.7. Participação em 11 iniciativas de outras entidades e associações

- Participação de 2 técnicas no Congresso “Psicologia para todos – Capítulo 1”, Cascais, *Hapinez*;
- Participação de 2 técnicas na IX Conferência sobre Crianças Desaparecidas, Assembleia da República – Lisboa;
- Participação de 1 técnica na Conferência “Audição da Criança em Tribunal” e Lançamento do Livro Ilustrado, ISCTE;
- Participação de 1 técnica no “4º Encontro de Profissionais de Saúde”, APF (Lisboa);
- Participação de 3 técnicas no I Congresso Europeu Sobre Uma Justiça Amiga das Crianças, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa;
- Participação de 1 técnica no workshop “Capacitação para Organizações da Economia Social” – Academia Lidl Mais para Todos;
- Participação de 3 técnicas no workshop “Promover a qualidade de vida pela igualdade de género”, Associação ESPAÇOS, Lisboa;
- Participação de 3 técnicas no 1º Congresso de Adoção e Apadrinhamento Civil (Oeiras);
- Participação de 1 técnica na Apresentação GeoFundos: Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa;
- Participação de 3 técnicas no Encontro CSI Lisboa – Competências Sociais Integradas: Temporada 2, Universidade Lusíada de Lisboa;
- Montras do Ministério da Educação: exposição patente durante o mês de Novembro.

3.8. Atividade editorial

- Redação de 5 notícias para o Boletim do IAC;
- Entrevista a 1 técnica no Observador, “Espelho eu: um projeto sobre crianças que desafiam o género”;
- Participação de 4 técnicos na sessão de formação sobre as potencialidades do Facebook com BeNext.

Avaliação Qualitativa

O Setor da Humanização promove a implementação dos direitos da criança nas áreas social, da saúde e da educação. O foco da sua intervenção tem sido os serviços de saúde, mas nos últimos anos, tem existido um grande investimento na área da educação, nomeadamente no desenvolvimento de ações de educação para a saúde. No ano de 2016, esta foi uma das principais atividades realizadas, tendo proporcionado uma grande aproximação do Setor às crianças, pais e profissionais de educação.

As ações de educação para a saúde advêm de um estudo exaustivo que o Setor tem vindo a desenvolver e que teve início com o desenho do programa “A Descoberta do Ser”. A partir de então, o Setor tem investido na atualização das dinâmicas e dos materiais utilizados nas sessões que dinamiza em contexto escolar. Esta ligação à escola tem vindo a ser reforçada com a integração do Projeto da Mediação Escolar na Humanização. Consideramos mesmo que é um “casamento perfeito”, uma vez que levamos a humanização do atendimento de crianças à escola e que, para 2017, pretendemos a sua ampliação ao setor da justiça e dos serviços sociais.

Para além das ações realizadas em escola, salientam-se ainda as atividades desenvolvidas em torno da Carta da Criança Hospitalizada. Esta foi a base de toda a estrutura conceptual do Setor e a origem de todo o trabalho de investigação que se tem realizado desde sempre. O Sector tem sido solicitado a intervir junto de estudantes de medicina, para desenvolver ações de sensibilização para a defesa dos direitos da criança no hospital e tem mantido a sua ligação às famílias e às crianças, com a divulgação do livro Zebedeu.

O trabalho realizado a nível internacional assumiu um papel de destaque em 2016. A nossa participação em grupos de trabalho internacional tem-nos dado ferramentas úteis para dar seguimento a alguns projetos que temos previsto desenvolver em 2017. As solicitações dos grupos internacionais exigem muito tempo de trabalho por parte da equipa, porque a nossa participação ativa em projetos como o MAPChiPP incluem muitas deslocações ao estrangeiro. Contudo, o que daí resulta, compensa o esforço que é necessário fazer.

O esforço e dedicação caracterizam esta equipa de trabalho que, embora tenha tido muitas limitações derivadas de duas licenças de maternidade quase em simultâneo, conseguiu, de forma global, cumprir com o previsto no plano para 2016. Foi possível manter as parcerias institucionais anteriores e abraçar outras que nos têm permitido incrementar as nossas práticas comprovadas.

Para 2017, pretendemos ampliar a humanização de espaços de atendimento a criança ao nível dos centros de saúde, das instituições de justiça e dos serviços sociais e investir fortemente no eixo de investigação, dando continuidade à vertente mais reconhecida e valorizada do trabalho que o Sector desenvolve desde a sua criação. O que sempre nos caracterizou e diferenciou de muitas outras instituições foram as nossas investigações nacionais, de elevada validade estatística e a ligação estreita que sempre tivemos com os hospitais de todo o país.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ano 2016
COD:PR

Designação
Projecto Rua – Em Família para Crescer

Responsável
Matilde Esteves Sirgado

Equipa
Coordenação Matilde Sirgado¹⁴ - Técnica Superior de Política Social Apoio Logístico e Administrativo Apoio Logístico e Administrativo Andreia Bojaca - Técnica Auxiliar Administrativa Beatriz Caldeirão - Técnica Auxiliar Administrativa Maria das Dores Sousa - Técnica Auxiliar Administrativa Odete Avelino - Técnica Superior NÍVEL DO RECUPERAR Centro de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil - Zona Centro Conceição Alves - Responsável de Equipa - Técnica Superior de Pedagogia Social Lídia Velez - Técnica Superior de Serviço Social Hugo Pereira - Técnico Superior de Psicopedagogia Curativa Sandra Paiva - Técnica Superior de Pedagogia Social Helena Proença – Monitora Leonor Martins - Monitora NÍVEL DA PREVENÇÃO Ana Isabel Carichas - Responsável de Equipa - Técnica Superior de Política Social Anabela Alves - Técnica Superior de Educação Social Bruno Pio - Técnico Superior de Serviço Social Carla Fonseca - Técnica Superior Pedagogia Social Social Helena Oliveira - Monitora Paula Almeida - Monitora Carmelinda Robalo - Empregada de Limpeza Centro de Apoio Comunitário Carmen Lopes - Responsável de Equipa - Técnica Superior de Política Social Ascensão Andrade - Técnica Superior de Educação Social Sónia Valente - Técnica Superior de Política Social Teresa Simões - Técnica Superior de Pedagogia Social Carla Pinto – Monitora Carlos Moreira – Monitora NÍVEL DO REVALORIZAR Centro das Redes Sociais Paula Paçó - Responsável de Equipa - Técnica Superior de Política Social Isabel Duarte - Técnica Superior de Pedagogia Social Isabel Porto - Técnica Superior de Política Social Maria João Carmona - Técnica Superior de Psicologia Social e das Organizações¹⁵

45

Outros Serviços Intervenientes	Duração Prevista
Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social: Instituto da Segurança Social, I.P.; Instituto do Emprego e Formação Profissional; Ministério da Justiça: Tribunais Judiciais e de Família; Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais; Comissões de Proteção de Crianças e Jovens; Polícia Judiciária; Ministério da Saúde: Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e Dependências (SICAD) e Centros de Saúde; Ministério da Administração Interna: Forças de Segurança (GNR; PSP; SEF); Observatório de Tráfico de Seres Humanos; Câmaras Municipais; Juntas de Freguesia; Ministério de Educação e Ciência: Direção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo; Escolas do ensino básico, secundário e superior;	Atividade permanente

¹⁴ Elemento transversal a todas as equipas

¹⁵ Licença sem vencimento

Secretaria de Estado do Desporto e Juventude: Instituto Português do Desporto e Juventude;
Redes/instituições nacionais: Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS); Santa Casa da Misericórdia de Lisboa; Casa Pia de Lisboa; European Anti-Poverty Network – Portugal (EAPN); Rede Construir Juntos; Rede de Apoio e Proteção às Vítimas de Tráfico;
Redes/instituições internacionais: European Federation on Street Children; European Social Action Network; Eurochild; Associação para as Crianças Desfavorecidas (ACRIDES); Fundação Infância Feliz; Rede da Criança;
Empresas/Serviços: (Zoo Marine, GEBALIS, Sociedade Portuguesa de Psicoterapias Breves, Federação Portuguesa da Capoeira).

Objetivos

Finalidade

Contribuir para a diminuição do número de crianças e jovens em risco e/ou perigo promovendo a sua reinserção sociofamiliar.

Objetivos Gerais

- Otimizar respostas que permitam recuperar crianças, adolescentes e jovens com comportamentos disruptivos/desviantes, promovendo competências conducentes à construção de um projeto de vida saudável;
- Contribuir para a criação e/ou desenvolvimento de projetos integrados, nas comunidades sinalizadas por situações de crianças e jovens em perigo;
- Potenciar a participação da sociedade civil, contribuindo para a adequação de políticas integradas nas áreas da infância e juventude.

Objetivos Específicos

1. NÍVEL DO RECUPERAR

1.1. Centro de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil (CDIJ) – Zona Centro

- Intervir em situações de emergência face a crianças, adolescentes e jovens desaparecidos e/ou explorados sexualmente com especial incidência sobre os que se encontram em fuga;
- Atualizar o diagnóstico de crianças/ jovens em contexto de rua na cidade de Lisboa e cooperar na procura das que nos são sinalizadas por se encontrarem em situação de fuga;
- Acompanhar individualmente os jovens na estruturação de rotinas, alguns deles em cumprimento de medidas de promoção e proteção, tutelares educativas e penais;
- Apoiar e encaminhar os jovens e as famílias para as instituições/serviços competentes, coresponsabilizando-as de forma a garantir a satisfação das necessidades biológicas e psicossociais;
- Envolver os parceiros na intervenção de forma integrada;
- Dar resposta de acolhimento a situações de emergência.

2. NÍVEL DA PREVENÇÃO

2.1. Centro de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil (CDIJ) – Zona Oriental

- Potenciar nas crianças, adolescentes e jovens uma atitude proactiva na construção de um projeto de vida saudável.
- Prevenir comportamentos de risco, em contexto escolar, sensibilizando as crianças para os seus direitos e deveres;
- Prevenir/ou reduzir comportamentos de risco, a adolescentes e jovens no espaço CDIJ – Oriental, desenvolvendo processos de aprendizagem e treino de competências pessoais e sociais;
- Garantir a representação do IAC junto dos grupos territoriais de parceiros;
- Apoiar e encaminhar os jovens e as famílias para as instituições/serviços competentes, coresponsabilizando-as de forma a garantir a satisfação das necessidades biológicas e psicossociais.

2.2. Centro de Apoio Comunitário

- Intervir, através da ação “Aprender na Rua”, na prevenção e reparação de situações de risco, de crianças a descoberto de respostas institucionais e/ou em complementaridade com os recursos existentes.
- Promover a mudança de comportamentos e aquisição de novas aprendizagens;
- Sensibilizar as crianças das escolas de referência do 1º ciclo para os seus direitos e deveres;
- Contribuir para a integração e sucesso escolar;
- Apoiar e encaminhar as famílias para instituições/ serviços competentes, coresponsabilizando-as de

- forma a garantir a satisfação das necessidades biológicas e psicossociais das crianças;
- Identificar situações de risco e colaborar na sinalização, criação e implementação de planos de inserção;
- Promover/ apoiar a criação e/ou o desenvolvimento de grupos interinstitucionais comunitários.

3. NÍVEL DO REVALORIZAR

3.1. Centro das Redes Sociais

3.1.1. *Eixo Divulgação/Visibilidade*

- Partilhar e dar visibilidade à intervenção do Projecto Rua.
- Disseminar a metodologia de intervenção do Projecto Rua;
- Facilitar a participação do grupo-alvo em iniciativas da sociedade civil.

3.1.2. *Eixo Formação*

Promover a reflexão sobre a problemática das crianças/jovens em risco, visando o reforço de conhecimentos e a transferibilidade de metodologias:

- Aperfeiçoar o sistema de gestão de formação, no sentido de melhorar a qualidade da mesma;
- Partilhar e dar visibilidade à intervenção do Projecto Rua.
- Reforçar conhecimentos teórico-práticos de interventores sociais externos ao Projecto Rua;
- Reforçar conhecimentos teórico - práticos da equipa do Projecto Rua;
- Informar e sensibilizar crianças e jovens para temáticas relacionadas com as áreas da infância e juventude.

3.1.3. *Eixo Cooperação Nacional*

Cooperar com redes sociais, entidades parceiras e outras instituições de âmbito nacional.

- Dinamizar e operacionalizar os objetivos da Rede Construir Juntos;
- Contribuir para a execução do Plano de Ação da Rede de Apoio e Proteção à Vítima de Tráfico (RAPVT);
- Operacionalizar os objetivos protocolados para cada um dos projetos em que estabelecemos parceria.

3.1.4. *Eixo Cooperação Internacional*

Cooperar com redes sociais, entidades parceiras e outras instituições de âmbito internacional.

- Adquirir informações acerca de iniciativas europeias (...de financiamento, projetos de intercâmbios, documentos científicos e especializados), tendo em vista a melhoria das práticas de intervenção do Projecto Rua;
- Participar em projetos europeus que permitam o intercâmbio de boas práticas, quer entre técnicos, quer com o grupo-alvo;
- Contribuir para a criação, acompanhamento, e avaliação de projetos junto de instituições que trabalham com crianças em risco nos PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

47

Ações Desenvolvidas

1. NÍVEL DO RECUPERAR

1.1. Centro de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil (CDIJ) - Zona Centro

- Giros de diagnóstico e denúncia:
 - . Diurnos;
 - . Noturnos.
- Contactos formais e informais (jovens, amigos e famílias);
- Reuniões (jovens; família e parceiros);
- Relatórios e informações sociais;
- Ações lúdico pedagógicas;
- *Ateliers*;
- Acompanhamento a serviços;
- Entrevistas motivacionais;
- Acompanhamento de medidas/planos (CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, EATTL- Equipa de Apoio Técnico ao Tribunal de Lisboa, DGRSP- Direção geral de Reinserção Social e Serviços Prisionais);

- Visitas socioeducativas;
- Projeto juvenil;
- Participação em atividades transversais entre as diferentes equipas do Projecto Rua;
- Atendimento a famílias no espaço;
- Visitas domiciliárias;
- Ações de formação parental;
- Contatos com parceiros;
- Reuniões com parceiros;
- Elaboração de planos individuais com o envolvimento de pelo menos um parceiro;
- Reuniões da comissão alargada da CPCJ Lisboa Centro;
- Celebração e revisão de acordos/planos (CPCJ; EATTL; DGRSP);
- Operações policiais conjuntas em ambiente noturno.

2. NÍVEL DA PREVENÇÃO

2.1. Centro de Desenvolvimento e Inclusão juvenil (CDIJ) – Zona Oriental

- Elaboração da proposta para as sessões temáticas a realizar na Escola EB1/JI do Condado;
- Preparação da sessão temática a aplicar em todas as turmas;
- Construção de uma apresentação PREZI sobre Internet Segura;
- Dinamização da sessão lúdico pedagógica em todas as turmas do 1º CEB (“O Direito à Diferença”, “Internet Segura”, “Aprender é Divertido” e “O Direito a Brincar”);
- Preparação de material para a dinamização da sessão alusiva ao Dia da Criança Desaparecida;
- Realização de sessões no âmbito da Criança Desaparecida;
- Participação da equipa na festa de final de ano letivo;
- Calendarização e proposta da animação de intervalo;
- Planificação da atividade;
- Construção de materiais;
- Dinamização das animações de intervalo – Direito a Brincar;
- Reuniões com os professores;
- Encaminhamentos para outras respostas educativo-formativas;
- Sinalizações para serviço psicologia do SOS Criança;
- Interrupções letivas:
 - . Páscoa: *Ateliers* diversos; Bowling; Visita ao parque das Nações;
 - . Verão: *Atividade c/* estudantes universitários; Visita ao Museu da Criança; *Atelier* de Culinária; Pintura de placard; *Atelier* de Desenho; Visita ao Planetário; Visita ao Castelo de S. Jorge;
 - . Natal: Ida ao Teatro “Os Carteiros mágicos do Natal”; Visita à Vila Natal, em Óbidos.
- Análise dos resultados alcançados na avaliação inicial de competências;
- Preenchimento semanal das grelhas de avaliação com parâmetros avaliativos definidos;
- Informatizar dados nas grelhas de avaliação;
- Partilha conjunta de informação entre os elementos que acompanham o grupo para a atribuição de nível avaliativo;
- Introdução de novas competências a avaliar;
- Reuniões de preparação das sessões PTC - Programa Treino de Competências;
- Dinamização das sessões do Programa de PTC (2xp/semana);
- Reunião de parceria c/ A.P.F - Associação para o Planeamento da Família;
- Sessões dinamizadas pela A.P.F.: Violência no Namoro; Métodos anticoncecionais; Barómetro das atitudes;
- Atividades Prémio: Bowling e visita ao Estádio e Museu do Sporting;
- Comemorações de dias festivos: *Ateliers* (Dia do Pai; Oficina de Artes sobre a Páscoa; Painele de Inverno; Construção de Marcadores; Dia da Mãe; Dia da Criança Desaparecida; *Atelier* de Pintura de T-Shirt; Construção do trabalho no âmbito do Concurso da CPCJ Lx Oriental; elaboração de cartaz “Os sentimentos”; Instrumentos musicais reciclados; Móbil de Natal; almoço de Natal);
- Jogos lúdico-pedagógicos: Jogo do Bingo; Jogos de coesão de concentração, de cultura geral e da X-Box
- Visualização de filmes educativos: “Violência no Namoro, tipos de comportamento e *bullying*”;
- Visitas socioeducativas: Deslocação ao espaço Municipal da Flamengo p/ participação na cerimónia de entrega de prémios (atribuição do 1º lugar no concurso de desenho ao Grupo dos “Aventureiros”); Viagem turística de Hippotrip (prémio do concurso da CPCJ); Visita à Estufa-fria;
- Participação no Projeto TALE: Contatos c/ famílias; Operacionalizar seguros p/ atividade; Preparação de lanches e almoços; Encontros de trabalho;
- Participação na Rede Juvenil “Crescer Juntos”;

- . Reuniões de trabalho no âmbito da Rede Juvenil.
- Atividade lúdica “Dia Solidário”, dinamizada por estudantes universitários da Escola Superior de Enfermagem;
- Conversas individuais;
- Atendimento familiares;
- Representação do IAC na CPCJ Lx Oriental:
 - . Participação no concurso de desenhos, promovido pela CPCJ Lx Oriental;
 - . Reuniões da modalidade alargada;
 - . *Team building*;
 - . Projeto “Tecer a Prevenção” – Grupo das IPSS’s;
 - . Grupo de trabalho das Escolas (reuniões).
- Representação do IAC no Conselho Educativo de Marvila:
 - . Reuniões;
 - . Dia Mundial da Criança;
 - . Conselho Educativo Júnior.
- Representante do IAC na Comissão Social de Freguesia de Marvila:
 - . Reuniões Plenárias;
 - . Eixo 4- Infância, Juventude e Família: Reuniões;
 - . Seminário “Aventura da Parentalidade”;
- Representação do IAC no Consórcio do Programa Escolhas, “Projeto “Dá-te ao Condado””:
 - . Reuniões de consórcio;
 - . Reuniões de análise de casos em comum.
- Contatos telefónicos: Jovens; Famílias; Instituições;
- Reuniões de parceria;
- Visitas domiciliárias;
- Elaboração de relatórios de informações sociais;
- Atendimento personalizado pais/famílias e crianças e jovens;
- Recolha de informação pessoal, familiar e institucional junto dos adolescentes, jovens famílias e instituições (parceiros e outras entidades) com vista à elaboração do diagnóstico;
- Encaminhamento e acompanhamento a serviços;
- Conversas informais/formais;
- Dinamização de sessões de formação parental:
 - . 1ª Sessão - convívio e apresentação das formandas/técnicos Construção do Book para cada formanda e horários;
 - . 2ª Sessão - Organização de Atelier de culinária – *Croissants*;
 - . 3ª Sessão - Dinamização de *atelier* de Páscoa – *Decoupage*;
 - . 4ª Sessão - “A Mentira”;
 - . 5ª Sessão - Atividade de exterior: Visita ao CCB e lanche nos Pasteis de Belém;
 - . 6ª Sessão - Educação financeira;
 - . 7ª Sessão - Atelier de Floricultura;
 - . 8ª Sessão - Atelier de Floricultura;
 - . 9ª Sessão - Sessão Oriflame;
 - . 10ª Sessão - “Lenda de S. Martinho” – Atelier “Boneca de Castanha”;
 - . 11ª Sessão - “A importância das regras no processo educativo” – Atelier “Boneco de Neve”;
 - . 12ª Sessão - Conclusão da anterior;
 - . 13ª Sessão - Almoço de Natal /mães e filhos.

2.2. Centro de Apoio Comunitário

- Sessões lúdico-pedagógicas em contexto de rua e sala no Bº Alfredo Bensaúde (sessões temáticas, atividades desportivas, expressão dramática, expressão plástica, tecnologias educativas, dinâmicas de grupo diversas, sessões de treino de competências, apoio nos trabalhos escolares);
- Reuniões de parceiros/grupos interinstitucionais no âmbito de:
 - . Grupo Comunitário do Bº Alfredo Bensaúde;
 - . Preparação e avaliação de atividades conjuntas;
 - . Articulação interinstitucional para a sinalização/encaminhamento/acompanhamentos de crianças em risco;
 - . Ensino a Distância;
 - . Avaliações escolares;
 - . Conselho Olivalense;
 - . Projeto BIPZIP- Programa Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária de Lisboa.
- Preenchimento e análise das grelhas de avaliação de competências;
- Saídas/Visitas socioeducativas com crianças e jovens (grupo geral);
- Saídas/Visitas socioeducativas individuais ou em grupos restritos;
- Participação em ações do projeto juvenil da Rede Construir Juntos;

- Sessões com os grupos restritos (rapazes (28) e raparigas (17);
- Dinamização de sessões lúdico pedagógicas sobre os Direitos e Deveres das Crianças na EB/JI Stª Maria dos Olivais;
- Sessões de Apoio ao Estudo (com a colaboração de voluntários);
- *Ateliers* na EB/JI Stª Maria dos Olivais;
- Sessões na Escola EB 2,3 das Piscinas;
- Visitas Domiciliárias (incluindo as Visitas Domiciliárias no âmbito do Projeto ABC – Aprender, Brincar, Crescer; contactos vários);
- Visitas domiciliárias integradas;
- Atendimento (sendo 3 integrados com outras entidades);
- Acompanhamento de famílias a serviços;
- Colaboração em atividades conjuntas com outros parceiros: Projeto Sensibilização Ambiental; Sessões temáticas; Dia Mundial da Criança; EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, atendimentos à população e reunião; atividade comunitária *Music Boxe*; orçamento participativo; Projeto Arte Urbana; receção de grupos para apresentação da intervenção no Bº Alfredo Bensaúde (Projeto *Working Roma*; grupo de alunos Erasmus da Finlândia e receção do Sr. Presidente da C. M. Lisboa e sua comitiva), Festa de Natal; Candidatura a projetos.

3. NÍVEL DO REVALORIZAR

3.1. Centro das Redes Sociais

3.1.1. Eixo da Divulgação/Transferibilidade

- Resposta a pedidos de informação vária relacionados com a temática da Criança em situação de risco/ encaminhamento de situações para outros setores do IAC ou outras entidades com competência nas áreas da infância e juventude;
- Contributos escritos para o Boletim do IAC (4) e Folha Informativa do Projecto Rua (1);
- Representação do Projecto Rua em 2 reportagens;
- Participação do Projecto Rua na animação das Montras do Ministério da Educação e Ciência, durante o mês de novembro;
- Receção de bens (brinquedos, livros, vestuário) resultantes de campanhas para angariação de donativos, promovidas por entidades externas, a favor do IAC;
- Receção de alunos (a título individual ou em grupo) dos ensinos secundário, superior e profissional;
- Receção e acompanhamento de 1 repórter italiano para a realização de um documentário sobre Pobreza envolvendo crianças e jovens acompanhados pelo Projecto Rua;
- Participação de colaboradores do Projecto Rua, enquanto preletores ou moderadores em Seminários/ Workshops a pedido de entidades externas;
- Dinamização de uma aula no ISCSP – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, no âmbito do Mestrado ERASMUS *Mundus, Advances in Social Work – Professional Ethics and Human Rights*;
- Organização e estruturação do Centro de Documentação do Projecto Rua:
 - Catalogação de livros e revistas;
 - Digitalização de documentos em suporte escrito, áudio e vídeo, sobre a intervenção do Projecto Rua.

3.1.2. Eixo da Formação

- Gestão da Formação
 - Recolha e análise dos registos de participação em atividades formativas;
 - Pesquisa de novos formadores de referência e atualização da base de dados;
 - Constituição da Bolsa de Formadores do IAC;
 - Conceção do Manual de Qualidade da Atividade Formativa;
 - Elaboração do Plano de Formação 2016 do IAC;
 - Organização e melhoria dos Dossiers Técnicos-Pedagógicos de diferentes áreas temáticas.
- Formação Interna
 - Triagem e inscrição dos elementos da equipa do Projecto Rua em diferentes momentos formativos;
 - Recolha e análise dos registos de participação em atividades formativas;
 - Participação mensal em sessões de supervisão com o apoio do DICAD - Divisão de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências;
 - Preparação e dinamização do Dia IAC:
 - Atividade para a promoção da coesão da equipa.

- Formação Externa – Ações de formação
 - . Preparação do Dossier Técnico-Pedagógico da 25ª Ação de Formação para Animadores subordinada ao tema “ 25 anos a (Re)Criar Dinâmicas e Aprendizagens – A importância do lúdico no desenvolvimento pessoal e social”;
 - . Organização e realização da 25ª Ação de Formação para Animadores com a participação de 17 formandos externos e 8 formandos das equipas do Projecto Rua;
 - . Dinamização de sessões sobre o tema “Intervenção com Jovens Multidesafiadores” para professores, educadores e psicólogos de diferentes CED’s- Centros de Educação e Desenvolvimento da Casa Pia;
 - . Dinamização de sessões sobre o tema “Gestão de conflitos em sala” para 15 professores do Agrupamento de Escolas das Orlas;
 - . Dinamização de sessões sobre “Dinâmicas de Grupo no Treino de Competências Comportamentais” a 9 animadores e técnicos da Associação Ludoteca da Galiza”;
 - . Dinamização de sessão sobre “Indisciplinas” a professores da Escola Secundária Ferreira Dias – Cacém;
 - . Participação de elementos da equipa enquanto preletores ou moderadores em Seminários, Colóquios, etc...
- Ações de Sensibilização/Sessões Temáticas
 - . Dinamização de sessões sobre o tema “Prevenção de Abusos Sexuais” a alunos do 3º ciclo, num total de 54 alunos;
 - . Dinamização de sessão sobre o tema “Prevenção de Comportamentos de Risco” a adolescentes do 2º ciclo, num total de 31 alunos;
 - . Dinamização de sessão sobre os “Prevenção dos Maus Tratos” para 25 mães adolescentes acompanhadas pela Ajuda de Mãe;
 - . Dinamização de sessão motivacional para aplicação de um Programa de Treino de Competências para alunos de cursos da Casa Pia, envolvendo 23 jovens.
- Estágios e Voluntariado
 - . Estabelecimento de protocolos com escolas de ensino superior;
 - . Receção e integração de estagiários;
 - . Reuniões de acompanhamento /supervisão com estagiários/orientadores de estágio;
 - . Receção/triagem de ofertas de voluntariado;
 - . Apoio e supervisão na realização de trabalhos académicos.

3.1.3. Eixo da Cooperação Nacional

- Rede Construir Juntos em articulação com Fórum Construir Juntos
 - . Divulgação da Rede Construir Juntos junto de entidades com competência em matéria de infância e juventude;
 - . Reuniões de articulação com o Fórum Construir Juntos presenciais e via *Skype* para operacionalização do Plano Anual da Rede;
 - . Divulgação *online* de linhas de financiamento, programas, atividades e formação nas áreas da infância e Juventude;
 - . Preparação e realização do Seminário Anual da Rede “Crescendo Juntos para a Autonomia”;
 - . Preparação e realização da Reunião Anual da Rede;
 - . Atualização do desdobrável informativo e filme de apresentação da Rede;
 - . Encaminhamento de situações relacionadas com a problemática do Desaparecimento de Crianças.
- Dinamização do Pólo de Lisboa da Rede Construir Juntos
 - . Reuniões periódicas;
 - . Operacionalização da Rede Juvenil Crescer Juntos;
 - . Preparação, desenvolvimento e acompanhamento do projeto juvenil no âmbito da temática escolhida pelos jovens;
 - . Encontros mensais com os jovens do Pólo de Lisboa;
 - . Realização de atividade regional no âmbito da temática escolhida;
 - . Composição de uma letra para uma canção e filmagens para a realização de um videoclip sobre as “Diferentes formas de acolhimento/Autonomia de vida “ partilhado no Intercâmbio Nacional da Rede Juvenil e apresentado no seminário anual;
 - . Preparação e participação dos jovens do Pólo de Lisboa, no Intercâmbio Nacional da Rede Juvenil realizado em setembro em Gulpilhares – Vila Nova de Gaia;
 - . Preparação e dinamização da reunião anual da Rede Juvenil.

- RAPVT - Rede de Apoio e Proteção à Vítima de Tráfico de Seres Humanos
 - . Participação nas reuniões da Rede;
 - . Contribuição com dados sobre a ação do Projecto Rua no âmbito do TSH - Tráfico de Seres Humanos, para estudos, relatórios e documentos elaborados pela RAPVT;
 - . Disseminação do Sistema de Referência Nacional de Vítimas de Tráfico de Seres Humanos junto de parceiros e técnicos de ação social que trabalham diretamente com populações mais vulneráveis ao risco de tráfico;
 - . Participação no lançamento da campanha 2016 “Exploradas e tratadas como lixo” dedicada às Crianças;
 - . Disseminação dos produtos da campanha;
 - . Participação na 2ª Reunião de avaliação à implementação por parte do Estado Português da Convenção do Conselho da Europa relativa à luta contra o TSH pelo GRETA - *Group of Experts on Action Against Trafficking in Human Beings*;
 - . Participação em reunião da Rede Regional de Lisboa e Vale do Tejo de Apoio e Proteção a Vítimas de TSH.
- Colaboração com o OTSH - Observatório do Tráfico de Seres Humanos
 - . Adoção, preenchimento e encaminhamento do Guião de Sinalização de Vítimas de Tráfico de Seres Humanos;
 - . Contributo para o Relatório Anual do OTSH;
 - . Participação no *workshop* internacional “*Trafficking in Human Beings in Portugal*” promovido por ocasião da visita da Delegação Turca.

3.1.4. Eixo da Cooperação Internacional

- No âmbito da parceria com a EFSC - European Federation on Street Children (EFSC)
 - . Participação na Assembleia Geral de dissolução da EFSC;
 - . Colaboração com o Diretor da EFSC na preparação da Auditoria ao Projeto “*Catch and Sustain*” por parte da Comissão Europeia;
 - . Resposta a questionário pré-auditoria.
- Participação no projeto TALE - Training Activities for legal Experts
 - . Dinamização de sessões de consulta às crianças e jovens alvo de um processo de promoção e proteção;
 - . Redação de relatórios periódicos com as conclusões das sessões;
 - . Preparação do referencial de formação a aplicar a advogados e outros profissionais da justiça, que representam as crianças em processos judiciais;
 - . Ações de carácter geral;
 - . Colaboração em candidaturas a projetos europeus.
- No âmbito da cooperação com os PALOP
 - . Cabo Verde - acompanhamento e supervisão, à distância, de projetos da ACRIDES;
 - . Guiné - disponibilização de vagas para formação, no IAC, a técnicos da Guiné;
 - . S. Tomé e Príncipe - contactos para reformulação da parceria institucional.

52

Grupo Alvo

1. Caracterização Quantitativa

Níveis de Intervenção	Áreas de Intervenção	Crianças/jovens sistematicamente abrangidos Idade 0-21		Famílias	Beneficiários não sistematicamente abrangidos	
		Gênero			Interventores sociais	Crianças e Jovens
		M	F			
NÍVEL DO RECUPERAR	Centro de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil (CDIJ) - Zona Centro	45	45	77	_____	_____
NÍVEL DA PREVENÇÃO	Centro de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil (CDIJ) - Zona Oriental	61	54	61	_____	780
	Centro de Apoio Comunitário	50	66	62	_____	215
NÍVEL DO REVALORIZAR	Centro das Redes Sociais	_____	_____	_____	470	198
	Total: 2184	156	165	200	470	1193

2. Caracterização Qualitativa

Tendo em conta o âmbito de intervenção do IAC – Projecto Rua, verifica-se que o seu grupo alvo é muito diversificado. Contudo, conscientes do nosso papel e finalidade, realçamos que o principal grupo alvo são as crianças, adolescentes e jovens dos zero aos 18 anos, e respetivas famílias.

No entanto, não podemos descorar os restantes grupos que ao longo do nosso trabalho se cruzam a vários níveis, e com os quais partilhamos a nossa experiência e estratégias de intervenção.

São eles, todos aqueles que nos procuram (estudantes de várias áreas e de diferentes países) para obterem informações sobre o nosso projeto e onde privilegiamos o contacto direto e personalizado.

Focalizando-nos nas crianças, adolescentes, jovens e famílias que se encontram em contexto de risco, procuramos apoiá-los em meio natural de vida. Falamos de famílias multiproblemáticas caracterizando-se por baixa autoestima, pouco capazes de avaliarem e investirem nas suas potencialidades. Marcadas pela indefinição e instabilidade, vivendo de apoios/subsídios e ainda manifestando dificuldade em investir na educação dos seus filhos.

Falamos também de crianças e adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade condicionadas por vivências que não favorecem o seu saudável crescimento. A maioria em idade escolar cujo percurso é caracterizado por absentismo, retenções sucessivas, fraca participação nas atividades de enriquecimento curricular e abandono escolar precoce.

Referenciamos ainda o acompanhamento dos adolescentes e jovens que diariamente fazem da rua o seu espaço de aprendizagem. Apresentam comportamentos desviantes, dificuldades ao nível da aceitação/cumprimento de regras, por ausência de disciplina na sua vida quotidiana que os conduz à entrada no sistema judicial (percursos marginais e comportamentos disruptivos).

Referimos-mos a todos aqueles que, por motivos inerentes à sua própria história de vida, não tiveram oportunidade de aprender a “viver com o outro”, e o seu sofrimento espelha-se na única linguagem que conhecem: a violência, os furtos e os consumos.

Atualmente, em pleno século XXI são muitos os esforços feitos a nível mundial para reverter a situação em que estas crianças, adolescentes e jovens vivem. É o que o IAC – Projecto Rua tem vindo a fazer ao longo destes 26 anos, com crescente importância dada aos direitos da criança e com esforço reforçado para que estes sejam cumpridos.

Ainda assim, este não tem sido um trabalho fácil e requer continuidade, de forma a proporcionar um completo acompanhamento emocional, social, comunitário e educativo.

Resultados Qualitativos / Quantitativos

1. NÍVEL DO RECUPERAR

1.1. Centro de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil (CDIJ) - Zona Centro

Durante o ano de 2016 foram acompanhados pela equipa **90** casos. Destes, **48** chegaram até nós de diferentes formas, a saber:

- Catorze (**14**) situações de risco diagnosticadas pela equipa;
- Dezanove (**19**) denúncias;
- Quinze (**15**) sinalizações para acompanhamento individual.

Os restantes **42** referem-se a processos que transitaram de anos anteriores. Assim, para melhor sistematizar a informação recolhida e ao constatarmos que as características, relativamente às categorias da faixa etária, escolaridade, origem, relação com a justiça, problemáticas e planos individuais de intervenção elaborados são idênticos, independentemente de se tratar de situações de diagnóstico, denúncia ou para acompanhamento individual, optámos por apresentar os dados destes casos globalizados. Posteriormente serão devolvidos os resultados qualitativos apresentados por objetivo geral, específicos e respetivas metas.

Da análise efetuada, podemos observar que a maioria dos jovens tem idades compreendidas entre os 15 e os 19 anos. Verifica-se também que alguns jovens e famílias continuam a ter como referência a equipa, solicitando o nosso apoio para os seus filhos/netos, como se constata nas situações das crianças mais novas de 15 dias, 3, 4,5 e 6 anos.

Dos jovens que acompanhamos, o número relativamente a rapazes e raparigas é igual, contudo, temos verificado, em comparação com anos anteriores, que existem mais raparigas e cada vez mais novas a efetuarem fugas. Temos verificado, em comparação com anos anteriores, que existem mais raparigas e cada vez mais novas a efetuarem fugas.

Na maioria dos casos têm o 2º ciclo de escolaridade (34). Com o 1º ciclo completo temos **20** jovens, e concluíram o 3º ciclo, **14**. Encontram-se em abandono escolar 42 jovens. Este número elevado retrata a desmotivação e desinteresse que demonstram pela escola. O próprio sistema de ensino não está preparado para os acolher e manter. Continuamos a verificar que estes jovens não valorizam o seu percurso educativo e não o reconhecem como forma de atingir a empregabilidade.

O motivo de maior preocupação prende-se com o facto de interromperem os estudos sem completar a escolaridade obrigatória. Mesmo aqueles que frequentam a escola, nem sempre o fazem assiduamente.

A instabilidade escolar nestes jovens, que se caracteriza também pela baixa pontualidade, pouco investimento nos estudos e comportamentos desadequados dentro e fora da sala, origina sucessivas retenções e abandonos.

A equipa com estes jovens, tem tentado aferir motivações e interesses e em paralelo tem pesquisado respostas educativas alternativas ao ensino regular, de modo a promover a sua reintegração escolar.

Assim, temos vindo a investir na articulação com as escolas e centros de formação, através de contactos com os diretores de escola/turma, de forma a manter um acompanhamento mais próximo das vivências escolares dos jovens permitindo a deteção precoce de situações problema e contribuindo para a sua resolução.

A maioria dos adolescentes e jovens com quem trabalhamos é de origem Lusa (**57**), seguindo-se os Africanos (**27**) e os de origem da Europa de Leste (**4**). Convém mencionar que de um modo geral possuem nacionalidade Portuguesa.

Face à sua vulnerabilidade escolar e contexto familiar, são tomadas algumas medidas que visam a sua promoção e proteção (PP), foi o que aconteceu em **60** dos casos acompanhados.

Medidas com carácter mais impositivo que visam a sua reabilitação, tutelares educativas (TE), e (PP) foram aplicadas a **7** dos jovens e com PP e Penal foi aplicada a **1** dos jovens.

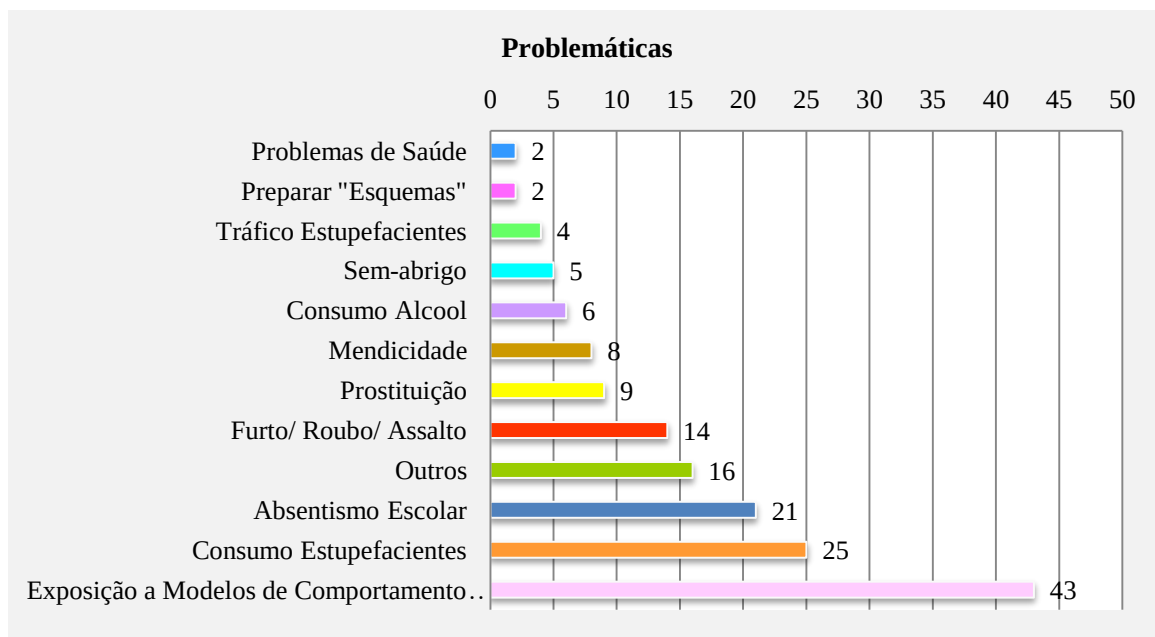
Ao nível das medidas P.P., salientamos o acolhimento institucional aplicada a 45 casos, como a única e última resposta para estes jovens. Contudo, convém referir que 13 dos jovens que têm processo de PP já tiveram mais do que uma medida. Não encontrando no seio da família, a proteção, o afeto e os modelos estruturantes para o seu desenvolvimento.

Em contexto familiar, as medidas de apoio junto da família foram decretadas em **24** casos. Duas situações encontram-se ainda sem aplicação de medida.

É frequente que alguns destes jovens privados de certos direitos se tornem posteriormente agressores, levando a processos tutelares educativos. Relativamente a estes, as principais medidas foram a imposição de obrigações (**2**) e o internamento em centro educativo (**2**), enquanto que o acompanhamento educativo foi aplicado a 1 jovem.

Alguns destes envolveram-se na prática de delitos, por vezes com recurso à violência e com sentimentos de impunidade. Nestes casos, as medidas são uma oportunidade para redefinir os objetivos pessoais e para perspetivar novos caminhos.

Grande parte dos rapazes e raparigas sinalizados desde 2013 apresenta comorbidade de problemáticas psicológicas que culminam muitas vezes com a exposição a modelos de comportamento desviante, bem como o absentismo escolar e o consumo de estupefacientes, sendo estes os fatores de risco que os podem levar à prática de outros atos ilícitos. Os adolescentes e jovens apresentam geralmente, mais do que uma problemática associada.



Convém evidenciar que é notório o seu envolvimento no consumo e tráfico de estupefacientes. Cada vez mais cedo iniciam a experimentação de substâncias psicoativas e posteriormente o tráfico.

É devido à destruturação da sua vida, à falta de competências sociais, à reduzida capacidade de autocontrolo emocional e à falta de hábitos de planificação, que estes adolescentes e jovens procuram soluções imediatas, que na maioria dos casos não se apresentam como respostas saudáveis.

Para fazer face a estes problemas de comportamento que têm por base vivências negativas, traumatizantes e violentas, é importante adotar uma metodologia que os confronte emocionalmente de forma positiva.

55

É essencial que cada um descubra dentro de si as forças necessárias para ultrapassar as necessidades individuais. O fundamental é que cada um acredite em si mesmo.

Neste sentido, foram realizadas durante este ano diferentes atividades, entre elas, visitas a museus, peças de teatro e exposições, *ateliers*, acampamento, ações no âmbito do projeto juvenil e outras ligadas ao desporto.

Das 36 atividades realizadas, **19** jovens participaram, sendo que apenas 9 estiveram em 3 ou mais. É através de intercâmbios e grupos de reflexão que tentamos envolver estes jovens em projetos juvenis. Uma das iniciativas que continuamos a participar pertence à rede juvenil, da “Rede Construir Juntos” que tem como finalidade promover o trabalho em rede, a nível nacional, no sentido de potenciar o combate à exclusão social na área da infância/juventude.

Os objetivos desta iniciativa, organizada pelo Instituto de Apoio à Criança – Projecto Rua são a promoção e o respeito pelos direitos humanos; a sensibilização para o respeito pela diferença e para a promoção da igualdade; a constatação de realidades e proporcionar novas abordagens de intervenção; a promoção e o desenvolvimento de competências de participação nos jovens e a partilha de experiências.

À semelhança de anos anteriores e como resultado da avaliação feita pelos jovens, a Rede Juvenil construiu o seu plano de ação focando-se no tema “As Diferentes Formas de Acolhimento/Autonomia de Vida”.

Este trabalho tem possibilitado o contacto com jovens de diferentes bairros, outras realidades e novas experiências, o desenvolvimento de competências de comunicação e de participação.

Outra das ações realizadas foi o acompanhamento a serviços, em que efetuámos **33**. Estes acompanhamentos visam por um lado conhecer e ir estabelecendo uma relação com o indivíduo e, por outro, colaborar na resolução das situações. É ainda de salientar que todas estas ações integram os planos de intervenção. Estes contemplam as principais competências e forças dos jovens e das suas famílias, e definem os objetivos que orientam o percurso a efetuar em conjunto.

Atualmente estão em curso **90** planos. Com a participação dos jovens foram elaborados **17**, com o envolvimento da família foram também redigidos **17** e com o apoio dos parceiros fizemos **14**. Os restantes foram construídos pela equipa.

De seguida, serão apresentados os resultados qualitativos, tendo em conta o objetivo geral, os específicos e as respetivas metas.

Assim, no que diz respeito ao primeiro objetivo específico que visa atualizar o diagnóstico e responder às situações de denúncia, convém lembrar que a sua realização tem consistido num processo evolutivo de procura constante de informação, de forma a melhor compreender o fenómeno das crianças, adolescentes e jovens de rua. Desta forma, acompanhámos **19** casos de diagnóstico, 5 que transitaram de 2015 e **14** novos casos.

O diagnóstico tem assim constituído um instrumento de trabalho dinâmico e tem-nos permitido identificar situações de risco. Estas são detetadas pela equipa no decorrer da sua intervenção e que pela sua vulnerabilidade, algumas requerem um apoio de carácter preventivo. Referimo-nos concretamente a irmãos e filhos de jovens que ainda encontram na rua, uma forma de sobrevivência.

Convém também referir, a nossa intervenção junto de jovens que estavam em fuga, e que a equipa diagnosticou através das redes sociais. Neste âmbito, gerimos uma página de facebook. A maioria destes jovens tem uma página no facebook, onde partilha informação pessoal, é à qual a equipa pode ter acesso, facilitando a sua intervenção. Realçamos que este é um contato privilegiado e que é atualizado e consultado diariamente, ao contrário dos telemóveis, cujos números são alterados com frequência.

Também nas situações de fuga, nos permite identificar esses jovens através das fotos publicadas, bem como conhecer amigos e locais que frequentam.

Relativamente aos jovens que já acompanhamos, estas contas têm sido um meio facilitador para comunicar e transmitir conteúdo pedagógico (ex: avisar das atividades a desenvolver, fazer ponto de situação, deixar recados, publicar pequenos filmes educativos, etc).

Estes jovens procuram na rua a ausência de rotinas, o incumprimento de regras e limites e a vivência de riscos. Desta forma, estão expostos a diferentes problemáticas relacionadas com as piores formas de exploração de trabalho infantil (mendicidade, o tráfico de estupefacientes, a prostituição infantil) e o tráfico de seres humanos (mendicidade forçada e envolvimento em atividades criminosas).

É através da realização de giros diurnos e noturnos, que técnicos e animadores percorrem a cidade a pé ou com o recurso à Unidade Móvel Lúdico pedagógica. Esta facilita a identificação institucional, diminui os riscos da equipa inerentes a este tipo de zonas, assim como apoia a realização de atividades com crianças, adolescentes e jovens encontrados em contexto de rua.

Ao longo deste ano, realizámos **32** giros (11 diurnos, **23** noturnos e **1** noturno integrado com a PSP) em que a equipa encontrou **4** casos em situação de risco, no período noturno.

Refira-se que a mobilidade e as características deste grupo alvo condicionam a nossa intervenção. Não frequentam regularmente os mesmos locais, criam "novas amizades" com muita facilidade o que lhes permite a sobrevivência em diferentes zonas.

Nos últimos anos, foram estabelecidas 6 zonas de giro, que se reportam essencialmente à parte histórica da cidade, às zonas comerciais e de diversão noturna, o que permite à equipa uma observação mais contínua nestes locais.

De forma a melhorar o diagnóstico, a equipa tem realizado um trabalho em conjunto com diferentes entidades, nomeadamente a 1ª Divisão do Comando Metropolitano de Lisboa, e equipas de rua, no sentido de estabelecer canais de comunicação e flexibilidade para fortalecer e otimizar respostas integradas.

Relativamente às situações de denúncia, enquadra-se todo o trabalho que visa dar resposta a apelos lançados no que diz respeito às crianças, adolescentes e jovens em situação de fuga na área metropolitana de Lisboa, ou seja, referimo-nos a todos aqueles que voluntariamente saem de casa ou de uma instituição na qual residem. Assim, acompanhámos **41** denúncias, **22** que transitaram de anos anteriores e **19** novos casos.

Como podemos verificar a fragilidade de algumas situações exigem por parte da equipa, uma continuidade de trabalho. Jovens que conseguem fazer um percurso positivo, por vezes face à vulnerabilidade familiar e laboral, requerem em determinados períodos um maior investimento da nossa parte.

Esta intervenção tem normalmente como ponto de partida e como já foi referido anteriormente, a articulação com o SOS – Criança e muito particularmente com a linha 116000 (nº europeu para as crianças desaparecidas), daí que rececionámos mais casos por esta via (**24**). Evidenciamos ainda as sinalizações efetuadas por parte das instituições de acolhimento (**10**).

Para averiguação dos casos, foram realizados 27 giros (21 diurnos e 6 noturnos), onde foram encontradas 2 crianças/jovens. Salientamos que estes giros permitem muitas vezes reunir informação que possibilita esclarecer as situações.

Do total de denúncias (41), foi possível identificar o paradeiro de 34 casos, dos quais foram contactados pessoalmente pela equipa, 14 adolescentes e jovens.

Apesar das inúmeras tentativas, no sentido deles e das suas famílias aceitarem o nosso apoio e colaborarem na construção de novos projetos, por vezes e em alguns casos, tal não é possível. Perante estas dificuldades, sinalizamos estes casos às entidades competentes.

Convém referir que em algumas situações em que os jovens são acompanhados por entidades parceiras, designadamente pelas casas de acolhimento, não é adequado abordá-los, uma vez que estão ainda a estabelecer uma relação de confiança com as equipas daqueles centros.

Verificámos que a não-aceitação da medida de institucionalização foi o principal motivo pelo qual os jovens realizaram fugas (19). Muitos deles iniciam então um processo de fugas e de experiências que comprometem seriamente o seu presente e futuro.

Embora as situações sejam precocemente sinalizadas às CPCJS, depois de esgotadas todas as tentativas ao nível da intervenção de 1ª linha, as medidas adotadas nomeadamente, o acolhimento em instituição, continua a não conseguir contê-los.

Outro dos motivos pelos quais, os jovens efetuaram fugas prende-se com a rutura familiar (10), o estabelecimento de relações amorosas (3), o desejo de aventura e risco (5), outros (2) e não se sabe (2).

A equipa relativamente à duração das fugas conseguiu apurar que foram de 1 dia até 4 anos e 9 meses. Contudo, a maior percentagem tem duração de 1 a 7 dias (14 jovens). Apenas um jovem se encontrou em fuga da instituição de acolhimento durante 4 anos e 9 meses.

Dos 34 adolescentes e jovens que conhecemos o seu paradeiro, 17 não efetuaram novas fugas, e 17 reincidiram (13 jovens mais de três vezes).

Conscientes da importância dos jovens estarem motivados e empenhados na construção e execução do seu plano de intervenção, a equipa tem tentado estabelecer uma relação de confiança como já foi referido com cada um deles, recorrendo à dinamização de atividades lúdico pedagógicas, bem como o acompanhamento a serviços. Reforçamos que é durante estes momentos que se consegue conhecê-los melhor e saber quais os seus interesses e expectativas.

De referir que a grande maioria tem acesso fácil a várias iniciativas juvenis, e são fortemente influenciados pelo grupo de pares.

Realçamos mais uma vez que o risco e os consumos são vividos de forma intensa e apelativa, colocando-os muitas vezes em situações de risco, quer a nível da sua integridade física, quer psicológica. Todos estes fatores condicionantes dificultam a sua integração na família/ instituição, na formação e comprometem o seu futuro.

Tendo presente o segundo objetivo específico, que diz respeito ao acompanhamento individual podemos dizer que neste enfoque, de um modo geral, são-nos sinalizados adolescentes e jovens que manifestam comportamentos disruptivos. As dificuldades relacionais e os comportamentos desajustados que apresentam, revelam o sofrimento em que se encontram. São adolescentes e jovens nos quais predomina a ausência de quadros de referência, assim como uma baixa autoestima e intolerância à frustração.

Caraterizam-se, ainda, por dificuldades de aceitação/ cumprimento de regras, por falta de disciplina na sua vida quotidiana. A maioria tem a decorrer processos de promoção e proteção, tutelar educativos e/ou penais.

Este ano acompanhámos individualmente 15 situações. Estas sinalizações foram efetuadas por particulares (9), pela própria equipa ou outras equipas do IAC-P Rua (3), EATTL (1), Escola 2,3 das Oaias (1) e Ajuda de Mãe (1).

À semelhança do diagnóstico e das denúncias continuámos a acompanhar situações que transitaram de anos anteriores.

Por se acreditar que é em meio natural de vida que as crianças, adolescentes e jovens devem permanecer, a

equipa tem estado atenta às crianças mais novas dos agregados familiares que acompanha, procurando assim, fortalecer competências e canais de comunicação.

É com base nesta premissa, que estamos presentes na celebração de acordos de promoção e proteção, colaboramos na execução de medidas tutelares e intervimos com as famílias.

A articulação com os tribunais, CPCJ's, DGRSP, SCML e outros requer uma atualização de informação frequente.

Quanto ao terceiro objetivo específico, que visa o apoio, encaminhamento e coresponsabilização das famílias, consideramos que a educação é uma tarefa para todos e a família continua a representar o primeiro espaço de realização e desenvolvimento da personalidade humana e da solidariedade entre gerações. Assim, estamos bem conscientes, que é de primordial importância o envolvimento das famílias na vida dos seus filhos.

Dos **90** casos, e tendo em conta a existência de fratrias, o universo das famílias foi de **77**. Destas, foi possível conhecer **58** (pelo menos um elemento do seu agregado). Mantivemos como procedimento conhecer as famílias dos jovens que acompanhamos. Esta comunicação algumas vezes é facilitada através de página de *facebook* que a equipa criou e gere, nomeadamente com as mães emigradas, revelando-se um meio excelente de contato. Contudo, nem sempre isso acontece, porque se encontram ausentes, detidos ou não manifestavam interesse. Nas situações em que não conseguimos apurar informação sobre a identidade ou paradeiro do jovem, também foi impossível obter dados sobre a sua família.

Face à disponibilidade que a equipa manifesta, foi possível ir ao encontro destas famílias. Assim, efetuámos **40** visitas domiciliárias e **2** visitas domiciliárias integradas. Realizámos ainda **43** atendimentos e estabelecemos **598** contactos telefónicos.

Do universo das famílias (**77**) e tendo presente o nível da responsabilidade e do assumir o compromisso, **37** famílias fazem-no ou seja (48%). Há ainda algumas famílias que embora se predisponham para colaborar nem sempre o conseguem.

As suas histórias de vida caracterizam-se por um desinvestimento afetivo, fragilidade emocional e modelos de referência pouco positivos. A família enquanto núcleo securizante, protetor e seguro não existe na maioria destes casos.

Uma das características comuns destas famílias é o fraco investimento na vida dos filhos, tendo estes, desde cedo que assumir algumas tarefas do quotidiano. Mais tarde, na fase da adolescência, quando surgem alterações de comportamento e conflitos, as famílias continuam a desresponsabilizar-se das suas funções parentais, centrando a situação/ problema nos filhos. Esta realidade traduz-se posteriormente na fraca participação em ações de formação.

Estas ações têm como objetivo fortalecer a relação pais/ filhos, aumentar a capacidade de diálogo e comunicação na família e abordar a importância do estabelecimento e cumprimento de regras e limites.

De referir que recentemente temos promovido encontros de pais e filhos (5), que têm tido alguma adesão e que constituem momentos propícios ao diálogo, à interação e à partilha.

Relativamente aos indicadores escolaridade e situação profissional, apurámos que a maioria tem o 1º e 2º ciclo e apenas 5 pais concluíram o ensino superior. À semelhança do percurso escolar dos seus filhos, também os pais apresentam uma baixa escolaridade. Encontram-se empregados 65 pais e atualmente estão desempregados 31 progenitores. A equipa sempre que necessário acompanha/encaminha estas situações para serviços especializados nesta área.

A tipologia familiar é na sua maioria monoparental feminina (**24**). A família nuclear (**19**) e alargada (**15**), bem como a reconstruída (**12**) são também tipologias frequentes nestes agregados.

Vale a pena refletir sobre alguns exemplos de organização familiar e sobre os padrões relacionais fragmentados. De facto sabemos que existe grande instabilidade relativamente à continuidade e perseverança das figuras familiares. Sucessivas reconstruções dos agregados acontecem na vida destes jovens.

Constatamos também que em 48% dos casos, os jovens perderam a relação com, pelo menos, um dos progenitores (abandono (**23**), morte (**9**), emigração (**6**) e por motivo de privação de liberdade (**5**).

Outro dos fatores que origina a quebra de laços, é a incompatibilidade existente entre progenitor e o filho ou entre este e o companheiro(a) do progenitor(a), o que verificámos em **21** situações. Em consequência

desta fragilidade, e como já foi enunciado, alguns jovens encontram-se sob medida de acolhimento institucional.

Por vezes, perante esta situação, verifica-se uma maior abertura por parte de ambos (pais/ filhos) para um reinvestimento na relação, alterando-se os padrões comunicacionais.

Mas é igualmente verdade, que algumas casas de acolhimento/ lares não promovem o envolvimento da família, muito menos a sua participação em ações conjuntas e não preparam o regresso do jovem ao seu contexto sociofamiliar. No entanto, algumas famílias, apesar de todas as dificuldades continuam a acreditar e a investir na relação com os seus filhos, aceitando o seu regresso, dando-se uma segunda oportunidade.

O quarto objetivo específico diz respeito ao envolvimento dos parceiros na intervenção que se pretende que seja integrada, e sempre caracterizou a intervenção do IAC – Projecto Rua. Neste sentido, também esta equipa considera o envolvimento dos parceiros e entidades competentes nas áreas da infância e juventude como imprescindível, assumindo uma posição de relevo em todo o processo de intervenção. Salientamos as parcerias de carácter mais formal como o estabelecimento de protocolos e as de carácter mais informal.

Referimo-nos concretamente à continuidade do protocolo com a DGRSP - Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais e a SPPB - Sociedade Portuguesa de Psicoterapias Breves.

Com o primeiro realçamos a cooperação na troca constante de informações. Após o término das medidas e sempre que o jovem permita e se justifique, a equipa continua o acompanhamento.

Relativamente ao segundo, evidenciamos a otimização de recursos e a possibilidade de também os jovens adultos e famílias (acompanhadas pelas diferentes equipas do Projecto Rua) usufruírem de acompanhamento psicológico gratuito. Desta forma foram-nos sinalizadas 6 situações que reconheceram a importância deste apoio e aderiram ao processo terapêutico. Atualmente já desistiram 5 por desmotivação/desinteresse. Apenas 1 situação teve alta. Mais uma vez, se verifica a resistência dos próprios adultos em dar seguimento a este acompanhamento.

Do total de **90** casos acompanhados, foi possível a participação dos parceiros em **84** situações. Continuamos a defender que esta articulação com as diferentes entidades proporciona um valor adicional ao desempenho dos diferentes intervenientes sociais e que a troca de experiências e a partilha de boas práticas enriquecem e inovam as metodologias de intervenção, promovendo uma maior eficácia da mesma.

De forma a colaborar na redução do número de fugas, sobretudo as das casas de acolhimento temporário (com maior índice de saídas não autorizadas) reunimos com os seus responsáveis, no sentido de em conjunto definirmos algumas estratégias articuladas que possam minimizar este fenómeno.

Em cada uma das situações e sempre que seja identificado um potencial parceiro, é metodologia da equipa, promover a intervenção integrada. Assim, realizámos **542** contactos, efetuámos **41** reuniões com parceiros e **21** reuniões com parceiros, jovens e família.

Relativamente às entidades com trabalho de rua esforçamo-nos em estreitar laços com instituições que diariamente percorrem alguns locais da cidade e parceiros que dinamizam ações para grupos mais vulneráveis. Consideramos que apesar deste esforço, ainda não foi alcançada uma ação concertada nesta área.

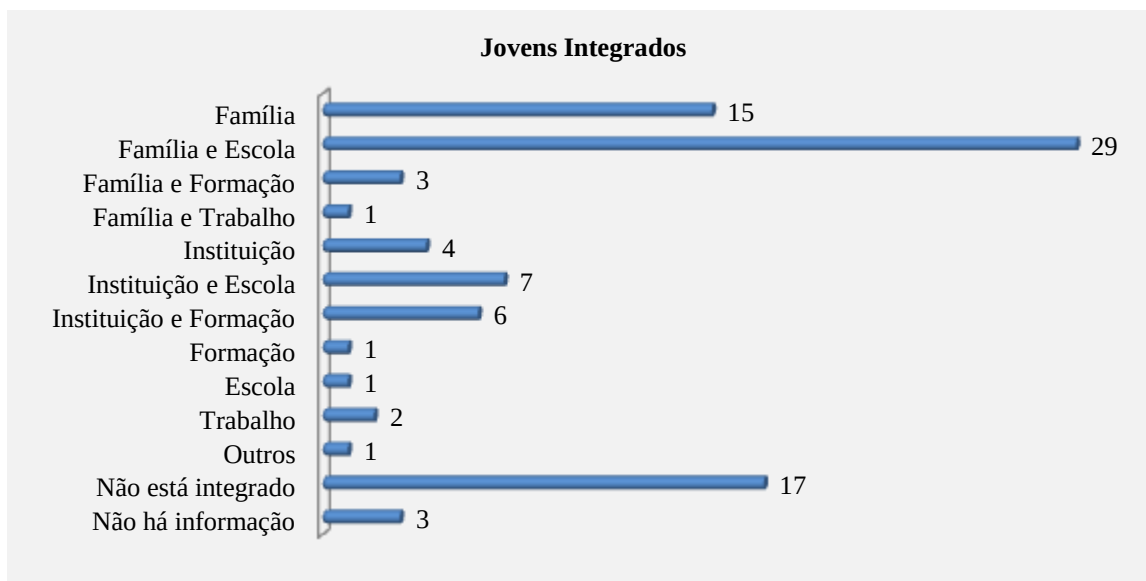
Salientamos também a integração da equipa em grupos interinstitucionais, nomeadamente a nossa participação enquanto membro da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens – Lisboa Centro, no âmbito da sua modalidade alargada. Este grupo tem vindo a desenvolver juntamente com outras entidades de 1ª linha, operações policiais nos locais de diversão noturna como já foi referenciado anteriormente, com vista a identificar e prevenir situações de risco.

Estamos também especialmente atentos na identificação de possíveis situações de tráfico de seres humanos. Sempre que existem suspeitas fazemos a sua sinalização às entidades competentes, nomeadamente ao OTSH - Observatório de Tráfico de Seres Humanos.

Contamos ainda com a articulação com a polícia judiciária e o Departamento de Investigação e Ação Penal, em algumas situações que requerem uma intervenção mais específica dada a sua complexidade.

Os bons resultados de qualquer parceria dependem da disponibilidade para cooperar uns com os outros, acrescentando valor à aliança e criando confiança entre eles, bem como consciência de que o objetivo a ser alcançado é um sucesso de todos. Na realidade as parcerias são instrumentos facilitadores e otimizadores de recursos, dando resposta às necessidades locais, aumentam a participação e geram mudanças.

Assim dos **90** jovens intervencionados foram integrados **70**, destes a maioria foi integrado na família e na escola.



Quanto ao quinto objetivo específico que consiste em dar resposta de acolhimento a situações de emergência, realçamos que esta equipa dispõe de um recurso fragilizado a nível do acolhimento em emergência, criada no âmbito de um protocolo de cooperação com a SCML destinada a adolescentes/jovens sem alternativa imediata de acolhimento e/ou que se encontrem em situação de fuga e/ou risco por um período não superior a 72 horas e restrita a casos resultantes da intervenção direta do Projecto Rua.

No ano de 2016, não se registaram pedidos para acolhimento em emergência. Não obstante, a equipa tem usufruído deste espaço como recurso de apoio a algumas atividades que tem desenvolvido, nomeadamente as que implicam pernoita.

60

2. NÍVEL DA PREVENÇÃO

2.1. Centro de Desenvolvimento e Inclusão juvenil (CDIJ) – Zona Oriental

A equipa do CDIJ – Zona Oriental acompanhou um total de **115** crianças, adolescentes, jovens e jovens adultos. Todos eles foram alvo da intervenção desta equipa, acompanhados de acordo com a especificidade da sua idade e do seu perfil.

Passamos de seguida a devolver os resultados do trabalho desenvolvido nas diferentes dimensões de acordo com os objetivos que orientam a intervenção da equipa.

As crianças do 1º CEB a frequentar a Escola 54, - 23 - são abrangidas nas atividades lúdico-pedagógicas dinamizadas pela equipa nas pausas letivas – páscoa e verão.

No período de verão (e à semelhança dos anos anteriores), realizámos um conjunto de atividades que possibilitaram uma maior aproximação entre as crianças e a equipa. Nas restantes pausas letivas, as atividades são dinamizadas no espaço ou através de visitas socioeducativas.

Este trabalho permite-nos fortalecer os laços e a relação com estas crianças; potenciar todo o trabalho que é feito ao nível das sessões lúdico-pedagógicas nas suas respetivas salas de aula e aprofundar o diagnóstico das situações de risco. O trabalho realizado nos meses de verão incidiu fundamentalmente nas visitas sócio educativas e nos *ateliers* em sala.

Os resultados que em seguida apresentamos dizem respeito à intervenção desta equipa junto da escola local que o nosso grupo alvo frequenta, nomeadamente o 2º e 3º período de 2015/2016, e o 1º período de 2016/2017 da Escola EB1 e J.I. do Condado. Ressaltamos o facto de termos atingido a meta na totalidade.

As crianças participaram de forma ativa no decorrer das sessões. Colocaram questões pertinentes relativamente à temática abordada e partilham episódios da sua vida familiar.

O facto de as sessões serem abrangentes, permite às crianças fazerem uma interligação dos conteúdos e consolidarem as aprendizagens. Acabam por ir buscar exemplos e informações de sessão para sessão.

Tanto no 2º, como no 3º período do ano letivo 2015/2016, foram realizadas sessões em todas as turmas da escola, num total de **9** (em cada período letivo). No 2º período, temos: -1º e 2º anos – direito à diferença; - 3º e 4º anos – Internet segura.

Foram abrangidas as 22 crianças de cada uma das turmas num total de **198** crianças. Nos meses de abril a junho foi realizada a mesma sessão em todas as turmas, com o tema: “O Direito a Brincar” (visionamento de uma apresentação PREZI e construção do boneco equilibrista). Foram abrangidas as mesmas 198 crianças. Foram ainda, realizadas 2 sessões no âmbito da Criança Desaparecida, abrangendo **44** crianças, das 2 turmas em questão.

No ano letivo 2016/2017, com a sessão “Aprender é divertido” a equipa percorreu as várias turmas da referida escola, até à data foram, nove (**9**), no total.

Quanto às animações de intervalo, foram realizadas todas as que estavam previstas: - **3** animações de intervalo onde foram abrangidas 198 crianças, em cada uma delas. As crianças valorizaram estes momentos e quando nos encontram na escola, pergunta-nos quando vamos “Brincar com eles”.

Ao longo do ano, todos os professores foram dando um retorno extremamente positivo à equipa e, tendo por base as avaliações feitas pelos alunos após a dinamização de cada sessão e de cada animação de intervalo, o grau satisfação destes é bastante elevado.

O outro aspeto positivo que destacamos tem a ver com o reforço da ligação à escola e o maior conhecimento das crianças que frequentam a escola. Por outro lado, por parte de alguns professores é dada continuidade aos temas que a equipa leva, o que possibilita a consolidação do trabalho iniciado pelo IAC.

Os contatos com as escolas e a avaliação do percurso escolar e a sua devolução junto das crianças, adolescentes, jovens e suas famílias é fundamental para trazer uma maior consistência à intervenção da equipa ao nível da dinamização e acompanhamento dos grupos de adolescentes e jovens.

Deste modo, a equipa fez junto dos D.T. (Diretores de turma) a avaliação do percurso escolar, nas Escolas: 2,3 Marvila; 2,3 Luís António Verney; 2,3 das Olaias, Escola EB1 – JI do Condado; Colégio Maria Pia – Xabregas; Colégio Claparede; Escola Fernando Pessoa; Escola Secundária de Caneças; PIEF- Programa Integrado de Educação e Formação da Escola 2,3 das Olaias e da Escola Secundária Braancamp Freire - Pontinha.

Em cada momento da avaliação a equipa foi-se apercebendo das dificuldades de cada um, tanto em termos escolares como comportamentais, o que permitiu atuar na resolução de algumas das situações problemáticas.

Nestes momentos de avaliação é feita uma sensibilização aos Diretores de Turma, relativamente ao meio em que a criança/jovem está inserido e que a maioria das vezes é um fator desestabilizador tanto do rendimento escolar como do comportamento.

Na generalidade os professores consideram bastante pertinente a intervenção da equipa a este nível e, chegam mesmo (em alguns casos) a contactar para pedir apoio, no sentido de abordarmos determinado tema junto de algum adolescente ou para fazer o ponto de situação de algum caso.

Na sequência da avaliação do percurso escolar das crianças/adolescentes e jovens acompanhados pela equipa ao longo do período mencionado anteriormente, foi feita também a devolução daquele junto das famílias dos próprios. Esta devolução é feita em momento próprio combinado com as famílias, no nosso espaço ou em situação de visita domiciliária. Quanto às crianças, adolescentes e jovens, por regra esta devolução é feita no nosso espaço. Todos os agregados familiares tiveram acesso à evolução do percurso escolar dos seus filhos.

Estes momentos são valorizados pelas famílias, pois a equipa disponibiliza-se também para, em conjunto, encontrar estratégias que possam ser um contributo para melhorar o que não está a correr tão bem. Por outro lado, apelamos sempre para um maior envolvimento e valorização do percurso escolar dos filhos. A todas as crianças, adolescentes e jovens foi feita a devolução da avaliação do seu percurso escolar, algo que é muito bem acolhido e valorizado pelos mesmos. Esta é feita através de conversas informais para a importância de uma maior valorização da escola.

No presente ano letivo, estabelecemos já contatos telefónicos ou presenciais com os Diretores de Turma dos casos considerados prioritários pela equipa, nomeadamente os que têm processos no Tribunal, CPCJ ou Medida na DGRSP.

Ao longo do ano 2016, mais especificamente entre janeiro e novembro demos continuidade ao

acompanhamento do grupo de adolescentes “Os Aventureiros”. Apesar de funcionarmos por ano civil é também, inerente à intervenção desta equipa (por forma a melhor acompanhar o grupo) uma adaptação/adequação da dinâmica semanal em cada ano letivo. Deste modo, ao longo do ano letivo 2015/2016 “Os Aventureiros” funcionaram com 2 sessões semanais, mais especificamente: 2^a e 4^a feira, à tarde.

Mais recentemente, com o início do ano letivo 2016/2017 foi necessário (re)organizar este modelo de funcionamento. Mantivemos uma intervenção regular, i é de duas (2) sessões por semana, alterando os dias para: 4^a e 6^a feira.

Por outro lado, face à chegada de novas crianças ao grupo foi necessário proceder ao desdobramento do grupo. Assim, atualmente são 2 os grupos, sendo que um deles comporta as crianças mais novas (11, 12 e 13 anos) e o outro os mais velhos (14, 15, 16 e 17 anos). A disparidade de idades e respetivas características tornava algo complicado manter um só grupo, pelo que nos pareceu que esta era uma aposta fundamental com vista a poder aprofundar, especializar e melhor direcionar os temas/conteúdos a trabalhar com cada grupo.

Ao longo do ano 2016 já passaram por este grupo 34 elementos, que frequentam o 2º e o 3º Ciclo do ensino básico, com exceção de uma adolescente que frequenta o ensino secundário. Alguns destes adolescentes têm medidas de promoção e proteção e/ou tutelares educativas a decorrer.

Junto dos “Aventureiros” a aposta é o treino de competências pessoais e sociais. Assim, nas referidas sessões semanais priorizamos a aplicação do programa de treino de competências pessoais, sociais e escolares, onde são abordados diversos temas como a comunicação, os afetos, as emoções, os estilos comportamentais, a partilha, a gestão da raiva, os sentimentos, entre outros.

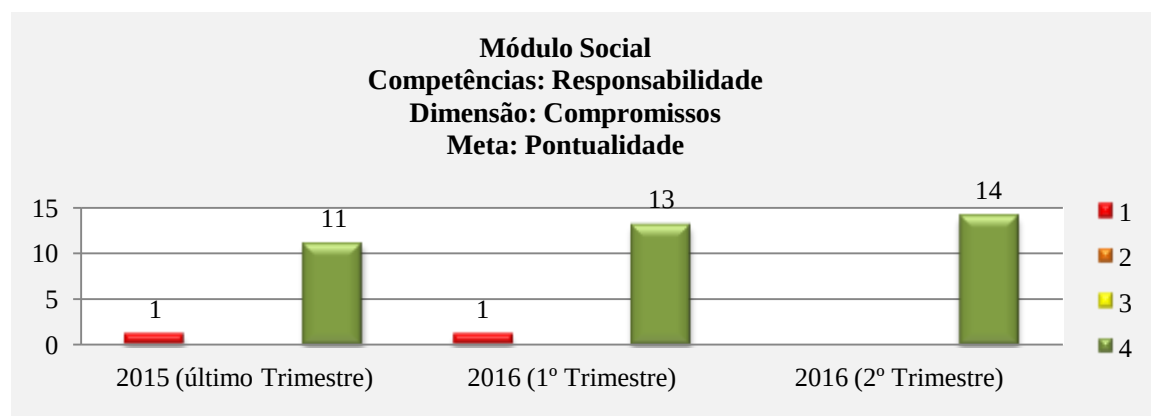
As grelhas de avaliação da aplicação do PTC ao grupo “Os Aventureiros”, começaram a ser utilizadas em outubro de 2015. O preenchimento destas grelhas permite à equipa identificar o nível avaliativo em que cada elemento do grupo se encontra e focalizar a ação consoante os resultados que vão sendo apresentados, as competências a trabalhar vão sendo ajustadas às necessidades do grupo de acordo com a observação e diagnóstico das situações em acompanhamento.

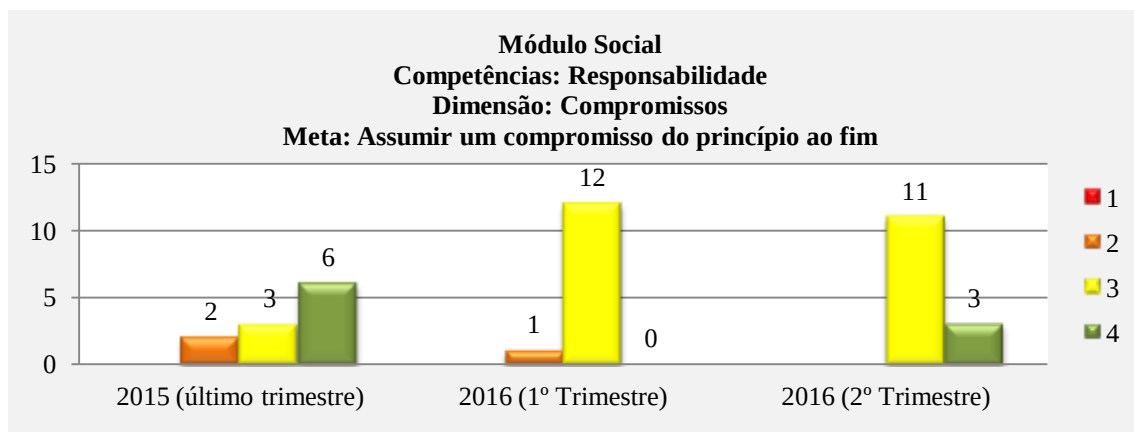
Importa referir que apesar dos resultados acima apresentados serem bastante positivos, não correspondem de igual modo aos diferentes contextos quotidianos dos jovens (famílias e escola por ex.). Este facto pode dever-se a fatores como interesse pelas atividades propostas pela equipa, afeto e respeito pelos técnicos que acompanham o grupo, à informalidade das dinâmicas, entre outros.

Participaram desde o início do ano 21 jovens nas sessões do PTC, sendo que alguns deles participaram em poucas sessões. Para efeitos de análise da avaliação só foram contabilizados os jovens que participaram em pelo menos metade das sessões.

No segundo trimestre de 2016 a equipa optou por centrar as suas atenções nos aspetos relacionados com a responsabilidade, regulação afetiva e com a assertividade.

Neste contexto, e seguindo uma avaliação que vai de 1 ao 4, (em que: 1 corresponde ao Não Satisfaz; 2 ao Satisfaz pouco; 3 ao Suficiente; 4 ao Bom) foi possível chegar à avaliação traduzida nos seguintes gráficos:





Das metas relacionadas com a competência responsabilidade é possível destacar que em termos comparativos (último trimestre de 2015, primeiro e segundo trimestre de 2016), houve uma redução de três jovens do 1º trimestre para o 2º trimestre, sendo que um dos jovens passou a ser acompanhado individualmente. Duas jovens apesar de terem vindo ao grupo durante algumas sessões, faltaram a mais do dobro das sessões dadas, razão pela qual não foram avaliadas.

Relativamente às metas pontualidade e assumir compromissos do princípio ao fim e podemos dizer: De uma forma geral todos os jovens são pontuais;

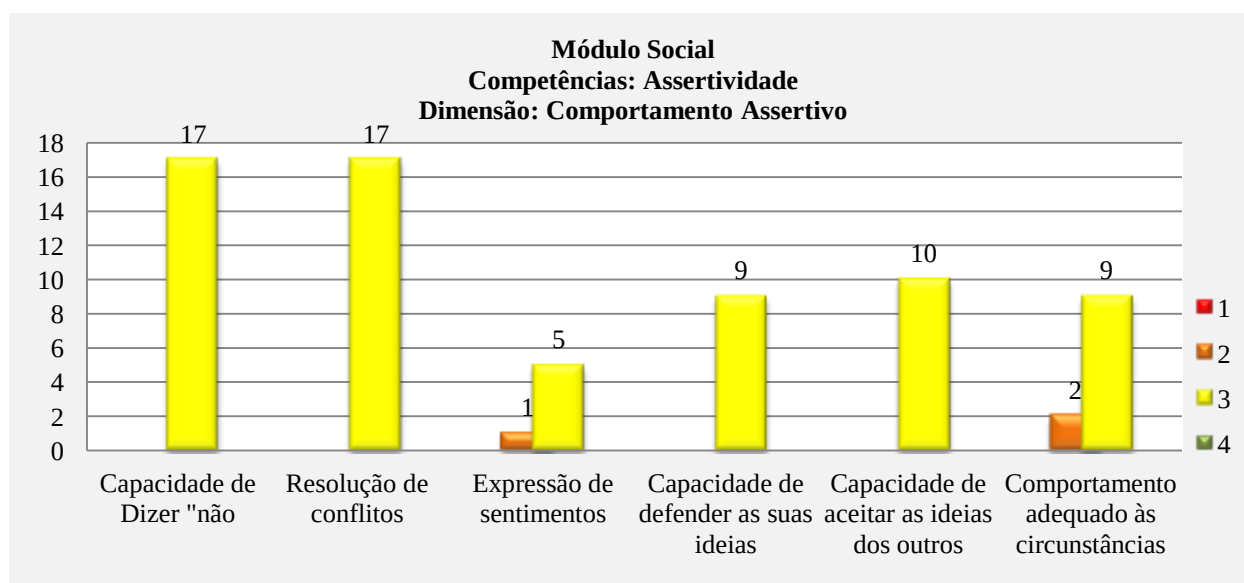
- Cumprem as tarefas/atividades de uma forma estável do princípio até ao fim sendo que 3 jovens melhoram neste parâmetro em avaliação: de suficiente para bom.

Traduzindo esta apreciação em dados relativos, podemos dizer que:

- 100 % dos jovens são pontuais.
- 100 % dos jovens atingiu a avaliação 3 ou 4 no item assumir um compromisso do princípio até ao fim.

63

Importa referir que apesar dos resultados acima apresentados serem bastante positivos, não correspondem de igual modo aos diferentes contextos quotidianos dos jovens (família e escola por ex.). Este facto pode dever-se a fatores como interesse pelas atividades propostas pela equipa, afeto e respeito pelos técnicos que acompanham o grupo, à informalidade das dinâmicas, etc. Por outro lado, alguns dos jovens que anteriormente (1º trimestre) tinham avaliações negativas, porque também registavam problemas de comportamento e *deficit* de competências ou foram institucionalizados ou passaram a ser acompanhados individualmente.



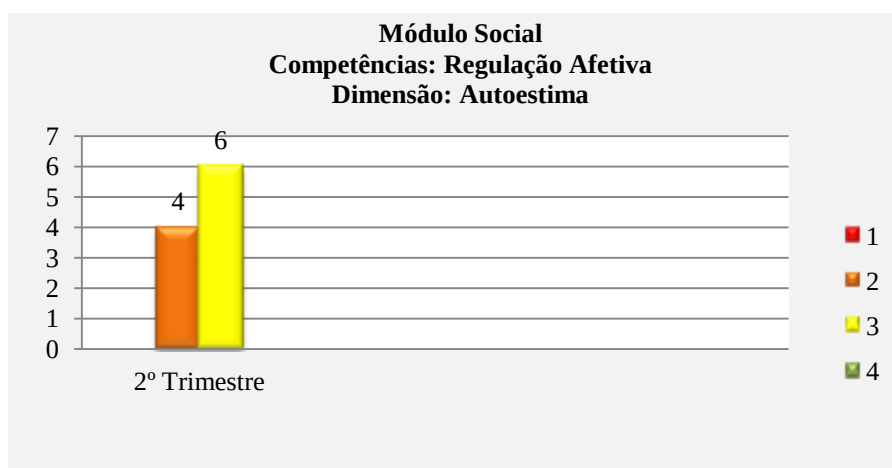
Relativamente à competência “capacidade de dizer não”, “resolução de conflitos interpessoais/intergrupais”, “expressão de sentimentos”, “capacidade de defender as suas ideias”, “capacidade de aceitar as ideias dos outros” e “comportamento adequado às circunstâncias”, podemos verificar que a grande maioria dos jovens regista uma avaliação muito satisfatória.

As metas relativamente a estas competências foram integralmente alcançadas, ou seja: 50% dos adolescentes apresentem pelo menos o nível 3 no final do processo avaliativo nas competências em

avaliação.

Existem metas em que foi difícil avaliar os jovens. Por exemplo, nem sempre é possível avaliar competências como a expressão de sentimentos ou existem momentos (sessões) em que não há a oportunidade para os jovens defenderem as suas ideias. Por outro lado, o facto de não observarmos não é necessariamente um fator negativo (ou positivo), uma vez que essa não manifestação pode estar relacionada com traços da personalidade, ou seja, existem jovens mais reservados/tímidos (ou até mesmo mais apáticos) que têm maior dificuldade em expressar as suas emoções e os seus sentimentos.

Estas são as razões pelas quais o número de jovens avaliados (expressos nos gráficos) difere de competência para competência.



Nesta dimensão, o objetivo foi alcançado, embora tenhamos que reconhecer que há 4 jovens com necessidade de trabalho ao nível da autoestima.

Ao longo do ano e no decorrer da aplicação do programa Treino de Competências, a equipa vai identificando algumas situações – problema às quais tenta dar resposta, articulando com as famílias e parceiros e, ajustando o plano de sessão às necessidades identificadas. Parece-nos ainda importante referir que o grupo ajudou a equipa a preparar os materiais para a animação de intervalo. Esta ação permitiu aos “Aventureiros” sentirem-se valorizados, uma vez, que alguns elementos já usufruíram da mesma quando eram alunos da Escola EB1 e JI do Condado.

No trabalho com estes adolescentes, o lúdico é uma estratégia privilegiada para promover a participação ativa dos elementos, sendo o jogo um recurso educativo bastante utilizado.

Para a totalidade destes, foi feito o diagnóstico sociofamiliar, foi reforçada a aproximação às famílias e, a articulação com os parceiros com vista a trabalhar as situações em conjunto.

O envolvimento de 8 destes adolescentes na Rede Juvenil “Crescer Juntos”, potenciou os relacionamentos com adolescentes de outras realidades, abrindo a oportunidade de alargarem os seus conhecimentos. Alguns deles não apresentam ainda uma grande capacidade participativa, no entanto estes encontros são precisamente uma mais-valia a este nível. Este ano foi trabalhado o tema “As diferentes formas de acolhimento/autonomia de vida”.

Parece-nos também importante referir o desafio que representou para a equipa a participação de 5 jovens no Projeto TALE, o qual pretende “ouvir” a voz das crianças acerca da Justiça e recolher sugestões de como esta pode ser mais amiga das crianças.

Ao nível da representação do IAC junto dos parceiros locais podemos referir os seguintes contextos:

- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, Lisboa Oriental: - modalidade alargada; - grupo das Escolas e – Projeto “Tecer a Prevenção” - Grupo das I.P.S.S – Instituições Particulares de Solidariedade Social.

A participação do elemento do IAC nas reuniões da modalidade alargada da CPCJ Lisboa Oriental, é muito importante. Faz-se a representação institucional, partilha-se a informação disponível da nossa parte e recolhe-se alguma informação que seja divulgada pelos parceiros. A relação estabelece-se com os parceiros, agiliza corredores flexíveis para encaminhamentos de situações e articulação interinstitucional face também a atividades a desenvolver.

- O Team Building teve lugar na Qtª do Arrife (espaço disponibilizado pela Casa Pia de Lisboa). Foram dinamizadas diversas dinâmicas e jogos ao longo de todo o dia que têm como objetivo estreitar a relação e laços entre os membros da modalidade alargada e restrita da CPCJ.
- Quanto ao grupo de trabalho das escolas, o IAC está representado por uma técnica, que também em termos da equipa articula e tem uma relação privilegiada com as escolas locais. Desta forma, as interligações ficam facilitadas. Para além das reuniões não se realizou nenhuma outra atividade em que fosse solicitada a participação do IAC.
- O Projeto “Tecer a Prevenção” é dinamizado pela Drª Fátima Duarte da Comissão Nacional de Proteção e Crianças e Jovens em Risco. Tem como finalidade fazer um diagnóstico da zona de abrangência CPCJ e, propor (posteriormente) com o envolvimento de toda a comunidade, um projeto ao nível da prevenção. Está, presentemente numa fase de recolha de dados, pelo que foram criados vários grupos de trabalho. O IAC integrou o grupo de trabalho das IPSS’s. Este trabalho teve o seu início ao longo do 1º trimestre de 2016. Ao longo do ano, decorreram mais algumas reuniões entre os parceiros em que foram divididas tarefas. Cada parceiro ficou de dinamizar uma parte do pedido de dados. Por outro lado, no 2º semestre foi lançado o concurso “Eu tenho direitos”, no qual o grupo “Os Aventureiros” participou e obteve o 1º prémio para categoria de desenho.
- Conselho Educativo de Marvila: reuniões, Dia Mundial da Criança e Conselho Educativo Junior. Participámos nas comemorações do Dia Mundial da Criança, organizado pela Junta de Freguesia de Marvila para as crianças das escolas e JI locais. O tema deste ano foi “Marvilândia – O mundo das profissões”. Dinamizámos um percurso lúdico com 5 postos. Em cada posto as crianças experienciaram uma profissão diferente: médico; futebolista; pescador; pedreiro e manequim.

Quanto ao Conselho Educativo Júnior, teve lugar já no último trimestre do ano. A nossa participação foi ao nível da organização e de dar voz a alguns “Aventureiros” com disponibilidade para estar presentes.

- Comissão Social de Freguesia de Marvila: Reuniões plenárias; e eixo 5 – parentalidade. Os plenários são normalmente rentabilizados para serem apresentadas algumas entidades ou projetos que pode ser uma mais valia para as intervenções dos parceiros. É também, feito o ponto de situação dos eixos.

As reuniões do Eixo 5, que decorreram no 1º trimestre tiveram como principal objetivo preparar, organizar e dividir tarefas quanto ao encontro do dia 10 de março. Tratou-se do Encontro de Técnicos dinamizado pela APF e contou com a participação de técnicos das várias entidades membros da C.S.F. - Comissão Social de Freguesia de Marvila, uma vez que se tratou de uma ação interna. Foi abordada a questão parentalidade positiva e da igualdade de género no cuidado e educação dos filhos. A avaliação desta atividade foi feita no âmbito do Eixo 5 e pelo presente neste encontro.

No final do 2º trimestre, numa das reuniões de trabalho foi ainda feita a alteração da identificação do eixo. Passa a ser Eixo 4 – Infância e Juventude, por se considerar mais abrangente face à intervenção das instituições que integram este Eixo. Destacamos ainda o Seminário “Aventura da parentalidade” que teve lugar no dia 27 de outubro, com uma organização conjunta do BIPZIP com o mesmo nome e da C.S.F. de Marvila.

- Consórcio do “Projeto “Dá-te ao Condado””: reuniões de consórcio. A Associação Aguienseense avançou com uma candidatura ao Programa Escolhas 6ª Geração. O Projeto é o “Dá-te ao Condado”. O IAC foi convidado para integrar o consórcio. Fazem também parte do consórcio a junta de Freguesia de Marvila: CML; o Agrupamento Escolas D. Dinis; Agrupamento Escolas Luís António Verney e a CPCJ Lisboa Oriental. O papel do IAC na parceria tem a ver com o encaminhamento de situações de jovens adultos tal como já vem acontecendo nos últimos anos, ao nível da relação entre o IAC e a Associação Aguienseense.

A metodologia do acompanhamento individual é na intervenção desta equipa uma forte aposta. É transversal a todas as faixas etárias abrangidas. Trata-se de um processo personalizado que permite uma resposta individual por parte da criança/jovem ou família, no qual são vistos como sujeitos ativos na gestão do seu próprio percurso. A relação que se estabelece permite compreender atitudes e motivações, promovendo a autoestima e a orientação do seu percurso.

No que diz respeito ao acompanhamento individual abrangemos **41** jovens (corresponde às três primeiras faixas etárias do gráfico), face a esta intervenção, podemos concluir que a meta foi largamente alcançada, uma vez que 100% dos jovens que procuraram a equipa, todos foram alvo de acompanhamento individual

com vista a dar resposta às suas solicitações e necessidades.

Ao nível dos encaminhamentos, a maioria centrou-se na área das respostas educativas/formativas e mercado do trabalho. As restantes áreas foram ao nível da saúde, justiça e apoio social.

Verificámos que:

- o contato prévio/envolvimento dos diversos serviços, e
- o acompanhamento dos jovens aos serviços nas primeiras vezes; foram estratégias importantes ao nível da sensibilização dos serviços para as problemáticas em causa. Regra geral, são jovens com quem é fácil estabelecer uma boa relação, ainda que apresentem problemáticas difíceis de contrariar (consumos de drogas, fugas de casa, doenças psiquiátricas, promiscuidade, prostituição, tráfico de estupefacientes, infeções sexualmente transmissíveis, etc). Temos vindo a encontrar situações complexas, com problemáticas bastante desafiantes, que registam avanços e recuos, no que se refere à autonomização dos jovens.

Não se conseguiu constituir um grupo (com jovens da faixa etária dos 11 aos 17 anos) em função da (in)disponibilidade dos jovens e dos seus interesses. No entanto, sobretudo no período de férias escolares, foi possível envolver alguns jovens em atividades comuns (ex. espaço de férias e visitas socioeducativas), em conjunto com o grupo dos “Aventureiros”.

No que se refere às crianças dos 0 aos 5 anos a intervenção da equipa incide no acompanhamento às famílias e na atenção ao cuidado com as suas necessidades básicas.

Por outro lado ao longo de 2016 acompanhamos 72 famílias. O trabalho com as famílias dos menores acompanhados reveste-se da maior importância, nomeadamente no que diz respeito ao reforço das competências parentais com vista a capacitar estas pessoas para o exercício duma parentalidade consistente, assertiva e afetiva. Tendo por base esta premissa, a equipa em todos os contatos que estabelece com as famílias trabalha numa linha de reforço das competências parentais. Verificámos que, de um modo geral as famílias são permeáveis à intervenção da equipa e valorizam o trabalho do IAC.

66

Ao longo destes meses de 2016 foram realizadas **11** sessões de formação parental/ encontros de mães. A equipa elaborou uma listagem das famílias/mães a abranger nestas sessões. Verificámos, no entanto, que face ao número identificado (cerca de 18), a maioria não compareceu, isto apesar de serem sempre convocadas pela equipa. Regra geral, estas mães têm muitos outros compromissos a que dar resposta e houve com frequência, coincidências de datas, com consultas, idas a tribunal, religiões nas escolas, etc. Participaram **11** mães nestes momentos.

Estas sessões foram em parte planeadas/realizadas em conjunto com a equipa do CDIJ Centro. Os encontros de mães têm permitido veicular informações familiares, obtendo dados revelantes no acompanhamento aos adolescentes e jovens. Estes encontros permitem conviver com as mães de uma forma informal e criar uma relação mais próxima e de confiança entre o técnico/utente.

Quanto ao apoio dado às famílias que nos procuram, podemos referir que a meta foi atingida na sua totalidade, uma vez que todas obtiveram resposta face às necessidades identificadas. No global podemos, ainda afirmar que as famílias aderem aos encaminhamentos feitos pela equipa. Apesar disso, o ritmo da família nem sempre é o esperado pela equipa, o que exige uma grande flexibilidade e capacidade de gestão da frustração.

Esta equipa trabalha numa comunidade (“em regime de permanência”), sendo vista como um ponto de apoio para crianças, adolescentes, jovens e suas famílias. Mantém uma postura de abertura e flexibilidade no acolhimento e acompanhamento dos casos que lhe chegam, seja por via de sinalização por parte dos parceiros seja por auto-sinalização.

As principais barreiras que identificamos prendem-se com a gestão de prioridades na intervenção face aos casos com que lidamos diariamente e à sua gravidade e, com a necessidade de manter o foco no apoio às crianças, adolescentes e jovens que se enquadram especificamente no perfil do “nosso” grupo alvo.

2.2. Centro de Apoio Comunitário

Para que atingíssemos o objetivo específico “Promover a mudança de comportamentos e a aquisição de novas aprendizagens”, foi realizado um trabalho ao longo do ano com 3 grupos distintos: o das crianças mais novas, o dos cavaleiros (jovens rapazes) e o das raparigas. Todos eles tiveram como denominador comum a realização de atividades que permitissem o desenvolvimento de competências pessoais e sociais, de acordo com as suas idades, necessidades, interesses e motivações.

No período em análise, com uma frequência bissemanal, foram realizadas **57** sessões lúdico pedagógicas em contexto de rua (com o suporte da unidade móvel lúdico-pedagógica) e em sala, para o grupo das crianças mais novas e que estão a frequentar o 1º ciclo. Procurámos alternar as sessões entre estes dois espaços, pois a rua continua a ser o meio privilegiado onde as crianças estão e brincam (próprio dos hábitos de rua da comunidade cigana) e também porque constatamos que algumas crianças resistem em ir para a sala, preferindo as atividades de rua. Assim, por forma a mantermos esta dinâmica, durante o Inverno priorizamos a sala e no Verão a rua.

Houve uma diminuição de número de sessões comparativamente ao ano anterior, porque a partir de setembro, com o início do projeto do Ensino a Distância, a equipa teve de reestruturar a intervenção e reduzir o número de sessões, passando apenas a 1 vez por semana.

Relativamente aos grupos restritos – raparigas e rapazes – recordamos que surgiu a necessidade de os constituir porque a equipa identificou que havia um conjunto de crianças mais velhas que já não se identificavam com as atividades desenvolvidas na rua e, acima de tudo, já não gostavam de se misturar com as crianças mais novas. Note-se que não estamos a falar de diferenças de idade muito significativas, mas atendendo aos costumes da cultura cigana, as crianças assumem responsabilidades de adultos em idades muito precoces (12/13 anos...). Por outro lado, uma vez mais devido a questões culturais, os grupos tiveram de ser separados (raparigas para um lado e rapazes para outro). Com estes grupos restritos, procurou-se acima de tudo, combater o absentismo e o abandono escolar; trabalhar algumas competências pessoais e sociais e sensibilizar para algumas temáticas relacionadas com a sua adolescência.

A partir de setembro, a maioria das raparigas foi integrada no grupo do Ensino a Distância, passando o acompanhamento das mesmas a ser feito neste contexto.

A frequência destes dois grupos foi uma vez por semana, tendo-se realizado no período em análise, 17 sessões para as raparigas e 28 para os rapazes.

Passamos de seguida a apresentar uma caracterização (género, faixa etária e assiduidade nas sessões) do universo das crianças que foram alvo da nossa intervenção.

No que respeita ao universo de crianças/jovens, podemos concluir que houve um total de **116** crianças/jovens abrangidos, sendo o nº de raparigas um pouco superior ao dos rapazes.

A maioria das crianças tem idades compreendidas entre os 5 e os 12 anos (71%). Esta “variedade” de faixas etárias está normalmente representada na maioria das sessões, o que significa que a equipa tem de estar preparada para desenvolver atividades de acordo com as diferentes idades – o que nem sempre constitui tarefa fácil. O número de crianças sem dados corresponde àquelas que estiveram connosco apenas uma ou duas vezes, não tendo sido possível obter essa informação.

Das **88** crianças que participaram nas sessões do Aprender na Rua, cerca de **22** são mais assíduas. As restantes têm uma participação inconstante (existem crianças que só têm presenças quando a atividade é realizada na rua e outras participam apenas nas atividades em sala).

Este ano, houve a preocupação em atualizar os diagnósticos sociofamiliares das crianças mais assíduas. De um universo de **22** crianças, foram elaborados **17** diagnósticos. Trata-se de um bom instrumento para a intervenção, pois permite-nos conhecer os problemas, as causas, identificar as ameaças e as potencialidades.

Quer seja em sala ou na rua, há a preocupação em abordar diferentes temas, de acordo com as necessidades observadas. Assim, de janeiro a dezembro, explorámos as seguintes temáticas: dias festivos (Natal, dia dos Reis, Carnaval, S. Valentim, dia do pai, dia da mãe, Páscoa, Primavera, dia da criança, Santos Populares, S. Martinho), o ambiente (com a colaboração de uma formadora da CML que dinamizou uma sessão sobre germinação), a importância da escola (apoio na realização dos trabalhos escolares), ateliers vários, entre outros.

Consideramos ainda importante realçar a comemoração dos aniversários pelo impacto que causa nas crianças. De um modo geral as famílias não festejam os aniversários e nós fazemos questão de assinalar a data com uma pequena festa e a entrega de um presente.

O grupo das raparigas foi dinamizado entre janeiro e junho, tendo as atividades sido suspensas por alterações na intervenção da equipa – implementação da turma de ensino a distância – em que foram integrados 6 elementos deste grupo.

As atividades planeadas para o grupo foram adequadas e bem aceites pelas jovens, embora nas atividades de continuidade não se tenham empenhado muito (à exceção de 3 das jovens mais cumpridoras). Como se pode observar no gráfico, a maioria das jovens não teve uma participação assídua.

Observámos que demonstram mais entusiasmo em jogos e *ateliers* do que atividades temáticas e que preferem conversar informalmente sobre temas da “Adolescência” do que outras temáticas apresentadas (culturas, educação/ formação, alimentação saudável, solidariedade...).

O envolvimento do grupo na atividade comunitária do Music Boxe foi positiva, pelo empenho de alguns elementos na construção dos acessórios para venda (bolsas para telemóvel, porta-chaves) e pelo entusiasmo de outras das jovens na venda durante a festa.

A realização do diagnóstico sócio familiar das jovens (9 diagnósticos do universo de 12 raparigas) permitiu-nos observar e confirmar as problemáticas específicas das raparigas inseridas na comunidade cigana. Das 12 jovens que participaram neste grupo, em idades compreendidas entre os 12 e os 16 anos, 3 abandonaram a escola durante o ano letivo (uma delas por imposição dos pais); 3 têm dois anos de retenção escolar e 9 têm três ou mais anos de retenção. Todas as jovens têm problemas de absentismo, sendo que 7 delas apresentaram absentismo muito elevado. Pelo contacto com as famílias, percebemos que não existe uma valorização da importância da escola, cabendo nos melhores casos, às próprias raparigas a decisão de continuar a estudar.

Efetivamente o acompanhamento deste grupo ao longo do ano permitiu a avaliação da pertinência da modalidade do Ensino a Distância (elevado absentismo, situação de abandono, elevado nº de retenções e famílias “resistentes” à integração na escola de 2º ciclo.

Com a aplicação das grelhas de competências pessoais e sociais tornou-se mais evidente a falta de “ferramentas” básicas para uma integração social positiva. As jovens têm muitas dificuldades de autonomia na realização de tarefas simples, tendo em conta a sua idade, bem como ao nível dos comportamentos. Para além das 5 jovens que foram avaliadas (aquelas com mais presenças) participaram outras que revelaram também muitas dificuldades sobretudo ao nível relacional e da assertividade. Existem condicionantes culturais que estão relacionadas com as dificuldades nestas áreas, mas destacamos sobretudo o percurso escolar da generalidade das raparigas que não foi suficientemente consistente para desenvolver competências sociais básicas.

Em termos da evolução da aquisição de competências, observámos poucas alterações neste período. No entanto, houve uma evolução positiva de algumas raparigas no relacionamento com a equipa e com o grupo e no que respeita à assertividade e aceitação das ideias dos outros, observámos também uma evolução positiva (4 raparigas do nível negativo para o positivo).

Durante as 28 sessões foi possível realizar atividades diferentes com enfoque nas competências pessoais e sociais.

Foram desenvolvidos *ateliers*, jogos de playstation, realizámos assembleia de grupo onde debatemos formas de funcionar e regras; foi instituída a figura do Presidente e Vice-presidente. Os jovens demonstram maior interesse em jogos e *ateliers* de construção.

Do grupo alargado, existem 5 elementos que apresentam maior grau de responsabilidade, interesse e iniciativa - razão pela qual são os mais assíduos. Devido às suas características é possível realizar uma intervenção mais consistente, planejar atividades e concretizá-las.

No que respeita à avaliação das competências pessoais e sociais, o grupo avaliado apresenta níveis positivos na maioria das competências, sendo que a capacidade que revela resultados negativos é a capacidade relacional com o meio envolvente. A equipa deverá a continuar a promover a aprendizagem de comportamentos positivos.

O grupo dos rapazes e das raparigas foram envolvidos em alguns projetos que surgiram no âmbito do plano de atividades do Grupo Comunitário, nomeadamente o Projeto de Arte Urbana e a atividade comunitária Music Boxe. Relativamente ao primeiro, está prevista uma intervenção de Arte Urbana no Bº Alfredo Bensaúde – pintura de uma fachada - e como forma de envolver a população, o grupo de parceiros pensou em algumas estratégias, sendo uma delas o desenvolvimento de *ateliers* para os jovens relacionados com a pintura e também a realização de uma visita por diferentes locais da cidade de Lisboa para observação de diferentes exemplos de arte urbana.

A atividade comunitária do Music Boxe – da iniciativa do atleta Jorge Pina – teve a participação ativa do grupo dos rapazes e das raparigas que se dedicaram à construção de materiais para atividades e objetos para serem dinamizados/vendidos no dia da atividade. A verba angariada pelos Cavaleiros foi para o grupo adquirir jogos de tabuleiro para o espaço. Realçamos todo o empenho que os dois grupos depositaram não só na preparação, como no próprio dia da atividade.

Ainda numa perspetiva de contribuímos para a mudança de comportamentos e atitudes e de proporcionar experiências gratificantes fora do contexto bairro, realizámos 6 saídas sócio – educativas com o grupo das

crianças mais pequenas (Museu da EDP, Parque Marechal Carmona – Cascais, Pavilhão do Conhecimento, concerto no CCB, visita à Badoca Parque e ida ao Teatro “Pequena Sereia”), em que participaram em média 13 crianças. Para além destas saídas, realizaram-se mais 10 saídas com os grupos restritos (Cinema; Futurália; Visita de Murais de Arte Urbana; Planetário; Atelier de Maquilhagem dinamizado pela Oriflame; Visita à Fragata, Parque das Nações, Arborismo e Bouce).

Todas as saídas lúdicas pedagógicas proporcionaram às crianças e jovens a oportunidade de explorarem outros espaços e descobriram novas realidades. Existe sempre a preocupação da equipa em aliar o lazer a uma aprendizagem/conhecimento. As saídas são consideradas como muito importantes no processo de aprendizagem. Os dois principais critérios utilizados para a seleção dos participantes nas saídas são a assiduidade e o comportamento.

O comportamento dos rapazes nas saídas lúdico pedagógicas, na sua maioria é “Bom”, existem por vezes algumas dificuldades no cumprimento de regras, no entanto devido à relação que existe com os técnicos são jovens que acatam as ordens.

As raparigas demonstram necessidade de aprender regras de convivência e de postura nos espaços e transportes públicos – têm visivelmente falta de autonomia e assertividade quando se afastam da comunidade e estão sem a supervisão/controlo dos pais ou comunidade. Consideram-se estes momentos muito enriquecedores para o desenvolvimento da autonomia e da integração social.

Ainda no contexto de experiências gratificantes, é importante realçar a participação de 6 crianças em 6 encontros/intercâmbios no âmbito do Projeto Transversal da Rede Juvenil, em que o tema foi sobre as diferentes famílias de acolhimento e a autonomia de vida. Um dos intercâmbios realizou-se no Bairro Alfredo Bensaúde e o nosso grupo pôde mostrar e falar da sua comunidade aos demais participantes. O grupo equacionou as diferentes formas de acolhimento de crianças e jovens, quando a família não é solução. Como produto final, realizaram um pequeno filme com a representação de 3 situações diferentes. Esta troca de experiências entre crianças/jovens de outras equipas e também de outras instituições, foi muito enriquecedora, em particular para as nossas crianças que raramente têm contacto com outras realidades.

Um dos principais desafios desta equipa é conseguir, gradualmente, melhores resultados para o objetivo “promover a mudança de comportamentos e a aquisição de novas aprendizagens”, sem no entanto descuidar que a sua identidade cultural não pode ser esquecida durante o processo de aprendizagem.

Ao longo deste ano, continuámos a levar a Ação “Aprender na Rua” à EB1 Santa Maria dos Olivais e “Sensibilizar as crianças das escolas de primeiro ciclo para os direitos e deveres”. Através destas sessões lúdico-pedagógicas (18 no total), foram abrangidas cerca de 120 crianças, num total de 6 turmas (em cada turma é dinamizada uma sessão por período). O tema principal continuou a ser “Os Direitos e Deveres das Crianças”, tendo sido abordados como subtemas, O Direito a Brincar (construção de Fantoques), a Prevenção dos Abusos Sexuais (através da sessão À Descoberta do Corpo Humano), a importância da escola “Aprender é divertido” e os Perigos da Internet (esta última apenas feita para a turma de 4º ano). Para além destas sessões, foi realizado um *atelier* na Páscoa, destinado a duas turmas.

Este ano, foram igualmente realizadas sessões na Escola 2+3 das Piscinas para a turma do 5º ano PCA - Programa de Currículos Alternativos. Esta decisão foi tomada tendo em conta o número de crianças que frequentam as nossas atividades e que pertencem àquela turma. Foram realizadas 5 sessões, nas quais foram abordados os temas da comunicação, cooperação, segurança na internet, construção de diapositivos e avaliação (consolidação das temáticas abordadas e avaliação). A equipa sentiu uma maior dificuldade em desenvolver as atividades, não encontrando grande receptividade por parte dos alunos e também pouca participação/envolvimento do professor. Por estas razões e também devido à reestruturação da intervenção, tomou-se a decisão de não dar continuidade às sessões nesta escola para o ano 2016/2017.

De um modo geral, as sessões têm um efeito muito positivo, quer nas crianças, como nos professores, que valorizam muito a temática e as estratégias utilizadas na sua dinamização, sendo que alguns dão continuidade aos conteúdos nas suas aulas.

Por outro lado, as sessões são facilitadoras de uma maior proximidade às escolas e também ajudam à sinalização de crianças em risco e à partilha de informações. Reforçam também a nossa ligação à escola, pois as crianças percebem que existe uma articulação estreita com os professores no sentido de acompanharmos o seu percurso escolar.

Considerando que a intervenção é desenvolvida junto de uma comunidade cigana, o objetivo específico “Contribuir para a integração e sucesso escolar” assume aqui um especial destaque. É necessário a equipa estar muito atenta à integração das crianças na escola, pois com alguma frequência esta integração é desvalorizada, acontecendo tardiamente ou, não chegando mesmo a ser efetivada, quando se trata, por

exemplo, do ensino pré-escolar.

A educação pré-escolar é uma área pouco valorizada pelas famílias, cujo modo de vida permite manter as crianças na companhia dos pais. Os pais alegam choros, birras, sono, etc., como justificação para os filhos não irem ao jardim-de-infância. Como resultado da intervenção junto das famílias, verificámos algumas melhorias na assiduidade de algumas crianças. De um universo de 9 crianças entre os 3 e os 5 anos identificado pela equipa, 8 estão matriculadas, sendo que uma não é assídua ou deixou de frequentar e uma não está inscrita.

A equipa continua a investir muito nas conversas informais com os pais, em visitas domiciliárias, na articulação com as escolas e outros parceiros, no sentido de sensibilizar as famílias para a importância da integração no pré-escolar.

Quando avaliamos a integração no 1º ciclo, podemos constatar que a maioria das crianças que frequenta assiduamente o “Aprender na Rua” está integrada numa escola – o principal problema diz respeito, acima de tudo, à falta de pontualidade e ao elevado absentismo, surgindo pontualmente algumas situações de abandono escolar.

Sendo a integração socioeducativa de crianças e jovens o nosso principal foco, consideramos fundamental a intervenção junto dos pais, cujas expectativas em relação à escola e à escolarização ainda não motivam um investimento importante no acompanhamento da integração escolar das crianças.

Questões culturais da etnia cigana têm sido apontadas, por parte dos docentes, como fatores de insucesso na integração e aproveitamento escolar das crianças, sendo a desvalorização do papel da escola, o motivo fundamental desta problemática. Neste sentido, o absentismo, o comportamento inadequado na sala de aula e a falta de colaboração dos encarregados de educação são os aspetos mais evidenciados pela escola como obstáculos ao sucesso escolar dos alunos, que, por sua vez, são também os aspetos associados ao modo de vida das famílias ciganas.

Como estratégia para colmatar algumas das dificuldades de aprendizagem das crianças que frequentam o 1º ciclo, um elemento da equipa do IAC em conjunto com 2 voluntárias (indicadas por uma técnica da CPCJ Lx Oriental) proporcionaram apoio escolar a um grupo de 20 crianças, uma vez por semana, depois das aulas terminarem. Apesar de ser no final do dia, o empenho e dedicação destas crianças foi muito positivo, estando sempre motivadas para fazer os trabalhos que eram propostos. Ainda que esta iniciativa só tenha sido possível implementar no 3º período e de se terem realizado apenas 8 sessões, os professores que acompanhavam os alunos na escola referiram que sentiram algumas melhorias ao nível da motivação e da autoestima.

Esta experiência foi importante para avaliar a extrema necessidade que estas crianças têm de apoio ao estudo, uma vez que em casa não têm qualquer acompanhamento por parte das famílias nem as condições adequadas. A maioria revela muitas dificuldades de aprendizagem que ficam a dever-se, acima de tudo, ao elevado absentismo.

Ainda no que respeita a novas estratégias delineadas e com o objetivo de contrariar o diagnóstico preocupante do absentismo e abandono escolares, o IAC assumiu o desafio lançado por uma técnica da CPCJ Lisboa Oriental e estabeleceu um protocolo de colaboração com a Escola Secundária de Fonseca Benevides (sede da modalidade do Ensino a Distância) para integrar alunas nesta modalidade de oferta educativa, criando assim uma oportunidade para que as raparigas nesta situação possam continuar os seus estudos e deste modo, elevarem a sua escolaridade.

Esta situação torna-se particularmente mais grave para as raparigas que, por motivos culturais são impedidas pelos seus pais de prosseguir os estudos, especialmente quando é feita a transição para a escola de 2º ciclo, porque deixam de estar num meio mais contendor e passam a estar junto dos “rapazes crescidos”.

O Ensino a Distância (EaD) funciona através de uma plataforma digital, constituída por salas de aula virtuais, organizadas por públicos-alvo, anos e ciclos de escolaridade, com recurso a formas de trabalho síncronas e assíncronas.

Antes da tomada de decisão de se avançar com este projeto, foram desencadeadas diligências para obter mais informações sobre o funcionamento desta modalidade de ensino. Foi realizada uma visita/reunião à Escola Secundária de Fonseca Benevides; reunião com a Pastoral dos Ciganos porque tem um grupo a funcionar e contactos com o Programa Escolhas, uma vez que tem essa modalidade em alguns projetos. Uma das principais preocupações prende-se com os critérios de seleção, pois não se pretende que seja uma medida que incentive os pais a retirar as filhas da escola (enquanto espaço físico), privando-as do convívio e socialização entre pares.

Foi com base nesta preocupação que a equipa criou uma lista de critérios de seleção que as alunas tinham que cumprir. Após a assinatura do protocolo de cooperação com a Escola, seguiu-se um conjunto de procedimentos, nomeadamente: sinalização (IAC e parceiros) de potenciais candidatas; realização de entrevistas aos pais e alunas e a seleção das mesmas e respetivas matrículas. Após a conclusão de que não seria possível as aulas iniciarem-se no Espaço Bensaúde devido à realização de obras, foi necessário iniciar várias diligências no sentido de garantir as condições necessárias para o início do EaD na EB1 Stª Mª dos Olivais, nomeadamente: articular com a Junta de Freguesia dos Olivais para a instalação da internet na sala do EaD; pedidos de colaboração a empresas na cedência de computadores; aquisição de equipamento informático de suporte ao EaD; organização e preparação da sala, cedência dos almoços por parte da Junta de Freguesia na escola, etc.

Das 13 alunas selecionadas, 2 ficaram excluídas, uma delas, porque os pais não facultaram os documentos necessários à realização da matrícula (soubemos mais tarde que a jovem se “casou” e foi viver para outro local) e outra porque a aluna entretanto desistiu do EaD e decidiu ir para a EB 2,3 das Piscinas.

As aulas iniciaram a 12 de setembro para um grupo de 11 raparigas de etnia cigana, com idades compreendidas entre os 13 e os 16 anos, distribuídas entre o 5º (8 alunas), 6º (2 alunas) e 7º ano de escolaridade (1 aluna). Previamente, todas as alunas tiveram um dia de formação na escola sede para aprenderem o funcionamento desta modalidade de ensino. É importante realçar que a maioria destas jovens não tem computador em casa, nem tem os conhecimentos básicos a nível informático.

O designado “grupo IAC” é acompanhado em sala por elementos da equipa do Centro de Apoio Comunitário, que têm como função desempenhar:

- Gestão de comportamentos; resolução de problemas informáticos; digitalização de trabalhos; apoio individualizado na realização de tarefas; controle e registo da assiduidade; controle de tarefas em atraso; pesquisa de matérias escolares e impressão de resumos para ajudar na preparação dos testes;
- Distribuição de fichas de justificação de faltas pré-preenchidas; organização de recursos e atividades para dinamização dos intervalos; comemoração de datas festivas, como aniversários, magusto, natal;
- Acompanhar as alunas à Formação na Escola sede (3 momentos formativos);
- Acompanhamento das refeições (diário);
- Articulação com a Escola sede (contínua);
- Reuniões via *skype* (4) e via telefone (7) com as 3 diretoras de turma;
- Visitas Domiciliárias (32);
- Contactos telefónicos com os pais (semanal);
- Contactos com tribunal;
- Envio de 2 informações sociais;
- Deslocações à Escola sede para aquisição de material escolar;
- Reunião c/professora de ensino especial;
- Conversas individuais;
- Reunião com pais das alunas.

No primeiro período, ao nível da assiduidade, as alunas tiveram uma presença irregular, acabando os pais por justificar as suas faltas, maioritariamente, por motivos de saúde. A equipa procurou continuamente promover a melhoria da sua assiduidade, falando com as alunas e com os pais. Empenhou-se em garantir que os pais justificassem as faltas, controlando continuamente a assiduidade das alunas e contactando frequentemente os pais para alertar para as faltas e as consequências das faltas de assiduidade. Os pais não valorizam o facto de as filhas faltarem. Uma das alunas ficou retida por faltas. Foi-lhe proposto um plano de recuperação, ao qual ela não cumpriu.

No início do ano letivo, algumas alunas manifestaram-se desmotivadas e mesmo contrariadas em estar no EaD, dizendo que fora decisão dos pais, mas que elas preferiam ter ficado nas escolas com ensino presencial. Gradualmente, as alunas foram-se envolvendo e motivando mais com este sistema de ensino.

A equipa tem-se debatido com uma grande dificuldade: garantir que algumas alunas estejam atentas e a assistir efetivamente às aulas, uma vez que vão frequentemente para o fórum de conversação durante as aulas ou para outros sites. Ignoram frequentemente as chamadas de atenção da equipa, incumprindo as regras estabelecidas. A equipa ocupou grande parte do tempo a gerir comportamentos, quer em sala, quer nos momentos de intervalo. Esta modalidade de ensino exige uma grande disponibilidade da equipa, que tem permanentemente 2/3 elementos, assegurando o horário das aulas (das 09h30 às 17h45) incluindo as pausas de almoço.

Avaliação do 1º período		
Ano de Escolaridade	Nº de faltas	Nº de negativas
5º	10	0
	71	2
	89	4
	98	6
	103	6
	117	6
	177	10
	Retida	
6º	43	0
	20	0
7º	50	0

As alunas que tiveram um nível de avaliação positivo, são as mais assíduas nas aulas e as que manifestaram maior empenho durante as mesmas, na realização das tarefas propostas. O quadro mostra-nos precisamente essa relação entre o número de faltas e o nº de negativas. Para as alunas com 4 e 6 negativas, foram elaborados planos de acompanhamento pedagógico individuais.

As alunas, no geral, apresentam alguma falta de bases e algumas dificuldades em acompanhar as matérias, bem como poucos hábitos de trabalho. Apesar da equipa ter reforçado muito a questão da participação, a maioria continua a participar pouco e a deixar algumas tarefas em atraso, manifestando-se receosas em expor as suas dificuldades. Solicitam muito o apoio individualizado da equipa para a interpretação de perguntas ou para a realização de fichas. A equipa sentiu que a simples presença de 1 elemento da equipa junto das alunas, foi um apoio essencial para a sua motivação e para o reforço positivo das alunas.

O principal desafio que se coloca a esta equipa é criar estratégias para manter a motivação e assiduidade do grupo para que chegue ao fim do ano letivo com bons resultados.

Realçamos que este projeto apenas se tornou realidade graças ao empenho e colaboração dos parceiros da comunidade (com especial destaque para a Junta de Freguesia dos Olivais e para a EB1/JI Santa Maria dos Olivais) e também entidades da sociedade civil que deram um precioso contributo na oferta de equipamento informático.

Desde 2014 que a equipa tem vindo a aplicar questionários à população do Bº Alfredo Bensaúde com o objetivo de fazer uma análise no que respeita à escolaridade das crianças e suas famílias. A amostra conseguida foi muito reduzida – 79 questionários – para uma estimativa de 1000 habitantes, no entanto consideramos que ainda assim, já se conseguiu perceber que há problemas graves ao nível do desfasamento idade versus ano escolar.

A análise da situação escolar das crianças foi feita tendo em conta a idade e a escolaridade no fim do ano letivo 2014/2015, mas só durante o ano de 2016 é que foi possível fazer o tratamento dos dados. Feito o cruzamento, pudemos constatar que do total de 139 crianças em idade escolar, apenas 36 encontravam-se com a escolaridade adequada. As restantes 103 (74%) apresentavam desfasamento da idade/escolaridade.

Deste universo com desfasamento, de realçar que 28 crianças apresentam 4 ou mais anos de desfasamento e 6 menores de 18 anos já abandonaram a escola. Ao universo das 139 crianças, acrescem ainda 32 crianças com idades até aos 5 anos e das quais apenas 16 frequentam um equipamento.

A falta de instituições sediadas no bairro, com uma intervenção diária, faz com que o objetivo “Apoiar e encaminhar as famílias para as instituições/serviços competentes, coresponsabilizando-as de forma a garantir a satisfação das necessidades biológicas e psicossociais das crianças” assuma um particular destaque na intervenção desenvolvida por esta equipa. Embora grande parte das famílias esteja a ser acompanhada pela Santa Casa de Misericórdia de Lisboa (a maioria é beneficiária do RSI) e por vezes até por mais entidades, o facto é que as famílias recorrem muito à equipa do IAC para pedidos de apoio de diversa ordem. Ainda existe alguma resistência na deslocação aos serviços, algumas vezes por desconhecimento, outras por dificuldades de entendimento dos assuntos a tratar (é importante recordar que

muitas destas pessoas não sabem ler nem escrever).

A presença diária da equipa no bairro veio aumentar significativamente o número de solicitações. Todas as famílias que solicitaram apoio (total de 28) foram encaminhadas para as respostas competentes ou foram alvo de um acompanhamento direto por parte da equipa, nas áreas da educação, habitação, serviço social, saúde e cidadania. Para além destas famílias que foram alvo de uma intervenção pontual, acrescem ainda aquelas que são alvo de um acompanhamento sistemático (cerca de 34), sendo que a maioria tem crianças em risco no seu agregado (cerca de 111 crianças), algumas delas acompanhadas por nós através das nossas atividades (cerca de 63). No acompanhamento às famílias foram priorizadas as situações de maior carência e de situações de abandono escolar.

O quadro seguinte dá uma perspetiva da intensidade da ação junto destas famílias.

Tipologia de Ações	Nº de Ações
Atendimentos	133
Visitas domiciliárias	115
Visitas domiciliárias integradas (SCML/Escola)	15
Acompanhamento a serviços	28
Encaminhamento para entidades para apoio material	Vários
Contactos e articulação com outras instituições e serviços	Vários
Outros apoios (marcação de consultas, preenchimento de formulários, leitura de correspondência, etc.)	Vários

Apesar da relação de proximidade com as famílias ter vindo gradualmente a melhorar, assim como a relação de confiança, prevalece a dificuldade em a equipa conseguir mobilizá-las para a participação em ações específicas (quer sejam relacionadas com os filhos ou em benefício próprio).

73

É importante salientar que esta população nunca foi alvo de uma intervenção consistente e sistemática por parte de alguma entidade e isso reflete-se ao nível do seu envolvimento em iniciativas que não sejam de âmbito comunitário. O desconhecimento e a desconfiança do que se vai passar; as tarefas domésticas e os filhos; o receio ou mesmo a não permissão por parte dos maridos apresentam-se como as principais razões para a sua não adesão às iniciativas.

No âmbito ainda da intervenção com as famílias, surgiu a possibilidade de algumas poderem participar no Projeto Aprender, Brincar, Crescer direcionado a famílias com crianças até aos 4 anos que não frequentem qualquer serviço de educação de infância. O principal objetivo é fomentar a aprendizagem natural da criança através do brincar e promover intervenção entre todos os participantes, crianças e adultos.

O IAC, em colaboração com outros parceiros, sinalizaram 17 famílias com as características indicadas, divulgaram o projeto e mobilizaram-nas para as entrevistas individuais (participaram 10 famílias). Foram selecionadas 4 famílias para a 1ª fase que deveria ter começado em outubro de 2015, mas só começou em finais de fevereiro. Houve muito tempo de espera das famílias entre as entrevistas realizadas e o início do projeto – o que acabou por resultar numa desmotivação e numa fraca adesão ao projeto. A primeira fase terminou em junho, e apesar dos resultados pouco positivos, a decisão da equipa responsável por este projeto foi retomar o contacto com as famílias sinalizadas para a 2ª fase e conseguiram mais um grupo de 4 famílias para iniciar a 2ª etapa – o que aconteceu em outubro de 2016. O IAC assumiu em todo o processo um papel de mediação e de articulação com as famílias. Para o grupo da 1ª fase, graças à oferta de bilhetes, conseguimos levar um grupo de 4 mães que foram com os seus filhos ao teatro Politeama ver a peça “O Tarzan”. Para todas foi uma grande emoção, pois nunca tinham ido ao teatro.

O objetivo “Identificar situações de risco e colaborar na sinalização, criação e implementação de planos de inserção” requer um grande investimento por parte da equipa, não só pelo elevado número de crianças diagnosticadas como estando em situação de risco, assim como, por vezes, pela gravidade das mesmas. As principais problemáticas identificadas são: Abandono escolar; Absentismo; Insucesso escolar; Dificuldades de aprendizagem; Problemas de comportamento; Negligência na higiene, saúde e acompanhamento escolar; Carência Socioeconómica e de condições habitacionais, sendo que a maioria tem mais de uma problemática associada. Assim, relativamente a este objetivo, foram identificadas 60 crianças em situação de risco.

Face aos resultados desta avaliação, devemos realçar a gravidade da situação geral da população infantil e juvenil desta comunidade. Consideramos que as questões culturais e as dificuldades económicas

contribuem em grande medida para a situação atual. Sendo particularmente a área da educação a principal problemática identificada, foi aquela que mereceu uma maior atenção por parte da equipa, alertando logo desde o início os parceiros para a necessidade de uma intervenção integrada. A relação das crianças com a escola reflete a desvalorização que a comunidade em geral tem acerca desta entidade e, por este motivo, considera-se essencial a intervenção junto das famílias. Destacamos, também, as situações precárias de habitabilidade, a falta de recursos e a instabilidade de algumas famílias, como problemas graves que condicionam o desenvolvimento equilibrado das crianças e jovens.

Para além dos acompanhamentos, foram realizados 21 planos de intervenção conjuntos com outras entidades (SCML e Escola) para as situações prioritárias – frutos das reuniões bimestrais entre a Escola Stª Maria dos Olivais e o IAC (total de 5 reuniões) e, dependendo das situações, são chamados outros parceiros a participar. Por vezes, também houve a necessidade de haver reuniões prévias com os pais na escola, antes de as entidades tomarem as decisões. Cumpre aqui destacar a boa colaboração dos parceiros envolvidos que foram correspondendo positivamente ao desenvolvimento de uma intervenção integrada.

As entidades com as quais temos vindo a desenvolver um trabalho integrado para a resolução das situações são: a Gebalis e a C.M. Lisboa para as questões habitacionais; a SCML Oriental (equipa de acolhimento social e equipa de apoio à família) que constitui um dos parceiros privilegiados, na medida em que acompanha a maior parte das famílias sinalizadas por nós; a CPCJ Oriental; CPCJ Amadora; EATTL; Escolas (EB1 Stª Maria dos Olivais, Colégio Condessa de Rivas; EB 2+3 Fernando Pessoa; EB 2,3 das Piscinas, EB 2,3 de Marvila, Escola Secundária de Fonseca Benevides; Panioli - receção de sinalizações, encaminhamentos, pedidos de vaga, integrações de alunos em abandono escolar, etc.); a Associação das Famílias Diferentes (apoio ao nível da alimentação); o Centro de Saúde dos Olivais; Clínica da Encarnação, Hospital Júlio de Matos; Unidade de Saúde da SCML Dr. Domingos Barreiro; Cerci; entre outras.

Em relação à devolução dos resultados obtidos ao nível do trabalho interinstitucional – “Promover /apoiar a criação e/ou o desenvolvimento de grupos interinstitucionais comunitários”, temos a destacar o Grupo Comunitário do Bº Alfredo Bensaúde e do qual fazem parte os seguintes parceiros: Gebalis (entidade dinamizadora); IAC; SCML; Escola EB1 Santa Maria dos Olivais; Escola 2,3 das Piscinas; PSP; Centro de Saúde; Junta de Freguesia dos Olivais; Associação das Famílias Diferentes, Fundação Aga Khan; ISCTE; Pastoral dos Ciganos, Elo Social, a Associação Jorge Pina e a CPCJ Lisboa Oriental. Durante o ano de 2016, o Grupo Comunitário continuou muito ativo e com uma boa participação dos parceiros. A Junta de Freguesia dos Olivais e a Gebalis foram as entidades que mais propostas de projetos trouxeram ao grupo.

Passamos a destacar algumas dessas iniciativas que tiveram maior destaque e que requereram um maior envolvimento da equipa, como foi o caso da EPAL. Tratou-se de uma iniciativa em conjunto com a Gebalis e que teve como objetivo a colocação de novos contadores, divulgação da tarifa social, regularização das dívidas e da situação contratual. O IAC colaborou na divulgação e na sensibilização das famílias para esta iniciativa, apoiou nos atendimentos da EPAL feitos com as famílias, participou na reunião com a população e no atendimento às famílias para esclarecimentos e mediação com os serviços (EPAL, Gebalis, Junta de Freguesia dos Olivais...). Este processo foi moroso (várias semanas) e requereu uma grande disponibilidade por parte da equipa.

O IAC também colaborou ativamente na divulgação do Orçamento Participativo para a Freguesia dos Olivais, apelando à população que votasse no projeto para o Bº Alfredo Bensaúde (requalificação do ringue) – o que acabou por resultar, pois foi um dos projetos vencedores.

Este ano, o Bairro foi alvo de interesse por parte de diferentes entidades, que o visitaram para conhecimento da intervenção que está a ser desenvolvida pelas entidades locais. Foi o caso da visita do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa e sua comitiva; de um grupo de estudantes ERASMUS da Finlândia e dos parceiros do Projeto Working Roma, com intervenção junto de comunidades ciganas em diferentes países da Europa.

Em destaque e igualmente com visibilidade fora do Bairro, foi a atividade comunitária Music Boxe – iniciativa do atleta Jorge Pina em parceria com a Junta de Freguesia e que envolveu outros parceiros do Grupo Comunitário que divulgaram algumas das suas iniciativas. No caso do IAC, houve a envolvimento do grupo dos rapazes e das raparigas que preparam jogos e materiais para vender no dia da festa.

A Gebalis trouxe ao grupo a proposta de um Projeto de Arte Urbana para o Bairro e que consiste na pintura de um mural numa das fachadas dos prédios. Como forma de divulgar e sensibilizar a população para esta iniciativa, surgiram várias ações, nomeadamente ateliers para os jovens; visitas por locais de Lisboa com projetos semelhantes dar a conhecer à população o que é Arte Urbana e ainda uma reunião com alguns elementos da população.

Houve ainda a colaboração do IAC, enquanto parceiro formal, em duas candidaturas promovidas pela Junta de Freguesia: uma foi ao Alto Comissariado para as Migrações – que não foi aprovada e outra ao

BIPZIP, com o Projeto “Sai da Caixa Bensaúde” – este com aprovação em 17 de outubro e que terá a duração de um ano.

Durante este ano houve ainda a participação em duas reuniões e a adesão do IAC ao Conselho Olivalense, que tem como objetivo a participação das entidades locais ou com intervenção na freguesia em projetos a favor da comunidade.

O IAC e os restantes parceiros que partilham o Espaço Bensaúde continuam na expectativa da realização das obras neste espaço, já prometidas pela Junta de Freguesia há algum tempo e que ainda não aconteceram. Esta situação acabou por condicionar o projeto do Ensino a Distância que teve de iniciar na Escola Stª Maria dos Olivais porque as obras iriam começar em breve e tornaria inviável o grupo de alunas ter as aulas com as devidas condições.

A ação “Aprender na Rua” continuou a apostar no princípio metodológico do Projecto Rua -”...ir ao encontro e estar com...”, em contexto de rua, de bairro. Através de atividades lúdicas e pedagógicas atingimos aquilo que consideramos ser o essencial: o diagnóstico, a sinalização e o acompanhamento / encaminhamento das situações de risco/perigo e desta forma prevenir que situações mais graves possam acontecer. E é aqui que se torna fundamental a articulação entre as instituições locais e a existência de grupos interinstitucionais que respondam às principais necessidades da população das comunidades.

3. NÍVEL DO REVALORIZAR

3.1. Centro das Redes Sociais

3.1.1. Eixo da Divulgação/Transferibilidade

Como a própria designação indica, a ação desenvolvida neste eixo estrutura-se tendo por base os objetivos de divulgar e transferir a metodologia de intervenção do Projecto Rua. Procuramos, por um lado, dar visibilidade ao trabalho que vamos desenvolvendo, por vezes recriando e inovando nas estratégias de intervenção para conseguir dar resposta adequada e atempada às necessidades efetivas do grupo-alvo.

Por outro, procuramos investir na disseminação do nosso trabalho, incentivando à partilha de boas práticas e reforçando a importância da criação de sinergias institucionais.

Assim, ao longo de 2016, o Projecto Rua continuou a partilhar a sua filosofia de intervenção junto dos vários grupos alvo, contribuindo para a tomada de consciência sobre a problemática da criança/jovem em perigo, quer presencialmente, quer através da redação de artigos para o Boletim do IAC.

Desta forma, foi possível transmitirmos a nossa metodologia de trabalho aos grupos que nos solicitaram esse tipo de informação, como é o caso de alunos do ensino superior, e também com organizações da sociedade civil, algumas das quais manifestando a vontade de estabelecer protocolo de cooperação institucional com o objetivo de rentabilizar recursos e promover a ajuda mútua, como é o caso da Associação Portuguesa de Psicoterapia Psicanalítica, ou a Associação Casa do Gaiato.

Como resultado do reconhecimento que nos é prestado por diferentes instituições, nomeadamente no que diz respeito à metodologia de intervenção que nos caracteriza, fomos convidados a colaborar enquanto preletores em vários seminários, tendo igualmente dinamizado vários *workshops* de formação sobre temas de particular interesse para quem trabalha com populações mais vulneráveis a situações de risco.

No decorrer do ano fomos ainda solicitados para colaborar em estudos no âmbito do tráfico de seres humanos. Na qualidade de membro da RAPVT - Rede de Apoio e Proteção a Vítimas de Tráfico, o IAC – Projecto Rua associou-se igualmente à campanha de sensibilização que pretende alertar a população para o crime do tráfico de seres humanos, este ano dedicada às Crianças, fazendo a sua divulgação através das redes sociais e *site* do IAC.

No que respeita à divulgação da intervenção do Projeto Rua que é feita através dos media, e que este ano se traduziu em 2 entrevistas, foi dada resposta à totalidade dos pedidos.

Num ano continuamente marcado pela crise económica e social que inevitavelmente tem vindo a tocar de forma especial as famílias mais vulneráveis, tivemos mais uma vez a oportunidade de reunir donativos (alimentação, roupa, entradas para espetáculos) e distribuí-los pelas “nossas” crianças e suas famílias, contribuindo desta forma para atenuar o impacto que a crise tem vindo a exercer junto das nossas famílias e a proporcionar a oportunidade de participar em atividades recreativas e

culturais, que de outra forma dificilmente teriam acesso.

Um dos exemplos é o da Campanha de recolha de bens alimentares promovida pela Tuna Académica do curso de Comunicação e Jornalismo da Universidade Lusófona de Lisboa.

Também no âmbito da divulgação que é feita sobre o nosso trabalho e nomeadamente sobre a nossa metodologia de intervenção somos muitas vezes solicitados para participar em projetos e/ou iniciativas que visam a promoção da participação das crianças e jovens. Numa dessas iniciativas acompanhamos o trabalho de um realizador italiano que a pedido da Associação internacional Save the Children, recolheu imagens e testemunhos dos grupos de crianças com quem trabalhamos para um documentário no qual o grupo-alvo expressou as suas ideias sobre a pobreza educacional e os efeitos que esta pode provocar nas suas vidas futuras, num verdadeiro exercício de cidadania participativa

3.1.2. Formação

Tendo como premissa a promoção da reflexão sobre a problemática da criança/jovem em risco e o reforço de conhecimentos e a transferibilidade de metodologias, o Eixo da Formação procurou, ao longo do ano, dar continuidade à criação de mecanismos para melhorar o sistema de gestão da formação, pelo que não podemos deixar de referir a importância da uniformização dos procedimentos a ter em conta nesta área por parte dos diferentes setores do IAC.

Para melhor responder aos inúmeros pedidos que nos chegam em termos de formação e porque queremos cada vez mais apostar na qualificação e reforço de conhecimentos de todos quantos se interessam pela temática das crianças em risco, encontramos-nos atualmente na fase final de candidatura à DGERT – Direção geral do Emprego e Relações de Trabalho para obtenção do grau de Certificação. O Projeto Rua continuou a apostar na formação externa da sua equipa, cujas mais-valias se refletem nos quatro domínios do saber, reforçando os conhecimentos ao nível das problemáticas, dos recursos existentes, das estratégias e práticas de intervenção, permitindo melhorar a eficácia e eficiência da sua atuação. É de realçar que, todos os elementos da equipa participaram em pelo menos uma ação de formação/Encontro/Seminário.

Como estratégia de disseminação e partilha de informação, é intenção desta equipa promover, pelo menos uma vez por ano um momento de formação cooperada. No entanto, este ano tal ação não foi priorizada, quer pelo elevado número de solicitações externas para a dinamização de diferentes ações de formação, quer pela redução de elementos nesta equipa.

Partindo da premissa que o lúdico facilita a apreensão dos conteúdos pedagógicos, procuramos numa linguagem atenta e adequada relembrar às crianças que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos”, e que, para que esses direitos se efetivem temos necessariamente que os conhecer. Procuramos, ainda que com alguma subtilidade levantar questões como o direito à imagem e à privacidade; o respeito pelo nosso corpo e a nossa intimidade; a capacidade de saber dizer que não e outras formas de defesa perante certos tipos de perigo, etc.

Tem sido uma experiência muito gratificante, dado o interesse e entusiasmo devolvido pelas crianças e jovens participantes. Das 133 crianças e jovens que beneficiaram das diferentes ações de sensibilização, 90% referiram ter gostado e aprendido muito. Relativamente aos professores das turmas-alvo e a quem também foi solicitada uma avaliação, foi possível apurar 80% com avaliação Excelente e 20% com avaliação Bom, tendo por base a aplicação de 9 parâmetros de avaliação.

Ainda a nível do investimento na formação interna, mantivemos a relação estreita com o DICAD – Divisão de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências, que numa tarde por mês tem vindo a proporcionar às equipas do Projecto Rua um momento de partilha, avaliação e supervisão. Esta iniciativa, que tem vindo a ser valorizada pelos elementos que nela participam, permite a análise da intervenção de forma mais distante e por consequência mais objetiva. É por essa razão uma ação de extrema importância para o sucesso da intervenção.

À semelhança de anos anteriores, o Projeto Rua promoveu mais uma ação de formação para Animadores (25^a), através da qual se pretende o reforço da formação teórica – prática dos vários agentes de intervenção social.

Este ano, 25 anos depois da realização da 1ª ação de formação para animadores de rua e tendo em conta as solicitações que nos chegam para dinamizar ações sobre a importância da aplicação de dinâmicas de grupo no trabalho com as populações mais jovens, optámos por escolher o tema “25 anos a (Re)Criar Dinâmicas e Aprendizagens – A importância do lúdico no desenvolvimento pessoal e social”.

Esta teve como objetivos, para além da transferibilidade das metodologias de intervenção do Projecto

Rua, promover a aprendizagem de dinâmicas de grupo que potenciam o desenvolvimento pessoal de crianças e jovens.

100% dos formandos (num total de 25 formandos) consideraram a formação muito satisfatória, tendo realçado a pertinência do temas abordados, o nível de conhecimento dos formadores; as metodologias ativas e as técnicas lúdico-pedagógicas; o ambiente relacional e interpessoal, bem como a capacidade organizacional.

Ainda no decorrer deste ano e em consequência da avaliação muito positiva da sessão de formação subordinada ao tema “Intervenção com Jovens Multidesafiadores”, dirigida, em particular, a professores de turmas PIEF, continuamos a dinamizar sessões junto da comunidade educativa em geral.

Esta formação que tem como objetivo principal que os participantes adquiram e reforcem os seus conhecimentos por forma a melhorar a intervenção junto de jovens com comportamentos disruptivos; - nomeadamente sobre o contexto familiar em que estes jovens cresceram/vivem e os impactos ao nível individual, na interação com os outros e no seu percurso de vida, promovendo a reflexão sobre estratégias de intervenção, tendo sempre ponto de partida as suas potencialidades; - tem-se revelado como uma ferramenta de trabalho muito positiva, tendo obtido uma avaliação foi muito boa. É de salientar que esta formação tem tido uma aceitação e procura elevada, devido ao carácter prático de que se reveste e tendo por base um contexto real sobre o qual foi concebida – intervenção das equipas do Projecto Rua com jovens que apresentam comportamentos disruptivos. Estão já previstas 9 sessões para o 1º trimestre de 2017.

No que diz respeito às ações “Gestão de conflitos em sala” ou “Indisciplinas”, também estas, à semelhança do pacote formativo mencionado acima, tiveram igualmente uma avaliação muito positiva. Dos dados que foram possíveis analisar, podemos concluir que estas ações foram bem-sucedidas, no que ao cumprimento dos seus objetivos dizia respeito.

A motivação dos formandos é normalmente um fator primordial para o sucesso de qualquer formação. Acreditamos que os formando estavam motivados, uma vez que os fatores que mais pesaram na decisão de participar na ação de formação foram a pertinência do tema e dos conteúdos anunciados, seguido de imediato pelo “aprofundamento e/ou aquisição de novos conhecimentos”.

Todos os módulos tiveram avaliações muito idênticas: excelente relativamente à pertinência e ao aprofundamento e aquisição de novos conhecimentos, reunindo também uma avaliação muito boa (4) relativamente à aplicação dos conhecimentos ao contexto de cada intervenção.

De uma forma de geral, os formandos gostaram do desempenho das formadoras envolvidas nos diferentes momentos formativos, da clareza da linguagem utilizada e da empatia que conseguem estabelecer com cada participante.

À semelhança de anos anteriores o Projecto Rua foi palco de acolhimento de 8 estágios, traduzindo-se num espaço privilegiado de complemento à sua formação académica e pessoal.

A saber: - Serviço Social (3ºano) – 3; Laboratório de Serviço Social (Estágio de Observação -2ºano) – 2; Multimédia – 1; Animação Sociocultural – 1; Organização e Gestão da Formação (Mestrado) – 1.

De uma forma geral podemos dizer que é uma cooperação em que ambas as partes ganham. A participação dos profissionais do IAC-Projecto Rua na formação dos alunos estagiários é essencial para que estes compreendam a identidade da profissão nas suas dimensões teóricas, metodológicas, operativas, éticas e políticas.

Tem-se revelado fundamental para consolidar a vocação, desenvolver uma linguagem própria, específica da área em questão, possibilitando a articulação entre a teoria e a prática e situando a categoria profissional na divisão técnica do trabalho.

3.1.2. Eixo da Cooperação Nacional

No âmbito das Redes Nacionais, o Projeto Rua participou na elaboração e implementação dos seus planos de ação, dando pareceres no que diz respeito à aplicação das medidas de política social, contribuindo com propostas de adequação das mesmas face às necessidades diagnosticadas no terreno e partilhando a sua metodologia e as práticas relevantes de intervenção.

Na sequência desta participação ativa nos diferentes grupos de trabalho, o Projecto Rua pode beneficiar ainda da aquisição de conhecimentos e informação pertinente para o desenvolvimento da

sua intervenção.

No que diz respeito à RCJ - Rede Construir Juntos, o trabalho realizado a nível nacional e em particular a dinamização do Pólo de Lisboa assumiram grande preponderância no plano das redes nacionais.

Assim, no 1º semestre deste ano, e a nível nacional, operacionalizou o seu plano de ação tendo em conta os 3 eixos de intervenção considerados prioritários: - Crianças Desaparecidas; - Direitos da Criança; - Coesão e Comunicação. Destacamos a este nível, o trabalho desenvolvido e o empenho, quer dos técnicos, quer do grupo alvo para a operacionalização do eixo dos Direitos da Criança.

Procurando ajustar o plano de ação da RCJ aos interesses e vontade dos jovens da Rede Juvenil, estes propuseram-se trabalhar o tema “Diferentes formas de Acolhimento / Autonomia de vida”. Assim, foram desenvolvidas sessões de trabalho mensais, onde se reuniram crianças e jovens com idades entre os 12 e os 23 anos. Estas sessões de partilha de ideias e de reflexão tem vindo a permitir uma maior consciencialização dos jovens para realidades que nem sempre estão visíveis e também, promoveu uma maior motivação para o exercício da cidadania de forma esclarecida e responsável.

A metodologia utilizada na dinamização do grupo foi semelhante aos anos anteriores. Os jovens organizaram-se por região e promoveram vários encontros regionais nos quais debateram sobre o tema, trocando ideias, refletindo sobre as diferentes formas de acolhimento, salientando vantagens e desvantagens, partilhando experiências, desmistificando preconceitos e propondo sugestões de melhorias de práticas institucionais, com vista a uma melhor integração e autonomia dos jovens na sociedade. Os produtos concebidos pelos diferentes grupos foram partilhados no Intercâmbio Anual, que se realizou em Vila Nova de Gaia em setembro e no qual participaram 33 crianças e jovens acompanhados por técnicos das instituições da Rede. O tema trabalhado pela Rede Juvenil serviu igualmente de mote para o tema a debater no Seminário Anual da Rede Construir Juntos que se realizou em Lisboa no passado 22 de novembro.

O Seminário contou com a participação de diferentes oradores, para além do jovem representante da Rede Juvenil, que pela sua experiência vieram enriquecer o debate em torno de uma resposta nem sempre consensual – o acolhimento institucional e que papel deverá assumir a instituição de acolhimento durante e após o termo de execução da medida de promoção e proteção e saída dos jovens para o exterior, numa lógica de promoção de um processo de autonomização assente numa rede de suporte familiar (se possível e desejável) e social que assegure uma transição para o exterior, consolidada e adequada às necessidades e expectativas de cada jovem.

Participaram neste seminário 112 técnicos, sendo na sua maioria educadores e psicólogos a exercer função em centros de acolhimento ou apartamentos de apoio à autonomia. A avaliação a este seminário foi muito positiva, não apenas pelo tema em debate, mas sobretudo pela participação dos jovens – verdadeiros protagonistas no processo de tomada de decisão relativa ao seu projeto de vida.

Ainda no âmbito do trabalho desenvolvido na rede, e relativamente ao eixo das Crianças Desaparecidas, não obstante o esforço de melhoria que se tem vindo a desenvolver no âmbito da otimização das respostas nesta área e no reforço das competências dos técnicos face aos procedimentos a adotar quando recebem sinalizações de crianças desaparecidas, constrangimentos de ordem financeira levaram a que algumas ações ficassem por realizar. Gostaríamos, porém, de salientar que os procedimentos devidos aquando do encaminhamento de sinalizações de desaparecimento foram devidamente acautelados.

No que diz respeito ao nosso papel enquanto entidade parceira, destacamos igualmente a nossa participação na RAPVT - Rede de Apoio e Proteção às Vítimas de Tráfico. Assim e no cumprimento daquelas que são as obrigações das entidades subscritoras do Protocolo da Rede, o IAC-Projecto Rua, através das suas equipas de terreno, adotou, nos casos de suspeitas que possam configurar situações de vítimas de tráfico de seres humanos, o Guião de Sinalização que, após preenchimento, é encaminhado para o OTSH - Observatório de Tráfico de Seres Humanos. Outra das obrigações assumida é o desenvolvimento de ações de sensibilização e formação na área do tráfico de seres humanos junto de técnicos, de modo a capacitá-los para a problemática, sensibilizando e apostando na prevenção. Na sequência da nossa participação na RAPVT, temos colaborado, sempre que solicitado pelo Relator Nacional para o TSH, na revisão de documentos e publicações, nomeadamente o Sistema de Referência Nacional de Vítimas de Tráfico de Seres Humanos.

Para o IAC, esta participação tem-se revestido de enorme importância e responsabilidade pelas expectativas criadas face ao papel que o IAC, enquanto entidade que promove e defende os Direitos da Criança, pode desempenhar no âmbito do apoio/encaminhamento a vítimas menores de TSH. Este papel saiu reforçado aquando da 2ª avaliação do GRETA à implementação, por parte do Estado

Português, da Convenção do Conselho da Europa relativa à luta contra o TSH.

Embora não tenhamos ainda resultados conclusivos a apresentar no âmbito da participação do IAC enquanto membro associado da Rede DLBC – Associação para o Desenvolvimento Local de Base Comunitária de Lisboa, e não obstante a ausência de financiamento, alguns parceiros continuaram a reunir constituindo-se enquanto Consórcio.

Este Consórcio, que se apresenta como um grupo de interesses de organizações em torno de um objetivo comum, assume como missão a implementação da Iniciativa piloto AgirNEET Lisboa, cuja finalidade é contribuir ativamente para a coesão social e territorial dos bairros de Lisboa com maior vulnerabilidade social tendo por base intervenções com os jovens em situação de NEET (jovens que não estão nem a trabalhar nem a estudar ou a frequentar qualquer tipo de formação). Até ao momento decorreram já diversas reuniões com o objetivo de refletir e introduzir propostas de melhoria aos conteúdos do protocolo de consórcio e da própria Iniciativa piloto.

Estas reformulações representam, não só, um sinal de vontade coletiva de co-construir uma base de intervenção eficaz, eficiente, democrata e transparente, reforçando o espírito de cooperação, mas reforçam igualmente a solidariedade e a militância indispensáveis para que estas iniciativas não se esgotem apenas no mero aproveitamento de fundos, e se constituam uma aposta na inovação social.

3.1.3. Eixo da Cooperação Internacional

No âmbito da intervenção deste eixo pressupõe-se a participação em redes sociais internacionais através de projetos de cooperação com vários parceiros europeus, com vista ao desenvolvimento de ferramentas de trabalho que permitam uma intervenção mais adequada. Privilegia ainda este nível, a colaboração com os PALOP, através da monitorização e formação a projetos de intervenção em Cabo Verde, nomeadamente com a ACRIDES - Associação para as Crianças Desfavorecidas com a qual o IAC tem protocolo de cooperação.

É de referir que o facto do IAC- Projeto Rua, pertencer a estas redes europeias e estabelecer uma forte parceria com os PALOP, é por si só um veículo potenciador da divulgação de toda a metodologia desenvolvida não só pelo Projeto Rua, mas também pelo IAC como um todo, em prol da promoção dos Direitos da Criança. Este ano iniciaram-se contactos com o Instituto de Apoio à Criança de S. Tomé e Príncipe, com o objetivo de retomarmos a parceria institucional existente desde 1997 e assim, darmos continuidade ao trabalho de capacitação dos intervenientes locais e promover o intercâmbio de boas práticas entre os dois países.

Deu-se igualmente continuidade ao desenvolvimento do Projeto T.A.L.E. - Training Activities for Legal Experts on Children Rights que iniciou em novembro de 2015 e que irá decorrer até dezembro de 2017. Este é um projeto internacional promovido por Save the Children Italy, envolvendo 5 países (Itália, Roménia, Reino Unido, Espanha e Portugal). Portugal está representado pelo IAC que foi convidado a participar pela entidade promotora e estão envolvidos 3 sectores do IAC; o CEDI - Centro de Estudos, Documentação e Informação sobre a Infância que está como responsável pelo Projeto, O Serviço Jurídico que está como "legal expert on children rights" e o Projecto Rua que está como "expert on children participation".

O Projeto TALE tem como objetivos melhorar a experiência do sistema judicial infantil, oferecer formação para advogados e outros profissionais da justiça, que representam as crianças em processos judiciais, sobre os instrumentos internacionais para promover e proteger os Direitos das Crianças e da correta aplicação dos princípios e orientações do Conselho da Europa relativas a uma Justiça Amiga da Criança, a nível nacional.

A metodologia do Projeto TALE, assenta nesta necessidade de formação especializada dos diferentes profissionais do sistema de justiça e no envolvimento de todos os atores deste sistema inclusivé as crianças, os adolescentes e os jovens. Assim, o Projeto tem na sua conceção, a realização de atividades de consulta com crianças e adolescentes envolvidos em processos judiciais, e pretende assegurar que a formação dos advogados inclui as vozes das crianças. A participação ativa de crianças envolvidas em processos judiciais nos Workshops de formação e na criação de módulos de formação irá assegurar que os seus pontos de vista façam parte dos conteúdos formativos para os profissionais, garantindo que os materiais de formação sejam relevantes e que respondam efetivamente, aos interesses e necessidades das crianças que representam.

Assim, em janeiro de 2016 foi constituído o grupo de 10 adolescentes e deu-se início às Atividades de Consulta dos adolescentes.

A dinamização destas sessões de consulta têm que permitir e facilitar que os participantes atuem como defensores dos seus próprios direitos, que expressem as suas necessidades e os seus pontos de vista, na sua própria linguagem e que ajudem a desenvolver materiais com uma linguagem perceptível

e adaptados às crianças e adolescentes.

Até novembro 2016 foram realizadas 5 sessões de consulta e da metodologia utilizada destacamos dinâmicas de grupo, debates, reflexões, *inputs* teóricos, exercícios de simulação e estudo de casos. O balanço das sessões realizadas até ao momento, permite -nos tirar algumas conclusões de entre as quais destacamos:

- a lacuna existente numa linguagem apropriada (*child friendly*) e na informação dada à criança/jovem quando entra em contacto com o sistema de justiça juvenil;
- o direito a ser ouvida em todo o processo nem sempre é respeitado. Os adolescentes consultados sentem que os adultos decidem acerca da sua vida e que não têm a oportunidade de falar sobre o que sentem e o que pensam de toda a situação em que se encontram e as decisões que são tomadas vão ter impacto nas suas vidas;
- os adolescentes consultados têm consciência que não compreendem nem a lei nem as fases dos processos em que se vêm envolvidos e que os profissionais não têm a preocupação de utilizar uma linguagem simples, de explicar determinados termos técnicos e de informar sobre o que vai acontecer a seguir (desenvolvimento do próprio processo) para que possam ficar verdadeiramente informados;
- para que exista a garantia de serem tratados com respeito e dignidade e de terem uma informação transparente e clara em relação a todo o processo em que estão envolvidos, as crianças e os jovens devem ser sempre representados por um advogado;
- os adolescentes apresentam-se como parte interessada em encontrar a melhor solução/decisão.

Este é um dos aspetos inovadores do Projeto, o envolvimento direto das crianças e dos jovens na formação dos profissionais que as representam, dando a sua perspectiva sobre o sistema de justiça e os aspetos que podem ser melhorados para que seja um sistema de justiça “*child friendly*”.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ano 2016

COD: RE

Designação

Relações Externas

Responsável

Ana Filipe

Equipa

Ana Filipe – Docente ¹⁶

Outros Serviços Intervenientes

IPSS; Organismos Governamentais e Entidades Particulares

Duração Prevista

Atividade permanente

Objetivos

Maximizar o objetivo geral do IAC, contribuindo para o Desenvolvimento Integral da Criança, na Defesa e Promoção dos seus Direitos.

- Analisar, informar, orientar e encaminhar situações apresentadas ao IAC;
- Colaborar e participar em ações com outras instituições e entidades, tanto a nível nacional como internacional;
- Desenvolver e assegurar uma rede de contactos com entidades nacionais e internacionais, interessadas na definição de uma política global da Infância.

81

Ações Desenvolvidas

- Representação do IAC em ações conjuntas com outras instituições de âmbito nacional e/ou internacional
 - Plataforma Saúde em Diálogo
 - Comissão Social Inter-Freguesias de Stª Maria de Belém e São Francisco Xavier
 - Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco
 - Comissão de Protecção de Crianças e Jovens – Plenário da Comissão Alargada Lisboa Ocidental
 - Grupo dos Direitos da Criança
 - Grupo da Formação
 - Seminários e Congressos
- Atendimento e encaminhamento de situações apresentadas ao IAC
- Realização e participação em ações e campanhas de solidariedade, no âmbito dos objetivos do IAC
- Recolha e sistematização de dados referentes a Instituições de âmbito nacional e internacional, que desenvolvem ações na área da criança

¹⁶ Docente do Ministério da Educação, destacada no IAC

Resultados Obtidos

- Realização de diversas reuniões
- Realização de Ações de Sensibilização sobre os Direitos da Criança
- Colaboração na organização e realização das seguintes Campanhas de Solidariedade:
 - . Campanha Nacional de Recolha de Material Escolar “É Capaz de lhes dizer que não?”
 - . A Cascata – *Food Franchise*
 - . Associação Portuguesa de Engenheiros para o Desenvolvimento Social
 - . Fundação PT – Pontos TMN
 - . Agrupamento de Escolas Nuno Gonçalves, Lisboa
- Organização e realização de Conferências / Congressos / Encontros
- Participação em Conferências / Congressos / Seminários
 - . Conferência e Exposição “Uma Criança é uma Criança em qualquer parte do Mundo – um olhar sobre as crianças refugiadas” Museu do Traje, Lisboa;
 - . Conferência “Uma Criança é uma Criança em qualquer parte do Mundo – um olhar sobre as crianças refugiadas: sentir, pensar, AGIR, Instituto Politécnico de Leiria

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ano 2016
COD: SA

Designação
Serviços Administrativos/Financeiros

Responsável
Pina e Silva ¹⁷ Paulo Santos ¹⁸

Equipa
<u>Setor de Secretariado e Apoio Geral (SAGE)</u> Antónia Passinhas - Técnica Auxiliar Administrativa ¹⁹ Susana Pimentel - Técnica Auxiliar Administrativa Isabel Ramirez - Técnica Auxiliar Administrativa Paulo Pereira - Técnico Auxiliar Administrativo Luis Varanda - Motorista <u>Sector de Pessoal (SP)</u> Fernanda Casal – Técnica Auxiliar Administrativa ¹⁹ <u>Sector de Económico e Património (SEP)</u> Manuela Neves - Técnica Auxiliar Administrativa ¹⁹ <u>Serviços Financeiros (SCT)</u> Odete Avelino - Técnica Superior ¹⁹ Paula Queiroga - Técnica Auxiliar Administrativa Beatriz Caldeirão - Técnica Auxiliar Administrativa

83

Outros Serviços Intervenientes	Duração Prevista
Setores do IAC	Atividade permanente

Objetivos
- SAGE – Apoiar os setores e projetos do IAC, designadamente nas áreas de expediente geral, arquivo e apoio geral - SP – Apoiar os setores e projetos do IAC, no âmbito do pessoal - SEP – Apoiar os setores e projetos do IAC, no âmbito de aquisições de bens/serviços e do património - SCT - Dar tratamento de forma adequada e em tempo útil a toda a documentação de carácter contabilístico e financeiro.

¹⁷ Gestor Administrativo; Vogal da Direção

¹⁸ Gestor Financeiro

¹⁹ Responsável pelo Setor

Ações Desenvolvidas

Ações desenvolvidas em conformidade com a legislação vigente e a regulamentação e diretivas estabelecidas pela Direção do IAC

SAGE

- Assegurou as tarefas inerentes às operações de receção, classificação, registo, distribuição e expedição da correspondência;
- Procedeu à organização do arquivo geral e à sua articulação com os arquivos sectoriais ao nível dos serviços;
- Manteve os serviços de processamento de texto, reprodução e impressão da documentação do Instituto quando necessários;
- Acolheu, esclareceu e encaminhou as pessoas, que pessoalmente ou por via telefónica, se dirigiram ao IAC;
- Assegurou o funcionamento do serviço telefónico através da central;
- Acompanhou o funcionamento dos serviços numa perspetiva de relacionamento com o público, recolhendo as queixas e reclamações apresentadas e promovendo o seu esclarecimento e/ou resolução mediante adequada intervenção junto dos serviços;
- Efetuou outras atividades de carácter administrativo quando a Direção do IAC ou outro órgão ou entidade do Instituto assim o determinou.

SP

- Executou as ações burocráticas relativas à constituição, modificação e extinção das relações jurídicas de emprego (trabalho e prestações de serviço);
- Organizou e manteve atualizado o cadastro pessoal que presta ou prestou serviço no IAC, por forma a assegurar em tempo a respetiva progressão profissional;
- Instruiu em tempo o Sector da Contabilidade ou os serviços de origem com os dados indispensáveis ao processamento das remunerações e dos benefícios sociais a que o pessoal tinha direito;
- Deu seguimento aos procedimentos relativos à classificação periódica de Serviço do Pessoal;
- Assegurou os processos de registo, controlo e arquivo da documentação relativa à assiduidade e ausências do pessoal em funções no Instituto;
- Promoveu o expediente relativo às ações de formação do pessoal do IAC que os serviços consideraram necessárias e superiormente aprovadas.

SEP

- Promoveu a aquisição de máquinas e equipamentos, mobiliário e outros objetos indispensáveis ao bom funcionamento dos serviços;
- Garantiu a conservação dos artigos e materiais de consumo e assegurou a sua distribuição de acordo com as necessidades dos serviços;
- Organizou os processos de aquisição de bens ou serviços relativos à conservação e/ou reparação do edifício - sede e das instalações a cargo do IAC e desencadeou a introdução de benfeitorias quando o funcionamento dos serviços o justificou;
- Promoveu a celebração dos contratos de arrendamento das frações prediais indispensáveis ao funcionamento dos serviços do IAC;
- Estruturou e manteve atualizado o inventário dos bens móveis, propriedade do IAC e/ou a que ele se encontrem afetos, em coordenação com o serviço da Contabilidade e acompanhou os processos relativos à administração das frações prediais pertencentes ao IAC;
- Promoveu a celebração de contratos de seguros dos bens do IAC ou à sua responsabilidade, mantendo-os atualizados em termos de espécie de risco e de valores;
- Assegurou a gestão das viaturas do IAC..

SCT

- Procedeu à organização da contabilidade do Instituto;
- Assegurou uma correta classificação, escrituração e arquivamento dos documentos contabilísticos;
- Proporcionou a informação atualizada à Direção e aos responsáveis dos Projetos do IAC, designadamente através da apresentação de balancetes periódicos;
- Promoveu a elaboração do Orçamento Anual do Instituto, a submeter à aprovação da Direção, agregando de forma coerente e sistemática num documento único as propostas dos responsáveis dos Projetos do IAC;
- Manteve o controlo dos registos relativos à movimentação dos depósitos bancários;
- Assegurou o controlo sobre os fundos de maneio tendo em conta as regras aplicáveis e as diretrizes da Direção.
- Promoveu o envio das contas anuais aos órgãos da tutela após sujeição a parecer do Conselho Fiscal e aprovação da Assembleia Geral;
- Organizou e manteve atualizado o ficheiro contabilístico do imobilizado da Instituição;
- Controlou os movimentos da Tesouraria, através da cobrança das receitas e da promoção dos pagamentos das despesas previamente autorizadas;
- Manteve devidamente escriturados os registos e livros da Contabilidade.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ano 2016
COD: SJ

Designação

Serviço Jurídico

Responsável

Ana Perdigão

Equipa

Coordenação

Ana Perdigão – Técnica Superior – Jurista

Ana Sotto-Mayor Pinto – Docente / Jurista ²⁰

Outros Serviços Intervenientes

Tribunais de Família e Menores, Tribunais de Comarca, Escolas; Centros de Saúde; Hospitais; Comissão de Proteção de Crianças e Jovens; IPSS

Duração Prevista

Atividade permanente

85

Objetivos

Maximizar o objetivo geral do IAC, contribuindo para o Desenvolvimento Integral da Criança, na Defesa e Promoção dos seus Direitos.

- Divulgar a legislação dos Direitos da Criança;
- Prestar esclarecimentos jurídicos e encaminhamento de situações que reclamam uma resposta a nível legal; presencial, telefónica e eletronicamente;
- Elaborar opiniões jurídicas;
- Recolher e tratar toda a legislação relativa à Infância, a nível nacional e internacional, com especial incidência na legislação da União Europeia;
- Contatos com instituições europeias sobre Direitos da Criança.

Ações Desenvolvidas

- Atendimento e tratamento de casos apresentados;
- Membro da Equipa Técnica do Centro de Acolhimento Temporário “Os Miúdos”, em Loulé, onde se desloca mensalmente para prestar apoio jurídico;
- Membro da Comissão de Acompanhamento da Acção de Saúde para Crianças e Jovens em Risco coordenada pela Direção Geral da Saúde;
- Colaboração com Serviço de Pediatria do Instituto Português de Oncologia de Lisboa – IPO, na prestação de apoio jurídico a situações concretas daquele serviço;
- Colaboração com o Centro de Paralisia Cerebral Calouste Gulbenkian;
- Colaboração com a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens;
- Projeto Europeu T.A.L.E. (*Training Activities for Legal Professionals*) Project Officer, Duração: novembro 2015 a dezembro 2017;

²⁰ Docente do Ministério da Educação, destacada no IAC.

Ações de Formação

Data	Ações de Formação	Dinamizadores	Local	Destinatários
13 e 14 janeiro	Jornadas de Direito de Família	Ana Sottomayor	Ordem dos Advogados e Centro de Estudos Judiciários	Equipa Técnica
3 de março	O Sistema de Proteção das Crianças e Jovens em Risco	Ana Perdigão	Associação Ajuda de Mãe, Lisboa	Equipa técnica da Associação Ajuda de Mãe
12 de março	Maus Tratos a Crianças e Jovens	Ana Perdigão e Melanie Tavares	Associação Hapinez, Lisboa	Psicólogos da Associação Hapinez
2 de abril	Maus Tratos a Crianças e Jovens	Ana Perdigão	Colégio Rik Rok da Fundação Pão de Açúcar – Auchan	Equipa dos colaboradores do Departamento de Ação Social
7 de abril	Maus Tratos a Crianças e Jovens	Ana Perdigão	Creche/Jardim de Infância O Abrigo Infantil	Técnicos da Creche/Jardim de Infância “O Abrigo Infantil”
9 de abril	Maus Tratos a Crianças e Jovens	Ana Perdigão	Colégio Rik Rok da Fundação Pão de Açúcar – Auchan	Equipa dos colaboradores do Departamento de Ação Social
22 de abril	Os Direitos dos Menores	Ana Perdigão	Instalações do Projecto Rua	Equipa do Projecto Rua
26 de abril	O enquadramento legal das crianças e dos jovens em risco	Ana Perdigão	Humanização e Actividade Lúdica	Técnicos dos GAAP’S, Lisboa
28 de abril	Abuso Sexual na Infância	Ana Perdigão Manuel Coutinho	Universidade Autónoma de Lisboa	Alunos do curso de Psicologia da UAL;
6 de maio	Os Direitos da Criança e do Jovem	Ana Perdigão	Agrupamento Eduardo Gageiro	Técnicos do GAAP’S, Sacavém
7 de junho	As alterações legais ao Sistema de Proteção das Crianças e Jovens em Risco	Ana Perdigão	CPCJ de Almada	Técnicos da CPCJ
7 de julho	Os Direitos da Criança	Ana Perdigão	CPCJ de Almada	Técnicos que integram entidades com competência na área da infância e juventude no concelho de Almada

19 de outubro	A mediação nos conflitos familiares transfronteiriços	Ana Sottomayor	DGPJ- Direção Geral de Políticas de Justiça e outros, Auditório do Centro de Estudos Judiciário	
10 de novembro	O novo enquadramento jurídico do sistema de Proteção das Crianças e Jovens em Risco	Ana Perdigão	ARS do Algarve Portimão	Profissionais de saúde dos Núcleos de Apoio a Crianças e Jovens em Risco e aos Núcleos Hospitalares de Crianças e Jovens em Risco
16 de novembro	O Sistema de Promoção/Proteção das Crianças e Jovens em Risco	Ana Perdigão	Ministério do Trabalho e Solidariedade Social, Lisboa	Novos técnicos que integram as CPCJ
11 de novembro	O novo enquadramento jurídico do sistema de Proteção das Crianças e Jovens em Risco	Ana Perdigão	ARS do Algarve Faro	Profissionais de saúde dos Núcleos de Apoio a Crianças e Jovens em Risco e aos Núcleos Hospitalares de Crianças e Jovens em Risco
24 de novembro	Abordagem Social e Jurídica no Combate à Violência	Ana Perdigão	Centro Hospitalar de Setúbal	Profissionais de Saúde do Centro Hospitalar de Setúbal
25 de novembro	A Lei da Parentalidade, Responsabilidades Parentais e o Sistema de Proteção de Crianças e Jovens em Risco	Ana Perdigão	Ajuda de Mãe	Equipa técnica e estagiários da Ajuda de Mãe

Comunicações

- **14 de abril** – Comunicação “A Contraceção no Adolescente”, no VIII Colóquio de Enfermagem Saúde Materna, organizado pelo Centro Hospitalar de Leiria, Ana Perdigão;
- **24 de setembro** – Comunicação “Aspetos Legais em Saúde Sexual e Reprodutiva – Contraceção”, na 6ª Reunião Nacional da Sociedade Portuguesa de Contraceção, Coimbra, Ana Perdigão;
- **10 de outubro** - Comunicação “O Amor nos Direitos e no Tribunal” no I Encontro de Saúde Mental do ACES Oeste Norte, Caldas da Rainha, Ana Perdigão;
- **22 de Outubro** – Sessão de Abertura do Congresso Nacional do Bebê, iniciativa do Centro do Bebê-Apoio à Parentalidade
- **22 de novembro** – Comunicação “Quando a Família não é Solução”, no Seminário Anual promovido pela Rede Construir Juntos - Crescendo Juntos para a Autonomia, Lisboa, Ana Perdigão;
- **22 de novembro** – Comunicação “Quando a Família não é Solução”, no Seminário Anual promovido pela Rede Construir Juntos - Crescendo Juntos para a Autonomia, Lisboa, Ana Perdigão;

Projeto europeu T.A.L.E. (Training Activities for Legal Professionals), co-financiado pela Comissão Europeia; Project Officer, (Duração: novembro 2015 a dezembro 2017)

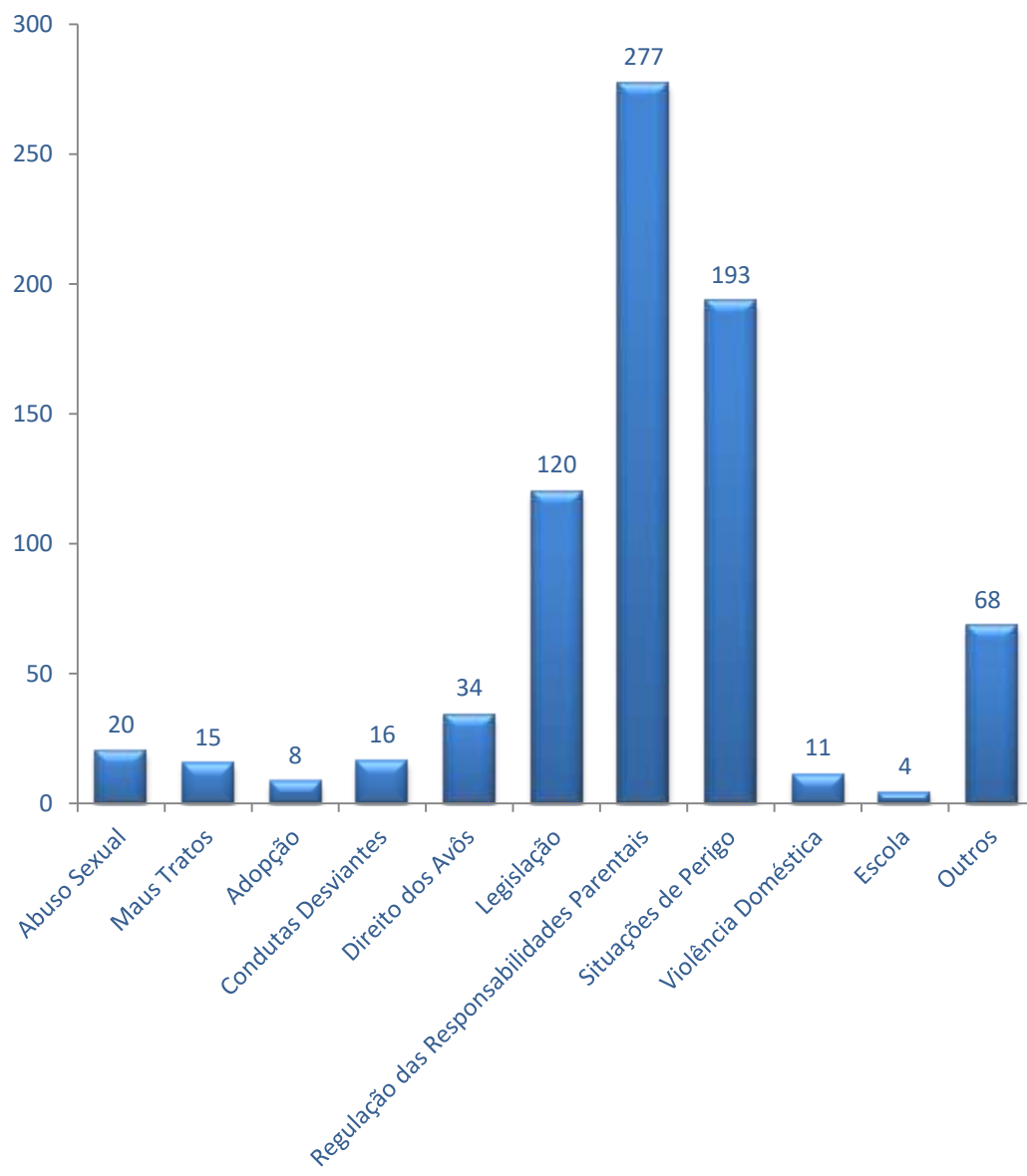
- Elaboração de mapas financeiros (1º Relatório Financeiro: 31 de janeiro de 2016; 2º Relatório Financeiro: 31 de abril de 2016; 3º Relatório Financeiro: 31 de julho de 2016; 4º Relatório Financeiro: 31 de outubro de 2016; elaboração de dois relatórios narrativos, Ana Sottomayor e Nuno Domingues;
- Elaboração de notícias jurídicas nacionais e cooperação com os parceiros internacionais de três números de NEWSLETTER-TALE, Ana Sottomayor;
- Organização, em todas as suas vertentes, de 1º workshop TALE, realizado todo o dia de 04 de novembro de 2016, nas instalações da FDUNL (Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa), Ana Sottomayor;
- Preparação e elaboração do Protocolo de colaboração entre IAC e FDUNL, assinado também no dia 04 de novembro de 2016, Ana Sottomayor;
- Sessões com grupo de jovens, consultores do Projeto TALE: 30 de janeiro; 10 de fevereiro; 5 de março; 01 de abril; 02 e 12 de novembro, nas instalações da equipa IAC CDI-zona oriental, Ana Sottomayor e Isabel Porto;

Em Representação do IAC

- **16 e 17 de maio** - Roma, 2ª reunião do Projeto TALE com todos os parceiros internacionais (Itália, Espanha, Reino Unido, Roménia, Bélgica), Ana Sottomayor;
- **12 de abril** - Participação na Semana Cultural do Agrupamento de Escolas de Forte da Casa, Ana Sottomayor;
- **31 de maio** - Dia das Crianças Desaparecidas/IAC: apresentação de mesa-redonda “O apoio humanitário, a cidadania e a proteção prioritária às crianças”, Ana Sottomayor;
- **29 de setembro** - Participação no Conselho Consultivo Nacional do projeto europeu CUIDAR Cultures of Disaster Resilience among Children and Young People; (Investigadoras Ana Nunes de Almeida, Teresa Schmidt e Ana Delicado do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa), Ana Sottomayor;
- **29 e 30 novembro** - 10th European Forum for the Rights of the Child, (Protection of Children in Migration), Bruxelas, Bélgica, Ana Sottomayor;
- **5 e 6 dezembro** - 8th Annual Global Missing Children’s Network Conference. Alexandria, Virginia, Estados Unidos da América (organizado por ICMEC), Ana Sottomayor;
- **4 de outubro** - Pedido de parecer Promoção e Proteção dos Direitos da Criança, Assembleia da República à Deputada do Bloco Esquerda, Dr.ª Sandra Cunha e Assessor Hugo, -Ana Perdigão e Ana Sottomayor.

Resultados Obtidos

<i>Tratamento e Encaminhamento</i>	Número de casos
Abuso Sexual	20
Maus Tratos	15
Adopção	8
Condutas Desviantes	16
Direito dos Avós	34
Legislação	120
Regulação das Responsabilidades Parentais	277
Situações de Perigo	193
Violência Doméstica	11
Escola	4
Outros	68
Total	763



RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ano 2016
COD:SOS

Designação
SOS – Criança – Serviço de âmbito Nacional de Apoio às Crianças / Jovens / Famílias / Profissionais e Comunidade Linhas telefónicas Europeias – 116 111 (Linha de Ajuda a crianças) 116 000 (Linha Direta para Crianças Desaparecidas (24H/365 dias))

Responsável
Manuel Ataíde Ferreira Coutinho

Equipa
Coordenação Manuel Coutinho - Técnico Superior de Psicologia²¹ Ana Isabel Mendonça – Técnica Superior de Psicologia²² Ana Perdigão - Técnica Superior - Jurista Anabela Rosa – Técnica Auxiliar Administrativa Dina Faria – Técnica Superior de Psicologia Isabel Oliveira - Técnica Superior de Psicologia Maria da Conceição Santos – Empregada de Limpeza Maria João Cosme – Técnica Superior de Psicologia Maria João Pena - Técnica Superior de Serviço Social²³ Palmira Carvalho – Técnica Superior de Psicologia²⁴ Rita Esperto - Técnica Auxiliar Administrativa Sara Matias - Técnica Superior de Psicologia <u>Outros:</u> 4 Estagiários Instituto Superior de Psicologia Aplicada (ISPA)

90

Outros Serviços Intervenientes	Duração Prevista
Ministério da Segurança Social e do Trabalho: Centros Distritais de Segurança Social (CDSS), Serviços de Fiscalização, Centros de Acolhimento Educativo e Formação (CAEF), Coordenação Nacional para os Assuntos da Família, Inspeção para o Desenvolvimento e Inspeção das Condições do Trabalho (IDICT), Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ), Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), Inspeção Geral do Trabalho (IGT), Serviços de Acolhimento de Emergência. Ministério da Saúde: Centros de Saúde, Hospitais, Saúde 24, Linha Anti -Venenos, Inspeção Geral dos Serviços de Saúde (IGSS), Núcleo de Estudos do Suicídio, Departamento de Pedopsiquiatria. Ministério da Educação: Direções Regionais da Educação, Inspeção Geral da Educação (IGE), Serviço de Psicologia e Orientação (SPO), Escolas, Gabinetes de Apoio ao Aluno e à Família (GAAF), Associações de Pais, Universidades, Institutos Superiores, Jardins de Infância. Ministério da Justiça: Tribunais Judiciais e de Família, Direção Geral da Reinserção Social (DGRS), Procuradoria Geral da República, Polícia Judiciária, Interpol, Gabinete de Mediação Familiar. Ministério da Administração Interna: Polícia de Segurança Pública (PSP), Serviços de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), Guarda Nacional Republicana (GNR), Gabinete Coordenador de Segurança, Escola Segura, Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia Bombeiros Secretaria de Estado da Juventude: Instituto Português da Juventude e do Desporto. Provedoria da Justiça, Santa Casa da Misericórdia, Presidência do Conselho de Ministros: Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME), Serviço Social Internacional. Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), Rede Construir Juntos, Organizações Não Governamentais (ONG), Paróquias, Sindicatos, Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor (DECO), Instituto da Defesa do Consumidor, Confederação Nacional Sobre o Trabalho Infantil (CNAsti), Embaixadas, Comunicação Social, Fundação para a Computação Científica Nacional (FCCN), Miúdos Seguros na Net; Ordem dos Psicólogos ; British Council; APAV; APCD;AMCV; Observatório tráfico de seres humanos Contactos Internacionais: Child Focus, Federação Europeia de Crianças Desaparecidas (MCE), Euronet, International Forum For Child Welfare, Child Helpline International (CHI), Fundação BAXTER, ICMEC; NCMEC; EU Kids Online; Fondation pour L'Enfance; ENASCO	Atividade permanente

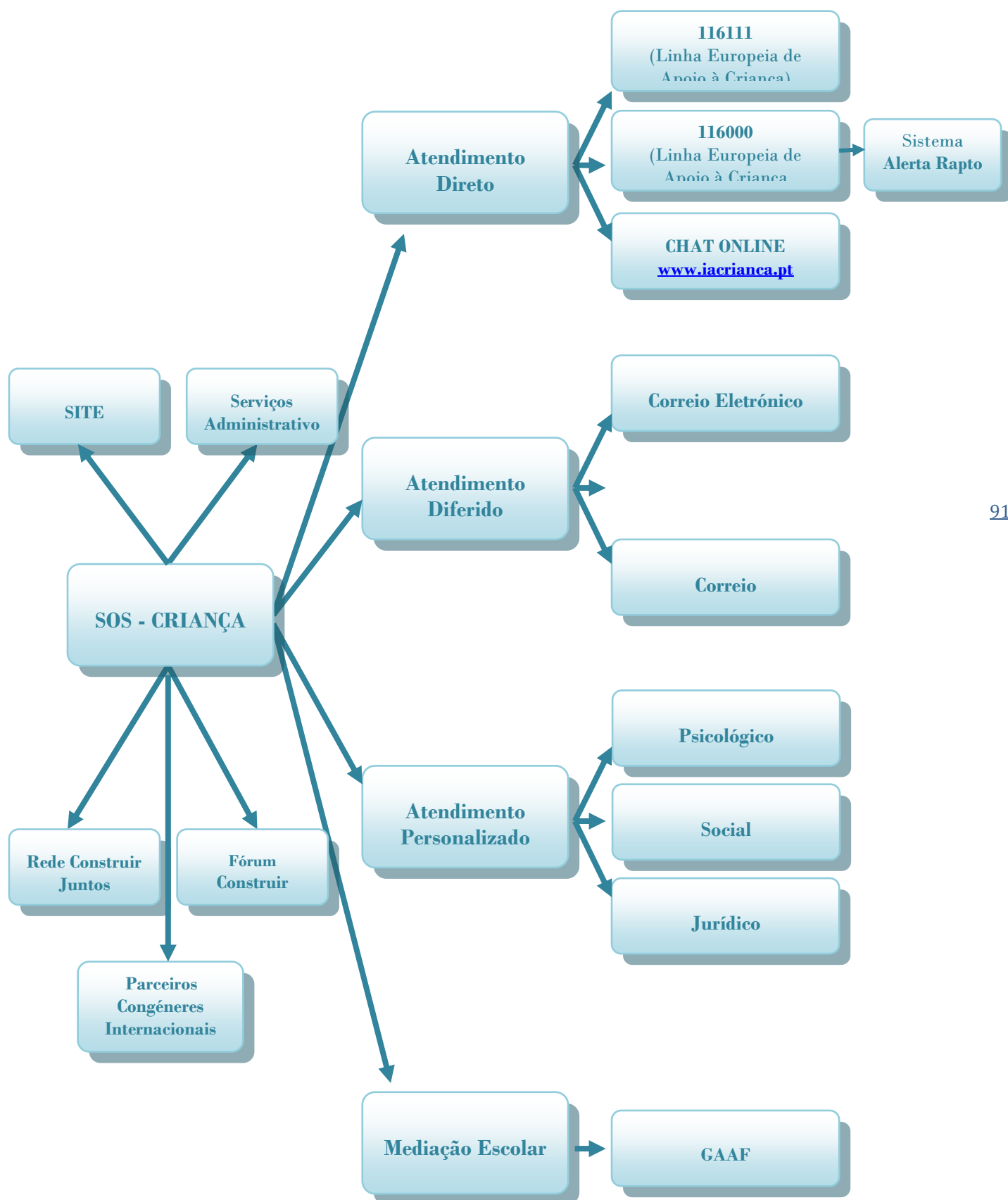
²¹ Secretário-Geral e Gestor de Projetos

²² Em Licença sem vencimento desde 1 de Junho de 2015 a 30 Junho de 2017

²³ Tempo parcial

²⁴ Baixa prolongada

Organograma do SOS – Criança



Objetivos

Finalidade

Promover e Defender os Direitos da Criança

Objetivos Gerais

- Ouvir e dar Voz à Criança
- Promover o desenvolvimento harmonioso e integral da criança
- Apoiar a Criança e a Família
- Prevenir situações problema
- Garantir à criança o direito à palavra, proteção em situação de risco e/ ou mau trato, quando privada de afeição, isolada, abandonada, ameaçada de agressão física, sexual, negligência ou obrigada a trabalhar prematuramente.
- Sensibilizar as estruturas comunitárias e a sociedade em geral para a problemática da criança em risco.

Objetivos Específicos

- Informar crianças, jovens e famílias;
- Orientar as situações problema;
- Encaminhar as questões apresentadas;
- Reavaliar as situações encaminhadas;
- Aferir a qualidade de intervenção;
- Refletir com a Criança! Jovem! Família e com a Comunidade em Geral sobre diversas temáticas que preocupam o apelante.

Ações Desenvolvidas

1. ATENDIMENTO DIRETO

1.1. Linha 116 111 – Linha Europeia de apoio à Criança

- Atendimento telefónico às situações de crianças em risco apresentadas na linha telefónica;
- Registo dos apelos telefónicos em base de dados;
- Abertura e distribuição de processos nas situações em que o encaminhamento é feito pela equipa SOS criança;
- Gestão dos casos: Recolha de dados através do contacto telefónico com as entidades da área de residências da criança que têm a competência territorial para intervenção;
- Reavaliação das situações encaminhadas;
- Tratamento estatístico e análise dos dados referentes às situações apresentadas;
- Divulgação da linha junto de escolas de 1º ciclo através de ações lúdicas de sensibilização e divulgação, com colaboração dos estagiários académicos: “Na escola com ... o SOS-Criança !”;
- Divulgação da linha telefónica junto dos meios de comunicação social (rádio, tv e imprensa) assim como participações associadas a temáticas relacionadas com a criança;
- Participação em seminários e encontros no âmbito da linha telefónica assim como dos Direitos da Criança;
- Ações de sensibilização em escolas e outras organizações sobre temáticas relacionadas com a criança;
- Supervisão de estágios académicos na área da Psicologia;
- Reuniões com diversos organismos e entidades públicas e particulares para uma melhor parceria inter-institucional;
- Participação nas atividades desenvolvidas pelo CHI (*Child Helpline international*), federação que reúne linhas telefónicas de ajuda à criança a nível internacional.

1.2. Linha 116 000 / Crianças Desaparecidas

- Rececionar as situações de crianças desaparecidas, recolha de dados e análise da situação e encaminhamento;
- Rececionar as situações de crianças desaparecidas, recolha de dados, análise da situação, encaminhamento;
- Apoio psicológico, social e jurídico às crianças e famílias em articulação com o Projecto Rua, Fórum Construir Juntos e Rede Construir Juntos;
- Articular com as forças e serviços de segurança e com a polícia judiciária no sentido de agilizar a informação disponível sobre as Crianças desaparecidas;
- Partilha de informação e articulação da intervenção com o Projecto Rua, Fórum Construir Juntos e Rede Construir Juntos e Parceiros Congéneres Internacionais;
- Partilha de informação e articulação da intervenção com as entidades de proteção à criança;

- Divulgação da Linha 116 000 em organizações relacionadas com a criança assim como nos meios de comunicação social.
- Ações de Formação para técnicos de diferentes áreas nas situações de crianças desaparecidas;
- Participação nas atividades da federação europeia *Missing Children Europe* (MCE);
- Articulação com o *International Centre for Missing e Exploited Children* (ICMEC);
- Organização de um seminário para assinalar o dia da Criança Desaparecida (25 de Maio);
- Tratamento estatístico da informação e análise dos dados.

1.3. CHAT OnLine (www.iacrianca.pt)

O SOS-Criança disponibiliza na net um espaço online www.iacrianca.pt.

Através deste CHAT de fácil acesso, gratuito e sem câmara, é possível conversar, expressar sentimentos, denunciar situações, simplesmente falar com alguém, partilhar preocupações e trocar ideias....

A equipa técnica que conversa através do chat, com as crianças e jovens que se ligam é formada por técnicos de Psicologia e Serviço Social.

O Chat online é uma alternativa ao atendimento telefónico.

2. ATENDIMENTO DIFERIDO

2.1. Correio Eletrónico – soscrianca@iacrianca.pt

- Leitura, registo e distribuição das situações apresentadas por email
- Resposta ao apelante
- Recolha de dados com o apelante e abertura de processo para encaminhamento nas situações em que o conteúdo assim o justifica
- Tratamento estatístico da informação e análise dos dados

3. ATENDIMENTO PERSONALIZADO

3.1. Psicológico

- Observação
- Entrevista psicológica
- Avaliação psicológica
- Acompanhamento psicológico
- Triagem e aconselhamento
- Tratamento estatístico e análises dos dados

3.2. Social

- Contribuição para a autonomia dos indivíduos e famílias que recorreram ao SOS-Criança
- Informação a indivíduos e suas famílias acerca dos seus direitos;
- Articulação com os serviços da comunidade na resposta a situações problema;
- Favorecimento da participação dos indivíduos nas tomadas de decisão.

3.3. Jurídico

Prestação de esclarecimentos jurídicos e encaminhamento de situações que reclamaram uma resposta a nível legal.

4. MEDIAÇÃO ESCOLAR

Valência do SOS-Criança, que se baseia na ideia da Escola Inclusiva, considerando a comunidade escolar como um todo, promove a pedido das Direções das Escolas e sempre que possível integra Gabinetes de Apoio ao Aluno e à Família, que autonomiza.

Em escolas sem GAAF, fazem-se intervenções pontuais, nomeadamente com ações de sensibilização de prevenção primária.

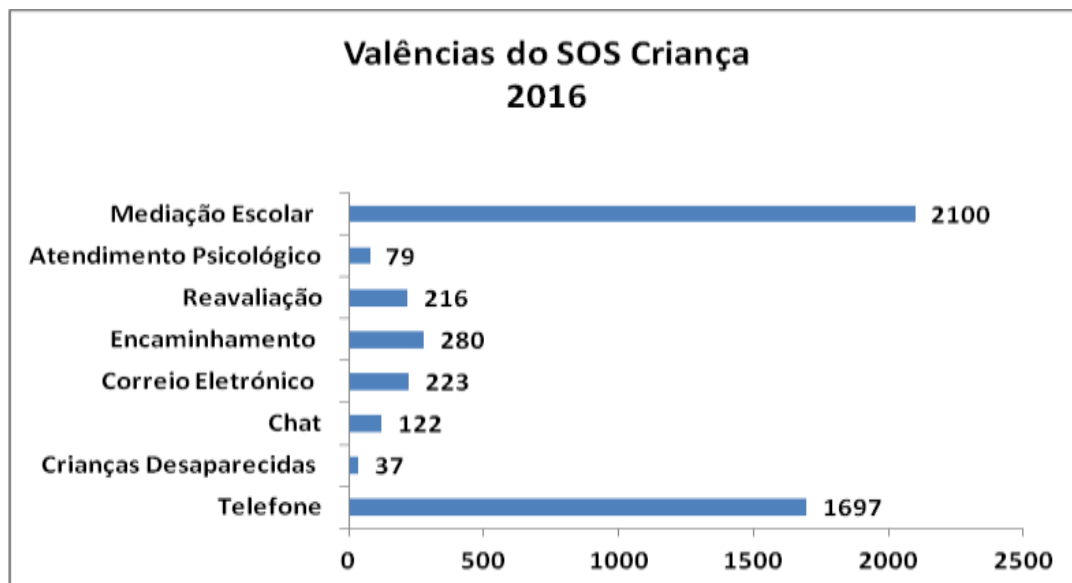
5. FORMAÇÃO

Bom dia SOS Criança – Projecto ao abrigo dos Direitos da Criança. O SOS- Criança tem como principal objetivo chegar à Criança antes que o risco aconteça.

Resultados Obtidos

No ano de 2016 o SOS-Criança recebeu 4.258 apelos, distribuídos pelas diferentes valências do SOS-Criança (Telefone - linhas gratuitas europeias 116 000 para situações de crianças desaparecidas, 116 111 para situações de crianças e jovens em risco, número fixo nacional 21 7931617; Chat online; Correio eletrónico-email; Atendimento Psicológico e Mediação Escolar).

4258 é o número total de pedidos de apoio com resposta por parte do SOS-Criança.



94

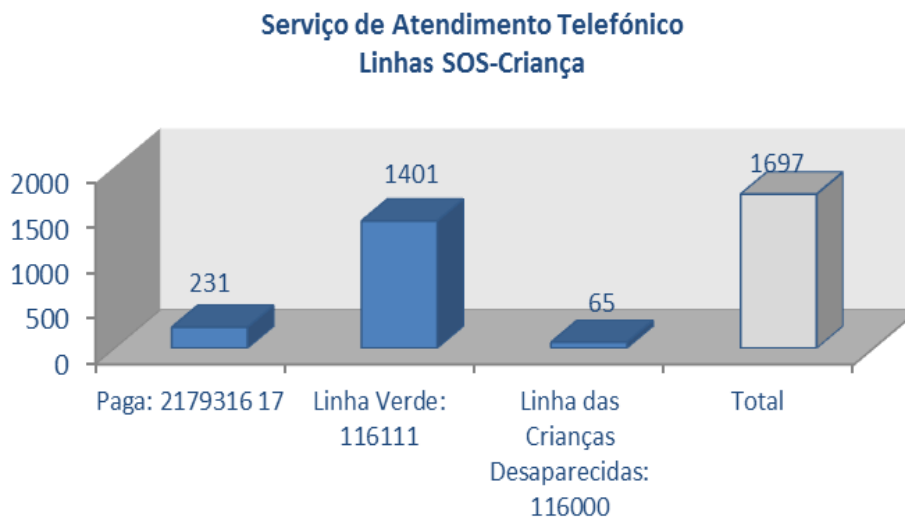
1. ATENDIMENTO DIRETO

1.1. Linhas telefónicas

O SOS-Criança recebeu em 2016, 2392 apelos, dos quais 1697 são apelos efetivos, 248 são chamadas brancas, 182 são enganos e 265 são brincadeiras (embuste).

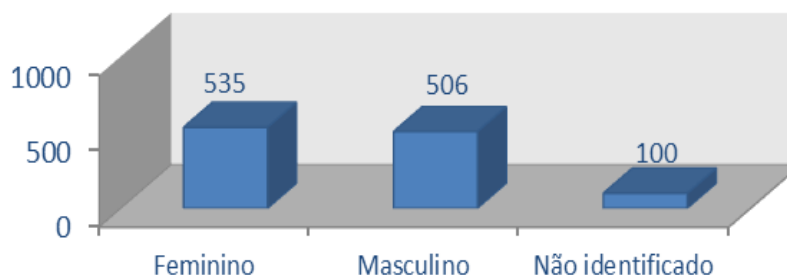
Estes 2392 apelos chegaram às 3 linhas existentes no SOS-Criança, nomeadamente a linha paga (217931617), linha gratuita europeia para crianças em risco (116 111) e à linha gratuita europeia para sinalização de crianças desaparecidas (116 000).

Na linha paga receberam-se 231 apelos. Na linha gratuita 116 111 receberam-se a grande maioria dos apelos, 1401, e na linha das crianças desaparecidas e dada a especificidade do tema, foram recebidas 65 chamadas.



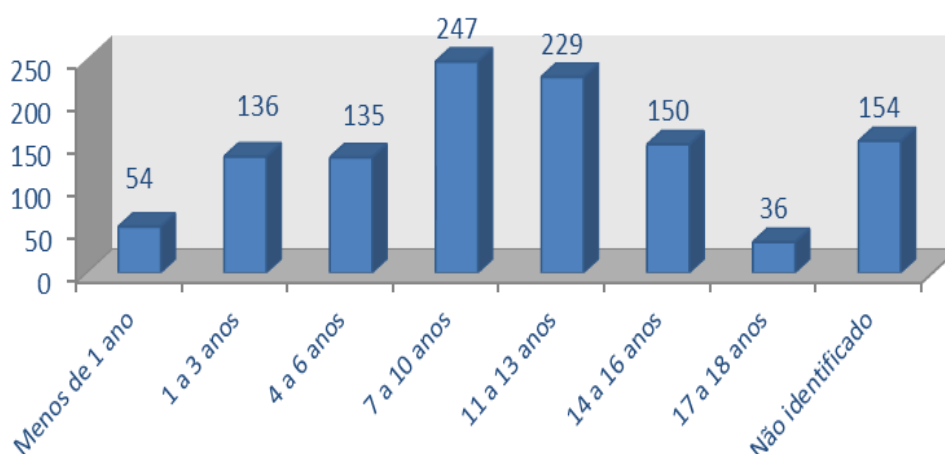
Nos 1697 apelos recebidos em 2016, foram identificadas nos apelos 1141 crianças (em situação de risco). Destas 1141 crianças, 535 são do sexo feminino e 506 são do sexo masculino, não havendo uma diferença significativa.

Serviço de Atendimento Telefónico
Género Sexual das Crianças Envolvidas nos Apelos



A faixa etária mais encontrada nas crianças identificadas nos apelos, situa-se entre os 7 e os 13 anos de idade. Por outro lado e porque o serviço só atende até aos 18 anos, a idade dos 17 aos 18 é muito rara de aparecer em termos de apelos. Também é provável que os jovens identifiquem o SOS-Criança como uma linha mais direccionada para as crianças, no entanto, este serviço atende até aos 18 anos, havendo preparação técnica para prestar apoio à população nessas faixas etárias.

Serviço de Atendimento Telefónico
Idade das Crianças Envolvidas nos Apelos



1.2. Linha 116 000 / Crianças Desaparecidas

Das 37 situações que nos foram sinalizadas na temática das crianças desaparecidas, para a linha SOS-Criança Desaparecida 116 000, 17 enquadram-se na tipologia Fuga, 14 são Rapto Parental, 2 Perdidos, 2 Crianças Migrantes não acompanhadas (mendicidades) e 2 desaparecidos sem situação definida.

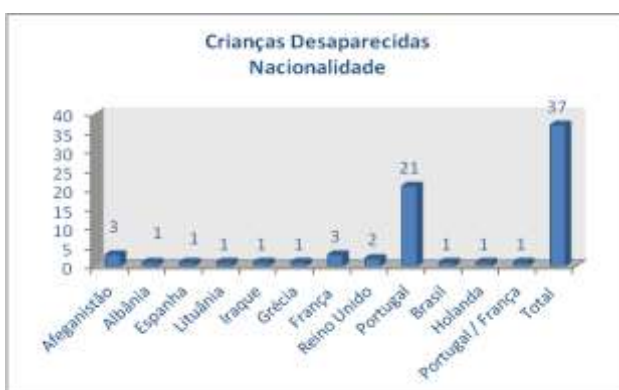
Dos 37 casos sinalizados, ou seja, das 37 crianças sinalizadas como desaparecidas, 19 são do sexo feminino e 18 do sexo masculino.



Das 37 crianças desaparecidas, a situação atual é de que 22 delas já estão dadas como aparecidas e 15 mantêm situação de desaparecidas. Nestes casos podemos ainda não ter tido conhecimento da situação atual por falta de informação atualizada por parte das entidades competentes na averiguação de paradeiro (nomeadamente polícias) ou da própria família que não informa quando as crianças aparecem.

A nacionalidade das crianças desaparecidas é naturalmente na sua grande maioria a Portuguesa. Outros países de origem foram: Afeganistão, França, Reino Unido entre outros.

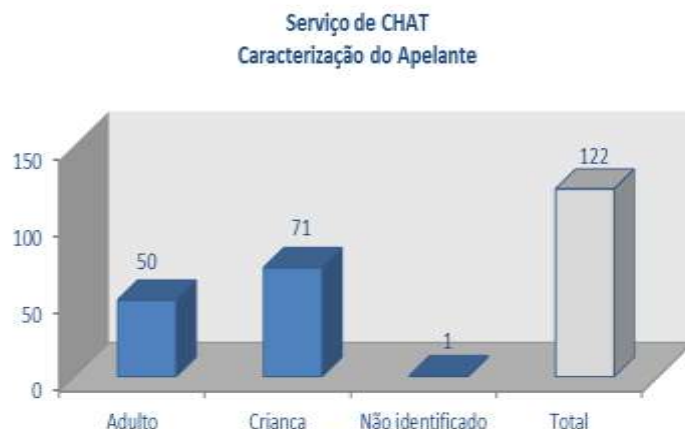
Todas as situações de desaparecimento reportadas, são tratadas com recato apesar do compreensível alarme que geralmente causam.

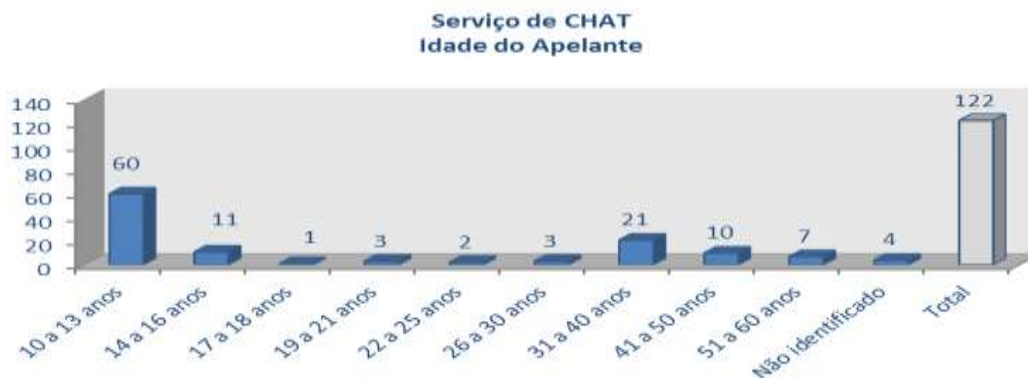


1.3. **CHAT OnLine (www.iacrianca.pt)**

Dos 122 apelos via chat online que recebemos no SOS-Criança, 50 foram provenientes de adultos e 71 de crianças, existindo 1 caso em que não ficou claro se se tratava de adulto ou criança.

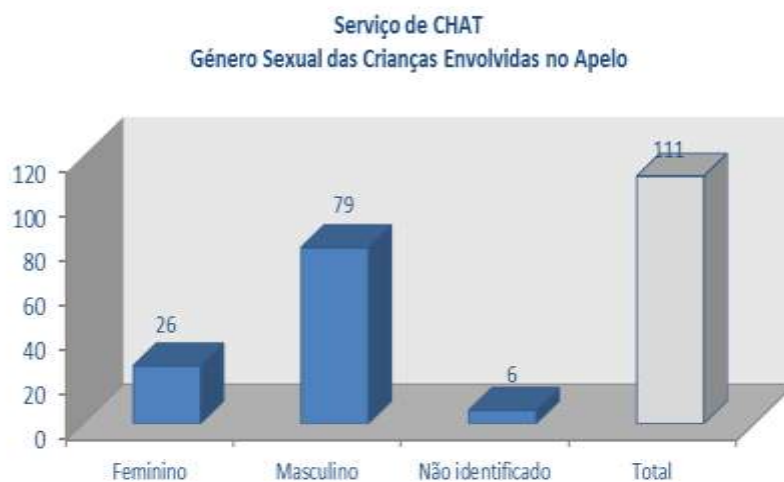
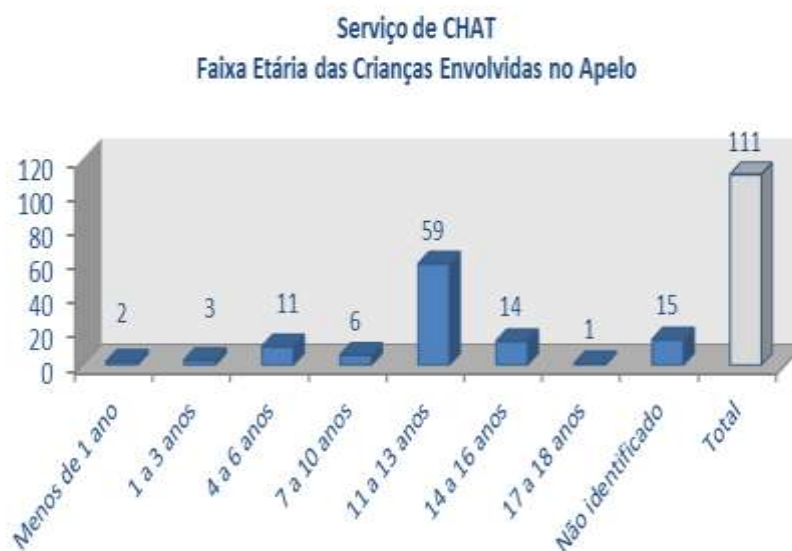
A idade dos apelantes que nos contatam através do chat, que podemos apelidar de chatters, na sua maioria são crianças e jovens entre os 10 e os 13 anos de idade, seguidos da faixa etária dos 14 aos 16 anos. Para além disso, destacam-se os adultos (entre os 31 e os 40 anos) que nos contatam para sinalizar situações de crianças e jovens em perigo ou para nos colocarem questões sobre comportamentos de jovens, por exemplo, seus filhos.





Das conversações levadas a cabo no chat, há na grande maioria temas que versam sobre a vida de crianças e jovens, sejam elas as próprias que nos procuram ou sejam elas alvo do apelo realizado por outrem. Estas crianças em risco, alvo do apelo, têm entre 11 a 13 anos de idade, havendo também um número elevado entre os 14 e os 16 anos. As restantes faixas etárias distribuem-se de forma homogénea. Podemos dizer que existem apelos sobre crianças com menos de 1 ano de idade, até os 18 anos, pois esse é o limite máximo de idade a que ao serviço presta apoio.

A maioria das situações apresentadas tem como alvo crianças de género masculino (79), existindo 26 crianças identificadas como raparigas e 6 não identificadas. Releva-se de novo o facto de que das 122 conversações de chat, apenas 111 tinham como “alvo” ou tema crianças/jovens.



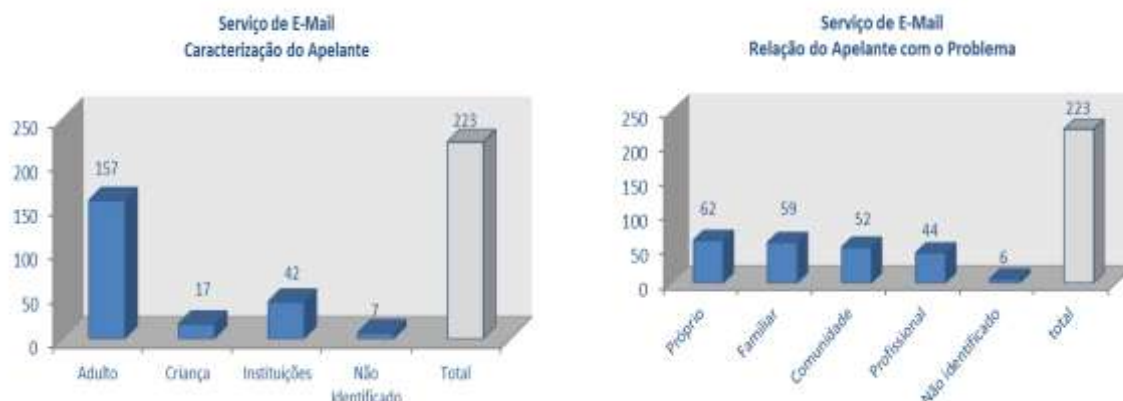
2. ATENDIMENTO DIFERIDO

2.1. Correio Eletrônico – soscrianca@iacrianca.pt

Em 2016, o SOS-Criança recebeu 223 emails, sendo 157 de apelantes adultos, 42 provenientes de instituições, 17 de crianças e 7 não identificados.

Na maioria das situações, o apelante que nos escreve apresenta uma situação em que ele próprio está envolvido, ou seja, a sua relação com o problema é direta. Normalmente são adultos que escrevem e relatam os problemas que lhes surgem no quotidiano enquanto pais ou familiares de crianças em risco. Noutros casos são cidadãos, pessoas na comunidade que sinalizam situações em que sabem existir crianças ou jovens em risco.

Em alguns casos, também recebemos emails de profissionais que trabalham com crianças e jovens, tais como, psicólogos ou assistentes sociais, de lares ou instituições de acolhimento ou de escolas e creches e que descrevem situações que conhecem de menores em risco. Algumas destas situações apresentadas por profissionais, são de jovens que efetuam fugas de lares de acolhimento ou instituições (entrando neste caso, no âmbito da linha SOS-Criança Desaparecida).



98

2.2. Encaminhamento

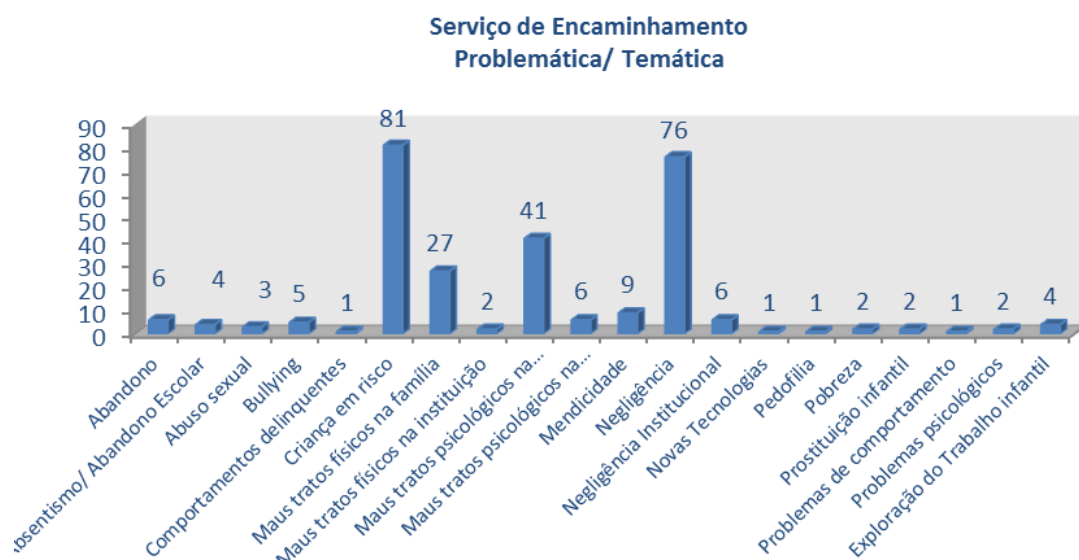
Os apelos que podem ou não derivar em processos chegam ao SOS-Criança via telefone, chat, correios postal ou correio eletrónico (email). Quando são situações que carecem de abertura de processo e encaminhamento por parte do serviço, então são contabilizadas depois neste item, encaminhamento, pois implicam contatos após a sinalização dos processos até à garantia de que são acompanhados por uma outra instituição.

2.2.1. Intervenção no processo de encaminhamento

As situações encaminhadas pelos técnicos do SOS-Criança têm uma variedade de temáticas de base, sendo a maioria das vezes casos de crianças em risco (por crianças em risco assume-se serem crianças que estejam expostas a alguma variante que as possa colocar em risco de vida, tal como toxic dependência dos pais (ou outros cuidadores), alcoolismo, pobreza, etc).

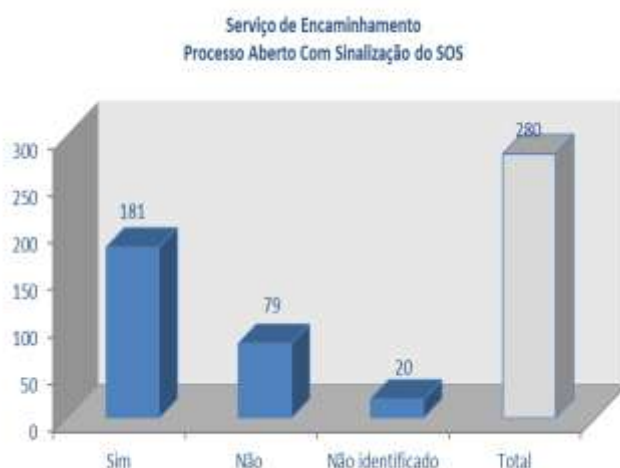
Tirando este problema do risco, existe um grande número de sinalizações de negligência, entendendo-se por negligência a falta de cuidados para com a criança, ou a perpetuação de atos que podem ser prejudiciais à criança e ao seu bem-estar. Outro tema que se destaca é o maltrato psicológico na família, o que corresponde a uma situação que faz perigar o saudável desenvolvimento de uma criança e que normalmente acontece no seio da própria família.





Não existe uma diferença significativa em termos de género nos processos de crianças que são encaminhados pelo SOS-Criança, no entanto podemos sublinhar que das 429 crianças em risco a que os processos de encaminhamento fazem referência, 201 são do género masculino e 199 são do género feminino, num total de 280 encaminhamentos efetuados. Em 29 casos não foi identificado o género.

Dos 280 processos encaminhados no SOS-Criança, 181 foram abertos após ou com a sinalização do SOS-Criança, ou seja, não havia conhecimento da situação de risco antes da apresentação da situação às respetivas instituições de acompanhamento. Em 79 casos, já existia conhecimento prévio da situação, por terem processo aberto, em acompanhamento ou já arquivado.



2.3. Reavaliação

A reavaliação integra o trabalho do Serviço SOS-Criança, considerada privilegiada para aferir os nossos procedimentos ao nível da articulação, junto dos nossos parceiros.

Neste contexto, o nosso serviço reavaliou no ano de 2016, um total de 216 processos. Deste total, foi reavaliado 1 processo relativo aos anos de 2010 e 2013. Em relação ao ano de 2014, foram reavaliados 27 casos e referente a 2015 foram reavaliadas 187 situações.

Relativamente à análise da situação, verificamos que em 72 processos, a problemática foi confirmada com a mesma aquando da abertura do processo no nosso serviço. Em 60 situações, a problemática não foi confirmada e 19 referiram-se a outra problemática. Verificamos ainda que em 16 casos, existiu uma impossibilidade de averiguação dos mesmos.



3. ATENDIMENTO PERSONALIZADO

3.1. Psicológico

Dos 79 casos atendidos em 2016, 42 situações foram casos transitados de anos anteriores e 37 foram situações novas, processos abertos em 2016.

Foram realizadas 440 sessões de atendimentos psicológicos, num total de 79 crianças atendidas no serviço de atendimento psicológico do SOS- Criança.

Dos 79 processos atendidos em 2016 no âmbito do apoio psicológico, ou seja, 79 crianças e jovens que foram alvo do apoio, 37 foram abertos no próprio ano de 2016 e os restantes 42 vinham já a ser acompanhados em anos anteriores. Para concretizar melhor estes 42: foi atendido 1 processo de 2009, 2 de 2010, 2 de 2011, 4 de 2012, 5 de 2013, 12 de 2014, 26 de 2015. Ou seja, há pelo menos um acompanhamento que vem a acontecer desde há 7 anos para cá. A maior percentagem dos processos transitados do ano anterior, pois tinham uma duração de acompanhamento ainda curta quando se iniciou o novo ano.



4. **MEDIAÇÃO ESCOLAR**

No ano letivo de 2015/2016, o Serviço do SOS Criança, através da Mediação Escolar, Gabinetes de Apoio ao Aluno e à Família, acompanhou local e diariamente várias crianças, em idade escolar, num total de **2100** alunos.

Mediação Escolar:

- Reuniões de escolas: 3
- Ações de Sensibilização/Formações: 24
- Reuniões com estagiários: 4
- Reuniões para Projetos: 5
- Reuniões Sectores do IAC: 3
- Reuniões na Sede do IAC: 2
- Ações Conjuntas com Serviço Jurídico do IAC: 4 em escola e 6 de atendimento a pais

Formação:

Atividades Desenvolvidas (ações de sensibilização, palestras, atividades lúdicas, atividades cívicas, entre outras):

407 (abrangeram-se 26227 alunos, 2620 adultos, 849 professores e 518 assistentes operacionais)

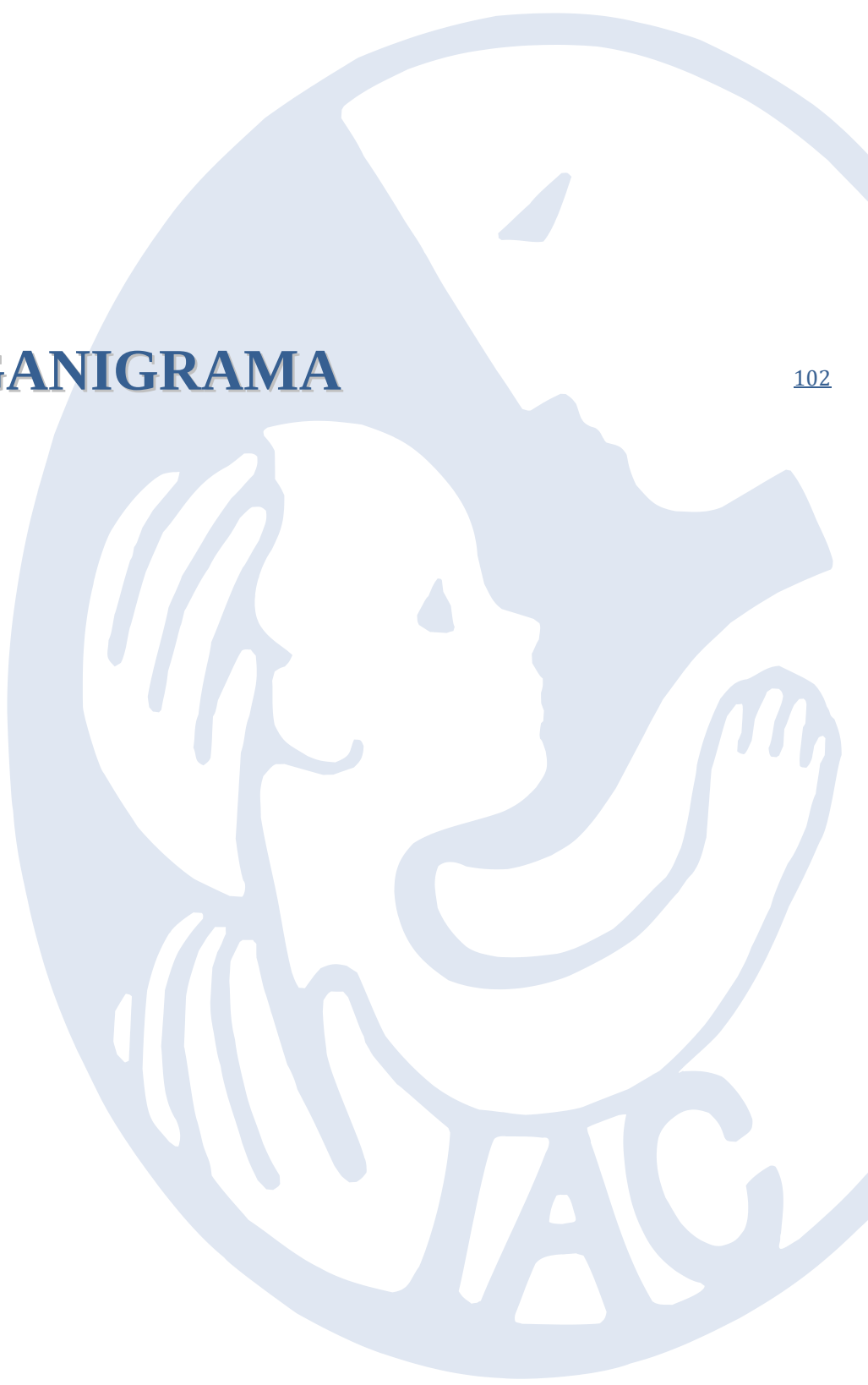
A intervenção dos GAAFs, no ano letivo de **2015/16** foi realizada em **22** Agrupamentos Escolares, sob responsabilidade do Ministério da Educação e Ciência, Autarquias, Associações de Pais e outras iniciativas da comunidade, sendo da responsabilidade do setor da Mediação Escolar, a supervisão, formação e acompanhamento, de forma a uniformizar as boas práticas, de acordo com a filosofia do Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família.

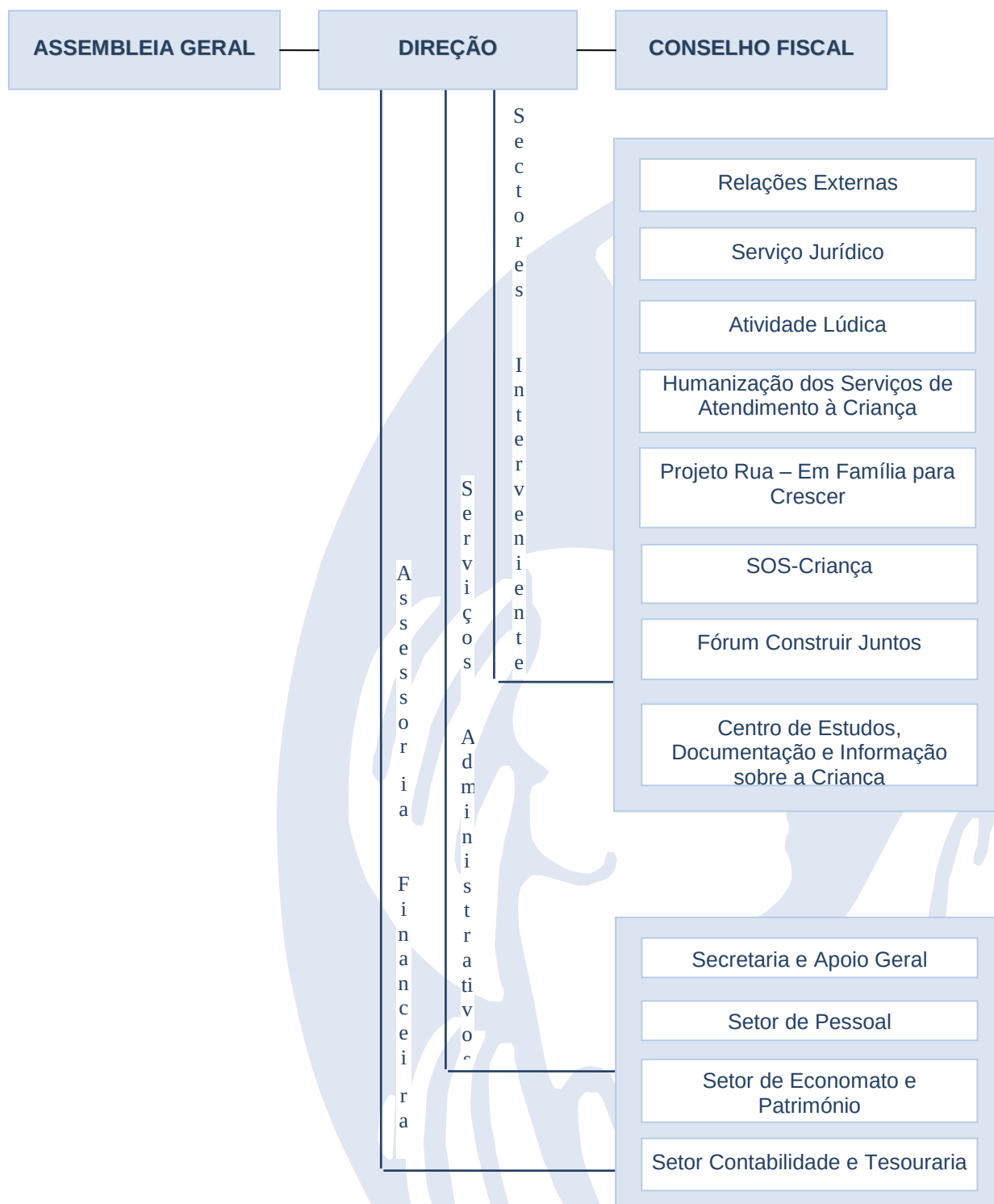
Universo de Alunos: **29619**

Grupo Alvo: **2100**



3. ORGANIGRAMA







4. CONTAS DE 2016

104

Balanco

Demonstração dos Resultados por Natureza

Demonstração dos Resultados por Projeto

Anexo

Demonstração de Fluxos de Caixa



IAC

Instituto de Apoio à Criança

Balanço em 31 de Dezembro de 2016

Unidade monetária: EURO

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2016	31-12-2015
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos Fixos Tangíveis			
Ativo Não Corrente			
Edifícios e Outras Construções		43.744,77	18.447,39
Equipamento Básico		0,00	0,00
Equipamento de Transporte		14.729,88	0,00
Equipamento Administrativo		527,77	3.798,21
Outros Ativos fixos Tangíveis		721,20	1.442,43
		59.723,62	23.688,03
Investimentos Financeiros		380,88	178,88
Ativo Corrente			
Inventários		47,00	56,00
Outras Contas a Receber		27.582,06	44.681,32
Diferimentos		4.302,52	3.293,52
Caixa e Depósitos Bancários		251.603,96	335.229,01
		283.535,54	383.259,85
TOTAL DO ATIVO		343.640,04	407.126,76
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos		26.115,80	26.115,80
Reservas		345.715,19	345.715,19
Resultados Transitados		-186.985,77	-186.445,23
Outras Variações no Capital Próprio		17.464,77	18.469,39
		202.309,99	203.855,15
Resultado Líquido do Período		-59.003,57	-540,54
Total do Fundo de Capital		143.306,42	203.314,61
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores		5.204,52	6.556,17
Estado e Outros Entes Públicos		31.966,95	31.497,59
Outras Contas a Pagar		163.162,15	165.758,39
Total do Passivo		200.333,62	203.812,15
Total Fundos Patrimoniais e Passivo		343.640,04	407.126,76

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Alfredo Augusto dos Santos

A DIREÇÃO

Luís Miguel Ribeiro
João A. ...
...



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA
Exercício de 2016

Unidade monetária: EURO

	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
Vendas e Serviços Prestados		15.061,60	
Custo das Mercadorias Vendidas		9,00	
Subsídios, doações e legados à exploração		1.306.445,01	1.434.748,52
Fornecimentos e Serviços Externos		202.332,61	217.388,24
Gastos com o Pessoal		1.157.915,61	1.203.111,94
Imparidade de Investimentos Financeiros		443,11	
Outros Rendimentos e Ganhos		3.126,10	8.093,05
Outros Gastos e Perdas		14.272,50	16.940,36
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-46.340,12	5.401,03
Depreciação do Ativo		9.884,25	5.859,15
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-56.224,37	-458,12
Juros e rendimentos similares obtidos		161,79	906,06
Juros e rendimentos similares suportados		940,99	987,49
Resultado líquido do período		-59.003,57	-540,54

O CONTABILISTA CERTIFICADO

António Paulo dos Santos

A DIREÇÃO

Mário Dulce Ribeiro

João
J. L. F.
Alfonso
M. R. M.



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR PROJECTO

Contas	Actividade Lúdica Humanização	C E D I	Forum Const. Juntos	Projecto Rua	S.O.S. Criança	Sector Técnico Administ.	Projetos Internacionais	TOTAL
CUSTOS FUNCIONAMENTO								
811 Outras de Arte						9,00		9,00
821 Trabalhos especializados	0,00	10.318,65	0,00	240,00	0,00	1.748,85	50,37	12.356,87
825 Vigilância e segurança	0,00	0,00	0,00	184,50	0,00	132,84		317,34
829 Honorários	0,00	9.300,00	0,00	60,75	0,00	42.709,88	1.121,65	53.192,28
835 Conserv. e reparação	38,25	0,00	239,77	1.409,89	870,97	3.370,84		5.929,72
839 Ferram.univers. desg.rápido	13,45	40,00	0,00	260,36	99,98	73,72		487,51
840 Livros e document. técnica	0,00	0,00	0,00	15,00	0,00	358,00	26,80	401,80
843 Material de escritório	451,32	355,07	0,00	3.362,70	859,22	4.482,00	182,62	9.463,93
849 Artigos para Oferta	27,30	0,00	0,00	187,92	0,00	400,00		615,22
841 Electricidade	1.255,09	0,00	748,73	3.154,50	2.120,51	3.447,69		10.726,52
849 Combustíveis	0,00	0,00	0,00	1.713,97	0,00	749,84		2.463,81
849 Água	294,74	0,00	236,24	1.994,13	463,39	870,45		3.860,95
849 Contentoso e Notariado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.189,29		1.189,29
849 Transportes de mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	221,40	0,00		221,40
849 Rendas e alugueres	11.862,77	0,00	3.600,00	4.352,48	0,00	4.625,93		24.441,18
849 Comunicação	2.280,08	2.730,11	693,17	8.693,50	5.829,75	12.207,62		32.425,23
849 Seguros	86,60	21,50	0,00	3.903,68	140,83	1.322,47		5.485,08
849 Limpeza,higiene e conforto	3.596,94	0,00	1.288,18	11.603,78	654,78	10.368,62		27.512,30
849 Deslo. e estadas - pessoal	2.549,88	967,65	0,00	1.519,44	791,76	536,86	2.429,45	8.797,04
849 Outros FSE	227,79	15,60	0,00	952,79	865,78	381,58		2.443,54
849 Material didactico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
849 Material para Formação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
849 Despesas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
849 Vestuário e calçado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
849 Amortizações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.884,25		9.884,25
TOTAL	22.664,21	23.748,58	6.808,09	43.639,39	12.709,37	98.873,33	3.782,89	212.225,86
TOTAL CUSTOS FUNCIONAMENTO								
63.21 Ordenados	47.074,37	76.270,08	42.649,88	431.473,08	165.811,56	98.326,80		851.605,17
63.22 Subsídio de refeição	3.171,47	4.685,03	2.424,20	30.592,35	11.331,57	9.480,73		61.685,35
63.31 Taxa social Única	10.356,68	16.614,60	9.382,96	94.947,49	40.915,97	21.141,54		193.359,24
636 Seguros Acidentes Pessoais	443,64	578,11	322,20	3.399,08	1.504,04	747,67		6.996,64
636 Outros Custos c/ Pessoal	54,21	14,43	14,43	1.784,58	5.250,00	7.146,50		14.264,21
639 Gastos c/ Pessoal Imputados	4.178,88	-7.503,34	3.745,48	33.810,39	4.325,24	-69.796,50	31.241,85	0,00
TOTAL	65.282,25	90.657,51	58.539,15	596.007,87	249.138,36	67.048,60	31.241,85	1.107.915,61
65.369.1 Despesas bancárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,50	1.383,80		1.384,10
Quotas	200,00	0,00	0,00	610,00	313,00	50,00		1.173,00
6881758 Cor.Desf.e Fav. Ano Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	-318,47	-503,01		-821,48
68938 Material didactico	0,00	0,00	0,00	2.284,83	0,00	0,00		2.284,83
Taxas		204,00		24,51	24,78	0,00		253,29
68961 Deslo. e estadas - utentes		0,00		8.938,58		0,00	221,63	9.160,21
68.9.9 Encargos c/ Uteentes	0,00			796,35		0,00		796,35
Diversos					0,00	604,82		604,82
TOTAL	200,00	204,00	0,00	12.654,27	19,81	1.535,41	221,63	14.835,12
CUSTOS TOTAIS	88.146,46	114.610,09	65.347,24	652.301,53	261.867,56	167.457,34	35.246,37	1.384.976,59
FINANCIAMENTOS								
Ministério Solid.e Seg.Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	76.664,00		76.664,00
Ministério da Justiça	20.000,04	0,00	9.999,96	23.023,20	45.000,00	0,00		98.023,20
Ministério da Saúde	70.000,00	25.288,62	20.000,00	30.000,00	0,00	0,00		145.288,62
Ministério da Educ. e Ciência	0,00	49.397,19	0,00	23.245,74	24.214,31	0,00		96.857,24
Ministério da Admin.Interna	0,00	0,00	0,00	10.005,00	62.495,00	0,00		72.500,00
IPDJ	0,00	0,00	0,00	20.000,00	20.000,00	0,00		40.000,00
ISS.I.P.	0,00	0,00	0,00	533.919,01	128.392,79	0,00		662.311,80
IEFP	0,00	0,00	0,00	1.009,04	0,00	0,00		1.009,04
Mn.Finanças-IRS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.272,06		35.272,06
Donativos	76,64	0,00	1.416,90	2.164,50	50,83	41.805,01		45.513,88
Formações	385,35	1.132,32	0,00	447,15	1.846,92	0,00		3.811,74
Quotas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.465,00		4.465,00
Diversos	559,70	0,00	0,00	0,00	0,00	9.251,27	34.445,47	44.256,44
FINANCIAMENTOS	91.021,73	75.818,13	31.416,96	643.813,64	281.399,85	167.457,34	34.445,47	1.325.973,02
RESULTADO DO EXERCÍCIO	2.875,27	-38.791,96	-33.930,38	-8.467,89	26.132,29	0,00	-800,90	-59.003,57

O Contabilista Certificado

António Paulo dos Santos

A DIREÇÃO

Luís Paulo Rêgo
[Assinatura]



ANEXO

Exercício de 2016

1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 - ENTIDADE: Instituto de Apoio à Criança, NIF 501377662

1.2 - SEDE: Largo da Memória, 14 - 1349-045 Lisboa

1.3 - NATUREZA DA ATIVIDADE: Instituição Particular de Solidariedade Social, criada em 14 de Março de 1983, que tem por objetivo principal contribuir para o desenvolvimento integral da criança, na defesa e promoção dos seus direitos.

2 - REFERENCIAL CONTABILISTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) para as entidades do setor não lucrativo (ESNL).

Na preparação das demonstrações financeiras consideraram-se os seguintes princípios:

- Da continuidade

Continuidade das operações, com base nos registos contabilísticos do Instituto, mantidos de acordo com os Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites.

- Da Periodização económica

O Instituto reconhece os rendimentos à medida que são obtidos; os rendimentos protocolados atribuíveis ao período, de que haja garantia de que irão ser recebidos, são registados na conta 26 - Fundadores, Patrocinadores, Doadores, Associados, Membros; os gastos imputáveis ao exercício, de que se tem conhecimento, são reconhecidos em Devedores e Credores por Acréscimos - Credores por Acréscimos de Gastos.

- Comparabilidade

Mantiveram-se as políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados nos exercícios anteriores.

3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILISTICAS

3.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis foram registados ao valor de aquisição ou de doação, deduzido das depreciações.

As depreciações são calculadas com base no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro.



Foi registada na conta Edifícios e Outras Construções a importância de € 26.280,00 correspondente ao pagamento do Imposto do Selo e do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis relativos ao direito de superfície cedido pela Câmara Municipal de Lisboa do edifício da Avenida da República N.º 21 e 21-A – Lisboa, em virtude de uma parte se destinar a ser arrendado; vai-se requerer a devolução daqueles impostos relativamente à parte do edifício destinado à instalação da sede e Serviços do Instituto. O valor que constituir encargo do Instituto será amortizado após o início da sua utilização.

Inventários

Vários artistas doaram ao Instituto obras de sua autoria para, com a sua venda, se obterem fundos destinados à atividade do IAC; as cinquenta e seis obras doadas foram escrituradas pelo valor simbólico de € 56,00 (um euro cada obra), relevando-se o efetivo proveito na data da venda. Em 2016 foram vendidas nove obras de arte que renderam € 6.784,86.

4 - POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Não houve alterações às políticas contabilísticas nem alterações nas estimativas contabilísticas; de igual modo não houve erros materiais de período anterior que tivessem impacto nas demonstrações financeiras.

5 - ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Critérios de mensuração: as quantias escrituradas brutas correspondem ao valor de aquisição ou de doação dos bens.

Método de depreciação usado: método das quotas constantes.

Taxas de depreciação usadas: as definidas no Decreto Regulamentar N.º 25/2009.

Bens do património histórico, artístico e cultural: o Instituto não dispõe de bens que possam ser classificados nestas categorias.

Activos fixos tangíveis dados como garantia de passivos: não há bens nestas condições.

Compromissos contratuais para aquisição de activos fixos tangíveis: não há quaisquer compromissos.



6 – ACTIVOS INTANGÍVEIS

Não aplicável.

7 – LOCAÇÕES

Não existem quaisquer contratos de locação.

8 – CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Não existem quaisquer empréstimos.

9 – INVENTÁRIOS

Como se referiu no ponto 3.1, vários artistas ofereceram obras de arte da sua autoria para venda, destinadas à realização de fundos para os fins sociais do Instituto. Essas obras foram relevadas na Contabilidade pelo valor simbólico de € 56,00 (um euro por cada obra), registando-se o rendimento com a sua efetiva venda. Em 2016 foram vendidas nove obras de arte, pelo que o saldo final é de € 47,00.

10 – RÉDITO

O rédito é reconhecido quando recebido; no final de cada exercício procede-se à especialização de rendimentos protocolados, desde que haja garantia do seu recebimento.

11- PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ACTIVOS CONTINGENTES

Não aplicável por inexistência de provisões, de activos e de passivos contingentes.

12 – SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS

Subsídios e apoios do Governo

a) Política contabilística

Os subsídios do Governo são afetos ao centro de resultados definido, tal como a imputação dos gastos. Quando determinado e sempre que solicitado são fornecidos ao Organismo Estatal responsável os elementos detalhados dos gastos e rendimentos imputados a cada centro. No final de cada exercício, nas demonstrações financeiras, são apresentados os rendimentos e gastos por centro de resultados e, consequentemente, pelos valores globais.

O encargo com os Serviços Administrativos foi repartido pelos Projetos proporcionalmente aos Encargos com o Pessoal.



b) Natureza e extensão dos subsídios

Os subsídios e comparticipações do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras foram os seguintes:

Ministério da Solidariedade e Segurança Social

Centro Regional da Segurança Social

Acordos atípicos € 662.311,80

Minist.Solidariedade e Seg. Social € 76.664,00

Instituto Emprego e Formação Profissional € 1.009,04 € 739.984,84

Ministério da Justiça € 98.023,20

Ministério da Educação € 96.857,24

Ministério da Saúde € 145.288,62

Ministério da Administração Interna € 72.500,00

Instituto Português do Desporto e Juventude € 40.000,00

Outras formas de apoio:

- O Instituto beneficiou, gratuitamente, da cedência pelo Ministério da Educação e Ciência de dez docentes e uma técnica profissional.
- Da Câmara Municipal de Lisboa - Por escritura de 12 de Outubro de 2016 a Câmara Municipal de Lisboa constituiu a favor do Instituto de Apoio à Criança o direito de superfície pelo prazo de vinte e cinco anos do edifício da Avenida da República N° 21 e 21-A mediante o pagamento de uma renda superficiária.

d) Benefícios sem valor atribuído, materialmente relevantes, obtidos de terceiras entidades:

- A Assembleia da República disponibilizou o novo auditório para a conferência sobre Crianças Desaparecidas e Exploradas Sexualmente.
- A Fundação Lapa do Lobo tem financiado a série animada Histórias do Lucas que aborda os Direitos da Criança e é dirigida às crianças, aos pais, aos educadores e a toda a comunidade em geral.
- A RTP 2 disponibilizou-se e tem exibido a série Histórias do Lucas no programa Zig-Zag.
- A DFK & Associados (DFK Portugal) procede gratuitamente à auditoria às contas do IAC.
- A campanha da TMN (MEO) permitiu ao Instituto beneficiar de donativos mediante a troca de pontos de vários doadores por numerário, no total de € 4.168,00.



e) Principais doadores/fontes de fundos

O Instituto beneficiou de donativos, de que se mencionam:

Consignação de 0,5% do IRS	€ 35.272,06
SIBS – Ser Solidário	€ 5.456,53
Fundação Montepio	€ 2.000,00
Agrupamento Escolas Nuno Gonçalves	€ 2.529,92
Ensaio Geral Solidário	€ 2.610,00
Donativos de Processos Judiciais	€ 5.555,00
Entidades estrangeiras:	
Projeto TALE (a)	€ 35.005,17
(a) -Projeto TALE (TrainingActivitiesfor Legal Experts on Children Rights) financiado pela Comunidade Europeia e liderado pela Save the Children Itália-Onlus, mediante uma comparticipação do encargo assumido.	

13 – EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

Não aplicável.

14 – IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

O Instituto está isento de impostos sobre o rendimento.

15 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Não aplicável.

16 – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os benefícios dos trabalhadores do Instituto, para além dos legalmente estabelecidos, foram os seguintes:

- Complemento do subsídio de doença que, em 2016, se cifrou em € 4.941,34.
- Comparticipação de 50% num seguro de saúde, cujo encargo foi de € 6.476,15.

16.1 – Número médio de empregados durante o ano: 59.

16.2 – Número de membros dos órgãos diretivos - Direção: cinco. Conselho Fiscal: dois. Mesa da Assembleia Geral: quatro.

Não houve alterações dos órgãos diretivos durante o exercício de 2016.

16.3 – Os membros dos órgãos diretivos não são remunerados.

17 – DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

Não existe qualquer obrigatoriedade de outras informações impostas por diplomas legais.



18 – OUTRAS INFORMAÇÕES

Consideramos que o relatório de atividades, as contas e o presente Anexo espelham de um modo claro o empenho do Instituto na defesa da Criança, cuja colaboração continua a ser cada vez mais solicitada.

A necessidade do auxílio do Instituto na defesa da Criança continua a ser cada vez mais evidente, agravado pela crise que se atravessa; os encargos que suporta são os absolutamente necessários ao desenvolvimento da sua atividade; os serviços que lhe são atribuídos e que presta não têm tido a comparticipação suficiente para cobrir os custos que acarretam, o que tem sido agravado pela falta de cumprimento de alguns Serviços do protocolo de cooperação assinado em 31 de Janeiro de 2002.

Como se verifica, a situação financeira do Instituto continua a degradar-se tomando-se necessário que lhe seja concedida uma comparticipação regular para equilibrar as suas contas.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Hilário Paulo dos Santos

A DIREÇÃO

Henri Luis Almeida
João
J. L. T.
Roberto da Silva
Manoel



DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

IAC - INSTITUTO DE APOIO À CRIANÇA

Data: 31.12.2016

RUBRICAS		NOTAS	PERÍODO	
			2016	2015
Atividades Operacionais				
1.1.1	Recebimentos de clientes		1.260.692,17	1.353.256,96
1.1.2	Pagamentos a Fornecedores		-261.557,90	-388.382,00
1.1.3	Pagamentos ao pessoal		-1.130.113,91	-1.173.016,05
1	Fluxo gerado pelas operações		-131.068,64	-85.141,09
1.2.2	Outros recebimentos/pagamentos		4.664,79	1.136,90
1	Fluxo gerado antes das rubricas extraordinárias		4.664,79	1.136,90
1	Fluxo das atividades operacionais		-126.404,04	-85.005,79
Atividades de Investimento				
2.1.1	Adições fixas tangíveis		-26.280,00	0,00
2	Total dos recebimentos		-26.280,00	0,00
2.2.6	Juros e rendimentos similares		13,42	0,00
2	Total dos pagamentos		13,42	0,00
2	Fluxo das atividades de investimento		-26.266,58	0,00
Atividades de Financiamento				
3.1.4	Doações		70.671,12	61.604,05
3	Total dos recebimentos		70.671,12	61.604,05
3.2.2	Juros e gastos similares		-1.624,65	4.127,48
3	Total dos pagamentos		-1.624,65	4.127,48
3	Fluxo das atividades de financiamento		69.046,47	65.731,53
Variação da Caixa e seus Equivalentes			-83.625,05	-19.274,26
Caixa e seus equivalentes no início do período			335.229,01	354.503,27
Caixa e seus equivalentes no final do período			251.603,96	335.229,01
Variação (S.Fin.Dispon. - S.Inic.Dispon)			-83.625,05	-19.274,26

O Contabilista Certificado

Albino Paulo dos Santos

A Direção

António Paulo dos Santos
António Paulo dos Santos
António Paulo dos Santos
António Paulo dos Santos



5. ATAS

- . Conselho Fiscal**
- . Assembleia Geral**



ATA - Conselho Fiscal

78

ACTA № 51

Após vinte dias de minha estada de dois mil e dezasseis, he-
lei do Instituto de Apoio à Criança, no Largo da Memória,
minha estada, em Lisboa, reuniram o Conselho Fiscal do Instituto,
grande grupo de dezasseis membros, incluindo presentes o presidente,
os membros do Conselho da Direção, a secretária Dulce Vinte de
Vaz, Vitor Faria e a Relatora Maria Fernanda Amador da Silva
Salvadora.

O Conselho Fiscal começa por fornecer a análise das Relações & Actividades relativos ao ano de 1991, e de 1992, Nesta apreciação o Conselho Fiscal analisa o conteúdo do documento apresentado e a semelhança dos anos anteriores, verifica a total conformidade das actividades desenvolvidas com as finalidades da Instituição e em perfeita consonância com o plano no Plano de Actividades.

durante os Contos de fadas de dois mil e dezasseis, o Conselho Fiscal concluiu, em primeiro lugar, que a sua contribuição para o que se encontra atualmente estabelecido quanto à formulação constitucional é a reforçar o seu trabalho contínuo e colocar no seu laboratório.

Em seguida, a Comissão Fiscal verificou, no caso do
os resultados de dois mil e dezasseis comprados, pois os
de dois mil e quinhentas e comprados que tem mais interesse
a validade e a compra o pagamento e a realização dos
anos, e seguinte:

de relativa inte as curtos, o Camêlo Fical constitui um
decisão de curtos de dois de sessenta e nove mil curtos,
correspondendo curtos de vinte e dois mil a fomescentes e
Dissos fomescentes e curtos de quarenta e sete mil o curtos de
Pissol; dois, no entanto, isolados no que este dissos,
no respeito a curtos de Pissol fomescentes e dissos, e
anexos beneficis (dissos e fomescentes).

H. relativamente as frações entre os contos de dois centos e dez centos
apresentam uma distribuição de cerca de cento e dezenta por
cento; logo, no entanto, espelham-se por uns valores de dois

ATA – Assembleia Geral

Empresa : Instituto de Apoio à Criança
Sede : Largo da Memória, nº14 - 1349-045 LISBOA
No Cont.: 501 377 662
Matr.Cons.Reg.Comercial de : Lisboa

89

2

ACTAS

ATA Nº 78

Aos vinte e três dias do mês de março de dois mil e dezasseis, realizou-se na sede do Instituto de Apoio à Criança (IAC), no Largo da Memória, número catorze, na Freguesia da Ajuda, em Lisboa, a Assembleia-Geral Ordinária de Associados, a qual foi devidamente convocada pelo Presidente da Mesa da Assembleia-Geral, através da circular número cinco, de nove de março de dois mil e dezasseis, enviada a todos os sócios por via postal, nos termos do disposto no artigo cento e setenta e quatro barra um do Código Civil.

Não tendo havido quorum à hora marcada, dezasseis horas, a Assembleia Geral iniciou-se às dezasseis horas e vinte minutos, com a presença de vinte associados, tendo seis destes sido portadores de seis procurações respeitantes a associados que não puderam estar presentes e com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- Apreciação e aprovação do Relatório de Actividades e Contas do IAC, referente ao ano de dois mil e dezasseis.
- Outros assuntos.

A Mesa da Assembleia-Geral foi presidida pelo seu Presidente, Dr. Pedro Paulo Perdigão, coadjuvado pela sua Vice-Presidente, Dr. Clara Castilho e pelo Vogal Dr. José Brito Soares.

O Dr. Pedro Perdigão declarou aberta a sessão e efectuou em seguida a leitura da circular convocatória desta assembleia e das Atas correspondentes às assembleias anteriores. A ata relativa à reunião de vinte e três de novembro de dois mil e dezasseis, que aprovou o Plano de Actividades foi aprovada por treze votos a favor, correspondendo aos associados que nela estiveram presentes. A correspondente à reunião de vinte e seis de janeiro de dois mil e dezasseis que procedeu à eleição de novos Corpos Sociais foi aprovada por dezasseis votos, correspondendo aos associados que nela estiveram presentes.

Ordem de Trabalhos

Foi dada a palavra à Direcção para apresentação do Relatório de Actividades e Contas, referente ao ano de dois mil e dezasseis. Usou da palavra o Dr. Manuel Coutinho, Secretário-geral do IAC, o qual agradeceu a presença de todos e referiu que o relatório agora apresentado, e assinado pela actual Direcção, de fato se reporta a um exercício da anterior Direcção. Constatou que o trabalho de todos os técnicos tem vindo a aumentar, dado que alguns têm saído dos grupos de atividade e se tem mantido os mesmos projetos, com o mesmo dinamismo e qualidade. Assim, agradeceu o empenho, frisando que acredita que melhores dias se avizinham.

Deu as boas vindas a todos os novos membros dos Corpos Sociais (Drª Matilde Sirgado, Drª Mélanie Tavares, Drª Fernanda Salvaterra) em especial ao Dr. Luís Vaz das Neves, pessoa que, pela sua experiência profissional anterior se espera poder ser um valioso contributo na orientação de todo o trabalho que o Instituto leva a cabo.

A C T A S

Tomando a palavra a Presidente da Direção, Dr^a Dulce Rocha, esta congratulou-se com a possibilidade de partilhar a responsabilidade diretiva com o seu colega Dr. Luís Vaz das Neves (cujo último cargo foi o de Presidente do Tribunal da Relação durante onze anos, mas também juiz de família, representante de Portugal no Conselho da Europa, e nas Nações Unidas...) numa conjugação de esforços no sentido de contribuir para uma melhor vida das nossas crianças.

A esta intervenção, agradeceu o visado, afirmando que ele próprio é que se sente muito honrado por poder vir a fazer parte desta "família" de trabalho, e que o fará de "alma e coração".

Não havendo mais intervenções sobre o Relatório de Atividades, o Presidente da Assembleia procedeu então à leitura da Ata do Conselho Fiscal, dando de seguida a palavra ao gestor financeiro, Dr. Paulo Santos para apresentar e comentar o Relatório de Contas relativo a dois mil e dezasseis. Este tomou a palavra indicando que o déficit em que se encerram as contas é menor do que o esperado, decorrente da diminuição com remunerações de pessoal (saída de técnicos e baixas). Frisou que, devido ao esforço de todos, ainda se conseguiu um decréscimo nos encargos. Como receitas, enumerou alguns dos Protocolos ministeriais que pagaram verbas antigas, as cotas de sócios, a contribuição de 1,5% do IRS de contribuintes, verbas decorrentes do Projeto TALE e venda de quadros que o Instituto possuía. De qualquer das formas, há ainda uma grande necessidade de encontrar novas formas de financiamento.

O Vice-Presidente da Direção, Dr. Luís Vaz das Neves, elogiou a forma como o orçamento está apresentado, pela sua clareza e correção.

Foram os presentes informados que, face ao disposto no nº 2 do Artigo 14-A do Decreto-Lei nº 119/83, a Direção decidiu passar a publicitar as contas exercidas no sítio institucional do Instituto de Apoio à Criança.

Não havendo outras perguntas sobre o Relatório de Contas, o Presidente submeteu à Assembleia:

- O Relatório de Atividades e Contas,
- O voto de louvor à Direção do IAC e a todos os trabalhadores da Instituição, conforme proposto pelo Conselho Fiscal.

Todos foram aprovados por unanimidade.

No ponto "Outros Assuntos", a Direção informou do pedido de reunião com o Sr. Primeiro Ministro, que se espera para breve. A Dr^a Matilde Singado referir que o Ministério de Segurança Social apresentou novas formas de Acordos com as Instituições Particulares de Solidariedade Social e que, brevemente se realizará uma sessão de esclarecimento para explicarem as novas formas de candidaturas. Poder-se-á, desta forma, abrir a possibilidade de sermos contemplados nos "projetos inovadores".

O Presidente da Mesa da Assembleia lembrou o falecimento da Dr^a Natália Pais, grande defensora dos direitos da criança e sócia fundadora do IAC, que deu um inestimável apoio

ACTAS

sobretudo ao setor da Atividade Lúdica, tendo também constituído diversas direções. Propôs à Assembleia um voto de pesar que deverá ser publicitado no site.

Cumpridos os requisitos legais e não havendo nada mais a tratar, o Presidente deu por encerrada a sessão pelas dezoito horas e quarenta e cinco minutos.

O Presidente da Mesa
Associado n° 661

P. H. B. ...

A Vice-Presidente da Mesa
Associada n° 393

Maria Clara Cabral Castilho

O Secretário da Mesa
Associado n° 726

José Eduardo de Brito Jorge Soares